

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL – MESTRADO  
PROFISSIONAL**

**Elke Quilião de Oliveira**

**GIRA...GIRA...GIRASSOL: MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE  
DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO  
NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO  
SUL/RS**

Santa Maria, RS, Brasil

2021

**Elke Quilião de Oliveira**

**GIRA...GIRA...GIRA: MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, vinculado a Linha de pesquisa (LP1), do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof. Dr(a). Elisiane Machado Lunardi

Santa Maria, RS, Brasil

2021

Oliveira, Elke Quilião de  
GIRA...GIRA...GIRASSOL: MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE  
DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO  
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS /  
Elke Quilião de Oliveira.- 2021.  
178 p.; 30 cm

Orientador: Elisiane Machado Lunardi  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2021

1. Políticas Públicas Educacionais 2. Diretrizes  
Curriculares 3. Educação do Campo 4. Sistema Municipal de  
Ensino I. Machado Lunardi, Elisiane II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ELKE QUILIÃO DE OLIVEIRA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Elke Quilião de Oliveira**

**GIRA...GIRA...GIRASSOL: MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE  
DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO  
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, vinculado a Linha de pesquisa (LP1), do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

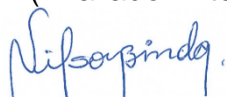
**Aprovado em: 11 de fevereiro de 2021.**



Elisiane Machado Lunardi, Dr<sup>a</sup> (UFSM)  
**(Presidente/Orientador)**



Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (UFSM)  
**(Avaliador Interno)**



Nilson Binda, Dr. (Uergs)  
**(Avaliador Externo)**

Santa Maria, RS, Brasil

2021

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao meu filho, Adriano, meu maior orgulho.  
A razão da minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, que esteve comigo ao longo de todo este percurso e tornou possível a realização do meu sonho;

A esta universidade, eu deixo meu profundo agradecimento e o estendo a todos os professores que fizeram parte desta caminhada, porque sempre encontrei apoio e carinho para evoluir e alcançar todas as metas, por isso os agradeço do fundo do meu coração;

Agradeço à minha orientadora, Elisiane Machado Lunardi, que acreditou em mim, pelo incentivo e pela dedicação e, por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar;

À minha família, em especial ao meu marido Carlos Artur (Seco), pelo apoio e paciência, meu filho Adriano e Gabriela (minha filha do coração), que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando.

Aos meus colegas do curso, pelas trocas de ideias e ajuda mútua. Juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos. Em especial, a Patrícia, minha companheira de viagens, estudos e que se transformou em uma grande amiga;

Aos amigos e colegas da EMEF Nossa Senhora de Fátima, que acompanharam esta jornada de estudos e me ajudaram em todos os momentos, em especial, a Vanessa, minha amiga e parceira, com a sua paciência em “segurar as pontas” na escola na minha ausência, também agradeço a Fernanda, que foi sempre um exemplo, para mim, de profissional, e o incentivo dela valeu muito nesta etapa, que foi um recomeço, e, na época, dizia que estava muito velha para estudar;

Um especial agradecimento à Carla Zinn, pois sem ela o mestrado não seria possível, me incentivou desde o momento que abriu o edital e continuou ao meu lado, me ajudando com sua vasta experiência, desde o início do projeto de pesquisa;

E a todas as pessoas que interferiram nesta minha grande viagem eu agradeço, porque de alguma forma influenciaram meu percurso.

*Ajuntei todas as pedras  
que vieram sobre mim.  
Levantei uma escada muitoalta e  
o alto subi.*

Cora Coralina

## RESUMO

### **GIRA...GIRA...GIRASSOL: MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS**

AUTOR/A: Elke Quilião de Oliveira  
ORIENTADOR/A: Elisiane Machado Lunardi

Esta Dissertação de Mestrado Profissional está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional/UFSM, intitulada: “Gira...Gira...Girassol: Movimentos de construção de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS”, apresenta o seguinte problema: Quais as especificidades de uma política pública da Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, e possíveis elementos que contribuem para a elaboração de Diretrizes Curriculares para as escolas do campo deste município? Tem como objetivo geral compreender as especificidades da Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, com vistas à elaboração de Diretrizes Curriculares Municipal para a consolidação de uma política pública local que priorize os saberes dos sujeitos do campo, e objetivos específicos: Analisar as políticas públicas educacionais orientadoras para as escolas do campo em âmbito federal, estadual e municipal; Analisar as políticas públicas que regulamentam e norteiam as escolas do campo no município de Cachoeira do Sul/RS; Construir uma visão diagnóstica das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul/RS; Construir, compartilhadamente, uma minuta de Diretrizes Curriculares para a educação do campo no Sistema Municipal de Ensino no município de Cachoeira do Sul/RS, a qual priorize os saberes, demandas e necessidades dos sujeitos do campo. A pesquisa assumiu, como metodologia, uma abordagem qualitativa, cujos instrumentos de construção de dados foram: pesquisa bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários aos 15 gestores das escolas do campo do município e entrevistas semiestruturadas à secretária municipal de educação e à diretora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SMed. A partir dos dados coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2006), considerando as seguintes categorias: Políticas Públicas para a Educação do Campo; Gestão da Escola do Campo; e, Sistema Municipal de Ensino. Como produto desse estudo foi construído, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, uma proposta de minuta das Diretrizes Curriculares para o Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, bem como uma agenda para apresentação e discussão junto a COMDECampo, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Educação e Câmara de Vereadores para consolidação de uma política para educação do campo do sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Diretrizes Curriculares. Educação do Campo. Sistema Municipal de Ensino.



## ABSTRACT

### **GIRA...GIRA...GIRASSOL: MOVEMENTS FOR THE CONSTRUCTION OF CURRICULAR GUIDELINES FOR RURAL SCHOOLS IN THE SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DO SUL/RS**

AUTHOR: Elke Quilião de Oliveira  
ADVISOR: Elisiane Machado Lunardi

This Professional Master's Dissertation is bound to the Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional /UFSM, entitled: "Gira...Gira...Girassol: Movements for the construction of curricular guidelines for Rural Schools in the Sistema Municipal de Educação of Cachoeira do Sul/RS", presents the following issue: What are the specificities of a public policy of Rural Schools in the Sistema Municipal de Educação of Cachoeira do Sul/RS and possible elements that contribute to the elaboration of Curricular Guidelines for the countryside schools of this municipality? Its general objective is to understand the specificities of Rural Schools in the Sistema Municipal de Educação de Cachoeira do Sul/RS, in order to elaborate Municipal Curricular Guidelines for the consolidation of a local public policy that prioritizes the knowledge of rural subjects, and specific objectives: Analyze the public educational policies that guide the rural schools at federal, state, and municipal levels; To analyze the public policies that regulate and guide the countryside schools in the city of Cachoeira do Sul/RS; To build a diagnostic view of the countryside schools in the city of Cachoeira do Sul/RS; To develop, in a shared way, a draft of the Curricular Guidelines for the countryside education in the Sistema Municipal de Educação in the city of Cachoeira do Sul/RS, which prioritizes the knowledge, demands, and needs of the countryside subjects. The methodology used for the research was a qualitative approach, and the data construction tools were: bibliographic research, document analysis, application of questionnaires to the 15 managers of rural schools in the municipality, and semi-structured interviews with the municipal secretary of education and the pedagogical director of the Secretaria Municipal de Educação - SMEd. From the data collected, we used the content analysis technique proposed by Bardin (2006), considering the following categories: Public Policies for Rural Schools; Management of the Rural School; and Sistema Municipal de Educação. As a product of this study, from the results obtained in the research, a draft proposal of the Curricular Guidelines for the Sistema Municipal de Educação of Cachoeira do Sul/RS was built, as well as an agenda for presentation and discussion with the COMDECampo, the Secretaria Municipal de Educação, the City Hall, the Conselho Municipal de Educação, and the Conselho Municipal de Educação e Câmara de Vereadores for the consolidation of a policy for rural schools in the Sistema Municipal de Educação de Cachoeira do Sul.

Keywords: Public Educational Policies. Curricular Guidelines. Rural School. Municipal Education System.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gira... Gira...Girassol .....	17
Figura 2 - Gira... Gira... Girassol da pesquisa .....	28
Figura 3 - Categorias das Unidades de Análise .....	35
Figura 4 - Subcategorias de Análise .....	36
Figura 5 - Mapa do 5º município do Rio Grande do Sul – CACHOEIRA – 1822 .....	38
Figura 6 - Mapa atual do Município de Cachoeira do Sul/RS .....	39
Figura 7 - Localização do Município de Cachoeira do Sul.....	40
Figura 8 - Organograma da Secretaria Municipal de Educação .....	45
Figura 9 - Distribuição das escolas do campo antes das nucleações no município de Cachoeira do Sul/RS.....	48
Figura 10 - Distribuição das escolas do campo de Cachoeira do Sul após nucleações.....	50
Figura 11 - E.M.E.F. Aldo Porto .....	52
Figura 12 - E.M.E.F. Ataliba Brum.....	53
Figura 13 - E.M.E.F Emília Vieira da Cunha.....	54
Figura 14 - E.M.E.F Francisco Souza Machado .....	54
Figura 15 - E.M.E.F. Imperatriz Leopoldina .....	55
Figura 16 - E.M.E.F. Jenny Figueiredo.....	56
Figura 17 - E.M.E.F. Nossa Senhora de Fátima.....	57
Figura 18 - E.M.E.F. Nossa Senhora Medianeira .....	58
Figura 19 - E.M.E.F. Sagrado Coração de Jesus .....	59
Figura 20 - E.M.E.F. Taufik Germano .....	59
Figura 21 - E.M.E.F. João Neves da Fontoura .....	60
Figura 22 - E.M.E.F. Júlio de Castilhos .....	61
Figura 23 - E.M.E.F. Pio XII .....	61
Figura 24 - E.M.E.F. Armando Monsenhor Teixeira .....	62
Figura 25 - E.M.E.I. Sítio Encantado .....	63
Figura 26 - Gira... Gira... Girassol da Arte. ....	65
Figura 27 - Gira...Gira: Educação do Campo. ....	77
Figura 28 - Fluxograma dos documentos oficiais sobre a Educação Rural e do Campo. ....	78
Figura 29 - Organograma do Conselho Municipal de Cachoeira do Sul/RS ...	100
Figura 30 - Gira... Gira...Análise da Pesquisa .....	103
Figura 31 - Gira...Gira...espaços de participação .....	137
Figura 32 – Categorias e Subcategorias de Análise dos Resultados .....	138
Figura 33 – Organograma da trajetória .....	140
Figura 34 - Gira... Gira...Construção do Conhecimento.....	152

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sujeitos da Pesquisa .....	29
Quadro 2 - Perfil acadêmico e profissional dos entrevistados .....	30
Quadro 3 – Gestores das Escolas do Campo .....	33
Quadro 4 - Marcos Legais, documentos e projetos que constituirão a análise documental por esferas administrativas. ....	33
Quadro 5- Descritores utilizados na pesquisa .....	66
Quadro 6 - Trabalhos analisados .....	68
Quadro 7- Políticas desenvolvidas para as escolas do campo do Município de Cachoeira do Sul/RS.....	84
Quadro 8- Atribuições do CME .....	98
Quadro 9 – Cronograma das Reuniões/2021 .....	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades de Ensino e matrículas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Cachoeira do Sul. ....	46
Tabela 2- Número de produções, relacionadas ao tema, analisadas no Portal de Periódicos da Capes na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Maria. ....	67

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– População Rural e Urbana no município de Cachoeira do Sul – RS (2019) .....	41
Gráfico 2- Sexo dos gestores .....	104
Gráfico 3- Tempo de atuação na direção e vice direção .....	105
Gráfico 4 - Etapas de Ensino .....	106
Gráfico 5 - Perfil predominante das comunidades escolares.....	107
Gráfico 6– A infraestrutura adequada ao funcionamento e demandas da escola .....	109
Gráfico 7– Recursos didáticos utilizados em sua escola .....	111
Gráfico 8– Condições de acessibilidade das escolas .....	112
Gráfico 9– Formação continuada de professores voltada para as escolas do campo.....	115
Gráfico 10- Formação continuada de gestores voltada para a educação do campo.....	115
Gráfico 11 – Escolas com Nucleação.....	117
Gráfico 12 - Turmas Multisseriadas.....	118
Gráfico 13– Transporte escolar: condições dos veículos .....	122
Gráfico 14– Acesso ao transporte em atividades fora da escola .....	123
Gráfico 15– Escolas em tempo integral.....	124
Gráfico 16– A participação da comunidade escolar .....	126
Gráfico 17– Atuação do CPM na escola.....	126
Gráfico 18 – Atuação do Conselho Escolar na escola.....	127
Gráfico 19– Construção da PP voltado para a realidade escolar da comunidade .....	130
Gráfico 20– Projetos de ensino voltados para a educação do campo .....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
Afubra	Associação dos Fumicultores do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento e Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEPLAN	Centro de Planejamento
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
COMDEC	Comissão Municipal de Educação do Campo
COMDECampo	Comissão Municipal de Educação do Campo
CPM	Círculo de Pais e Mestre
CRE	Coordenaria Regional de Educação
EDURURAL	Programa de Expansão e Melhoria da Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
ESASC	Escola Superior de Artes Santa Cecília
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
JEMCS	Jogos das Escolas Municipais de Cachoeira do Sul
LABIN	Laboratório de Informática
LDB	Lei De Diretrizes e Bases da Educação
LOGOS	Projeto de Habilitação para Professores Leigos
LP	Linha de Pesquisa
MASTER	Movimento dos Agricultores sem Terra
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NE	Nordeste
OBEMCS Sul	Observatório da Educação Municipal de Cachoeira do Sul
PA	Pedagogia da Alternância
PAR	Plano de Ações Articuladas
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PME	Plano Municipal de Educação
Pnate	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNE	Plano Nacional da Educação Nacional
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PP	Proposta Pedagógica
PPPG	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RCM	Referencial Curricular Municipal
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SIPROM	Sindicato dos Professores Municipais
SME	Sistema Municipal de Ensino
SMEd	Secretaria Municipal de Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDR	União Democrática Ruralista
Uergs	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE CICLOS... GIRA... GIRA</b> .....	17
<b>2</b>	<b>GIRA... GIRA... PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	28
2.1	CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	29
2.2	ANÁLISE DOS DADOS .....	34
2.3	O CONTEXTO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS.....	36
2.4	SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS .....	44
2.5	EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS .....	46
2.5.1	<b>Escolas do Campo Municipais de Cachoeira do Sul/RS.....</b>	51
<b>3</b>	<b>GIRA... GIRA... DAS PESQUISAS: ESTADO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO</b> .....	65
3.1	ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS .....	68
<b>4</b>	<b>GIRA... GIRA: BASES HISTÓRICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO</b> .....	77
4.1.1	<b>As Políticas Públicas orientadoras das Escolas do Campo no município de Cachoeira do Sul/RS</b> .....	83
4.2	GESTÃO DA ESCOLA DO CAMPO .....	88
4.3	SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO .....	93
4.3.1	Conselho Municipal de Educação (CME).....	97
4.3.1.1	<b>O Conselho Municipal de Educação no município de Cachoeira do Sul</b> .....	99
<b>5</b>	<b>GIRA...GIRA... ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	102
5.1	Círculo de Pais e Mestre e Conselho Escolar .....	125
5.2	Calendário Escolar .....	128
5.3	Proposta Pedagógica (PP) .....	130
5.4	Projetos Pedagógicos.....	131
5.4.1	<b>Conselho Municipal de Educação (CME)</b> .....	136
<b>6</b>	<b>GIRA..., GIRA..., CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DA MINUTA DE DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CACHOEIRA DO SUL/RS</b> .....	137
6.1	DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	138
6.2	AGENDA PARA DISCUSSÃO COMPARTILHADA E IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	139
6.3	MINUTA DE RESOLUÇÃO NORMATIVA – CRIAÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS.....	142
<b>7</b>	<b>GIRA..., GIRA... CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	152
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	156
	<b>APÊNDICES</b> .....	164



APÊNDICE A – MENSAGEM COLOCADA NO E-MAIL DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS AOS GESTORES DAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS.....	164
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..	165
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – <i>online</i> – PARA OS GESTORES DAS ESCOLAS DO CAMPO.....	167
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	171
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A DIRETORA PEDAGÓGICA DA SMed .....	172
<b>ANEXOS</b> .....	174
ANEXO A – MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (COMDECampo) - 2010-2020 .....	173
ANEXO B - DECRETO Nº 55/2019 QUE INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (COMDECampo) DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL.....	174
ANEXO C – UM CORDEL RETRATANDO A EDUCAÇÃO NO CAMPO É AQUI QUE EU QUERO FICAR.....	177

## 1 CONSTRUÇÃO DE CICLOS... GIRA... GIRA

Figura 1 - Gira... Gira...Girassol

*“É AQUI QUE EU  
QUERO FICAR...  
(Um cordel retratando a  
educação no campo)*

*Hoje eu vim tratar aqui  
De uma história  
interessante  
Uma lei, uma diretriz  
Um assunto importante”  
(BRITO, 2013).<sup>1</sup>*



Fonte: Elaborado pela autora.

A flor de girassol, de acordo com a sabedoria popular, significa felicidade. O girassol é o símbolo da Educação do campo. Assim como essa flor, o trabalhador do campo também se orienta pelo sol, e seus saberes locais estão arraigados de conhecimentos em torno da sua relação com a natureza, os quais necessitam de valorização para que tenham uma verdadeira educação do campo. Deste modo, a abertura dos capítulos deste trabalho será dedicada a esta modalidade da educação, através de ilustrações da autoria de quem escreve esta dissertação, tendo como destaque o girassol, como forma de introduzir as considerações referentes ao tema apresentado.

Inspirados no poema “O girassol”<sup>2</sup>, de Vinícius de Moraes, os capítulos serão referenciados a partir do termo “*gira, gira*”, contemplado na seguinte estrofe:

*“Roda, roda, roda  
Carrossel  
Gira, gira, gira  
Girassol  
Redondinho como o céu  
Marelinho como o sol”.*

---

1 Autoria de BRITO, Juciara Maria Teles de. (2012). Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/cordel/3682333>>.

2 Vinícius de Moraes, nascido Marcus Vinicius de Moraes foi um diplomata, dramaturgo, jornalista, poeta e compositor brasileiro. Disponível em: Fonte: <<https://www.escritas.org/pt/t/8591/o-girassol>>.

Durante a construção desta dissertação, também, houve a identificação com um cordel de Brito (2013), “É aqui que eu quero ficar... (um cordel retratando a educação no campo)”, na página Recanto das Letras, de que fala, através de versos, como deveria ser na prática a verdadeira educação do campo. Durante a escrita desse estudo, trechos deste texto serão relacionados com o ser e o fazer de uma educadora do campo.

A importância deste estudo está na construção coletiva de uma política pública voltada para as especificidades das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul-RS. As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo de um município são um passo importante na consolidação de uma política voltada para a realidade dos sujeitos do campo, pois os mesmos têm direito a uma educação que respeite sua cultura e suas peculiaridades.

De acordo com Baptista (2006), todos são cidadãos, têm direitos e deveres, e muitos desses são estabelecidos por marcos legais. Pressionar e colaborar, para que sejam cumpridos, é importante, buscando os direitos e fortalecendo aqueles já conquistados. Todas essas conquistas são frutos da organização, participação e mobilização da sociedade e dos movimentos organizados.

Diante disso, ao tratar da identidade da escola do campo, a citada Diretriz Curricular da Educação do Campo contempla a necessidade de uma legislação específica municipal que valorize suas especificidades. Por este motivo, entende-se a importância de defender uma política pública municipal que atenda à realidade dessas escolas.

Justificando o presente estudo, acredita-se ser oportuno considerar as experiências pessoais, acadêmicas e profissionais que conduziram à escolha deste tema. Pelo caráter de tais experiências, o discurso, a partir de agora, será alterado para a primeira pessoa.

Nasci e cresci em área urbana do município de Alegrete/RS. A realidade da vida do campo, até eu trabalhar como professora, se restringia a visitas aos parentes que tinham propriedade rural, incluindo a casa da minha irmã mais velha que residia no campo.

Em março de 1984, ingressei no curso de Licenciatura Plena em Educação Artística, habilitação em Artes Plásticas, na Escola Superior de Artes Santa Cecília (ESASC), na cidade de Cachoeira do Sul/RS, sem ter a noção do que seria do meu futuro, pois nunca tinha entrado em uma sala de aula como professora.

Em 1999, fui nomeada, na cidade de Pantano Grande (RS), como professora de Educação Artística do Ensino Fundamental, neste município. No início, foi desafiador e precisei produzir saberes tanto teóricos como práticos para construir minha trajetória docente. No ano de 2002, comecei a atuar na Escola de Ensino Médio Ruy Barbosa, na cidade de Novo Cabrais, no Ensino Fundamental - Séries Finais da Rede Estadual, na qual fiquei lotada por 12 anos. Nesse contexto, lecionei as disciplinas de Arte (na época Educação Artística), Religião e Filosofia, atuando no Seminário Integrado e Laboratório de Informática – LABIN, nas horas que não estava em sala de aula.

No ano de 2007, iniciei a minha caminhada, como professora nomeada, no município de Cachoeira do Sul/RS, cumprindo jornada de 20 horas. Nessa trajetória, em todas as escolas que atuei como professora, os alunos, na sua maioria, eram oriundos do campo, porém as minhas aulas não abordavam a realidade dos alunos, assim como a modalidade Educação do Campo não era aplicada na escola. Os temas das formações dos professores também se restringiam aos mesmos trabalhados nas escolas urbanas.

Desde o ano de 2009, trabalho em uma escola do campo, Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, nesta escola atuei como docente, gestora, vice-diretora e supervisora. Nesta escola aprendi que o aluno do meio rural tem direito a uma educação diferenciada, com metodologias próprias para a realidade do campo.

A partir de reuniões pedagógicas na escola, com o questionamento dos professores sobre o desinteresse dos alunos, no ano de 2014, surgiu a preocupação de tornar a EMEF Nossa Senhora de Fátima, uma escola que tivesse uma identidade relacionada com o campo. Neste ano, foi realizado uma reunião pedagógica com o responsável pedagógico da Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sr. José Leon Macedo Fernandes<sup>3</sup> que apresentou possibilidades de como poderiam ser trabalhados os conteúdos na escola, assim incentivando a escola construir um projeto, que ficou intitulado “Projeto Identidade Rural”.

Em 2017, a equipe diretiva e professores tiveram a oportunidade de conhecer a metodologia “Pedagogia da Alternância”, no I Fórum de Educação do campo,

---

<sup>3</sup> Coordenador Pedagógico do Projeto Verde é Vida (Afubra)

organizado pela Comissão Municipal de Educação do Campo (COMDECampo) , pela qual houve um encantamento por parte da equipe diretiva e professores, pois foi vista na metodologia de alternância uma possibilidade de potencializar ainda mais o trabalho da escola dentro do propósito de promover uma educação “no” campo “para” o campo. Assim, o projeto foi reformulado, com uma nova organização pedagógica e um novo título: “Projeto Identidade Rural – À Luz da Pedagogia da Alternância”, aonde foram introduzidos fundamentos da Pedagogia da Alternância (PA), fazendo adaptações para a realidade da escola.

O objetivo maior do projeto foi propor a mudança de postura e trabalho que é realizado na escola, assim como a valorização da identidade rural, para, então, despertar o interesse de toda a comunidade escolar, a partir da relação de compromisso mútuo entre escola e família no processo de formação dos alunos e incentivando o desenvolvimento da comunidade local através de práticas difundidas nas residências e atividades curriculares e extracurriculares.

O projeto, anualmente, estipula metas, as quais serão perseguidas durante o ano letivo, onde estas são traçadas de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos e pela comunidade escolar, isso ocorre a partir das respostas obtidas na pesquisa socioantropológica e diagnóstico socioambiental que as famílias respondem no início do ano.

Durante o ano, são realizadas reuniões mensais, para que os professores planejem as atividades da semana da alternância em conjunto e façam a avaliação dessas atividades. Para que isso ocorra, é construído o calendário com o acréscimo de 5 dias letivos, perfazendo um total de dez reuniões anuais. Nestes dias, a escola tem as atividades com os alunos durante o período da manhã e à tarde reservada para a reunião dos professores, com a finalidade de discutir e planejar as atividades do projeto.

A semana da alternância possibilita aos alunos permanecerem em suas propriedades para desenvolverem atividades solicitadas pelos professores. Durante este período, os alunos recebem seus tutores em suas propriedades para explicarem o processo de construção e manejo das atividades desenvolvidas. Juntamente com a parte prática, os alunos elaboram relatórios descritivos sobre os procedimentos adotados.

Nestes cinco anos, já foi possível perceber algumas ações que deram certo e outras que não funcionaram exatamente como esperávamos, e, também, uma

mudança de postura da comunidade. Foram desenvolvidos métodos de aplicação dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento, relacionados à sua realidade, trabalhado por todos os componentes curriculares usando como metodologia os “temas geradores”<sup>4</sup>, escolhidos a partir das visitas e da pesquisa socioantropológica, pois foi constatado que muitas das residências são próprias, mas não fazem o uso para o sustento, e a maioria não possui nem uma horta em casa. Por isso, a necessidade de desenvolver um projeto que possa fazer a mudança nas gerações futuras.

São realizadas visitas, anualmente, tendo como meta uma por trimestre, a propriedades rurais, escolas agrícolas, a feiras, como a Expoagro<sup>5</sup>, com a finalidade de demonstrar a diversidade de atividades que podem ser desenvolvidas no campo, apresentando de forma prática aos nossos alunos situações reais que valorizam a sustentabilidade na propriedade rural e na Agricultura Familiar<sup>6</sup>.

No contexto das escolas do campo pertencentes ao sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul, das 15 escolas do campo, cada uma tem características distintas, sendo que o público alvo destas escolas é específico, de pequenos agricultores em certas localidades, e de empregados que trabalham em grandes propriedades rurais. Portanto, é necessário que a educação nestas escolas considere a cultura e os interesses dessas pessoas, bem como conteúdos e metodologias apropriadas às suas necessidades. Outro ponto importante, é com relação ao currículo, que deverá ser complementado por uma parte diversificada que leve em conta as diferenças de cada comunidade.

De acordo com o Referencial Curricular Municipal de Cachoeira do Sul (CRM), na parte que trata sobre as modalidades da educação básica, a Educação do Campo, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, houve um movimento muito frágil de revitalização da modalidade educação do campo. Destaca-se o Parecer nº 13/2007, do Conselho Municipal de Educação (CME), que estabeleceu normas para a oferta

---

4 “Tema Gerador”: como metodologia, foi proposta por Paulo Freire. Os temas geradores devem ser extraídos da prática de vida dos educandos, e não escolhidos ao acaso. (FREIRE, 1987)

5 A Expoagro Afubra é uma exposição agropecuária promovida anualmente pela Associação dos Fumicultores do Brasil que tem por finalidade fomentar a diversificação através da apresentação de tecnologias, produtos e serviços ao meio rural.

6 A agricultura familiar é regulamentada no Brasil pela Lei 11.326 de 2006, que estabelece como agricultor familiar aquele que usa mão-de-obra exclusivamente ou quase de sua família, que também é a proprietária e gestora.

do Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino, no qual estabelece como um dos princípios básicos para a escola do campo, o resgate e valorização do saber local através do currículo.

Cabe destacar os cinco princípios da educação do campo estabelecidos no Decreto Federal nº 7.352/2010, no artigo 2º, que inclui questões importantes no tocante às adequações dos projetos pedagógicos das escolas, conteúdos e práticas educativas:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010b).

Neste cenário de atuação, passei a questionar a realidade específica das escolas do campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, bem como me senti desafiada a buscar conhecimentos legais e teóricos dessa modalidade educativa. Assim, no ano de 2018, fui aprovada no curso de Mestrado Profissional do PPPG/UFSM, vinculado à linha de pesquisa (LP1). Nesse mesmo ano passei a fazer parte da Comissão de Desenvolvimento para a Educação do Campo – COMDECampo, criada pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira do Sul, no ano de 2017, comissão que se formou no intuito de fortalecer a educação do campo deste município, conforme os princípios da gestão democrática.

Como acadêmica na linha de pesquisa (LP1), fundamentada nos estudos e discussões realizadas nessa linha, e como gestora de uma escola que desenvolve projetos voltados para uma educação do campo, a relevância deste estudo está em contribuir para a consolidação das políticas públicas da educação do campo do município de Cachoeira do Sul / RS.

Neste contexto, entendo o porquê de a educação do campo levar em consideração as especificidades do local em que vivem os alunos, visando a valorização do seu espaço, saberes e experiências, dando o conhecimento necessário para que os sujeitos do campo possam ser agentes críticos, e com isso transformar o meio em que vivem. Assim, se faz necessário um currículo específico para atender tal realidade, bem como, conteúdos e metodologias adaptados, de modo a abranger as peculiaridades da vida desses sujeitos e articular os diferentes interesses e conhecimentos.

A terminologia “Educação rural”, desde 2002, está sendo substituída pela “Educação do campo”. O termo “campo” aplicado à Educação, segundo Caldart (2004), nasce das discussões do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), realizado em 1997, que buscava um entendimento nacional sobre a Educação dos sujeitos do campo. Nessa perspectiva, o termo “Educação rural” não cabe mais, já que este sempre esteve associado, de acordo com Fernandes e Molina (2004, p.61), a uma educação precária e atrasada, com pouca qualidade, e esteve sempre vinculada a projetos tradicionais e conservadores.

Portanto, este estudo, intitulado *“Gira...Gira...Girassol: Movimentos de Construção de Diretrizes Curriculares para a educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS”*, surgiu a partir das reuniões da comissão, COMDECampo, à qual faço parte, desde o ano de 2018, compreendendo a importância de uma política pública voltada para uma educação emancipadora, que eduque os sujeitos do campo para o exercício da cidadania.

A educação do campo é uma modalidade que, historicamente, no município de Cachoeira do Sul, ainda precisa de movimentos de lutas na sua garantia enquanto especificidade de modalidade educativa, de acordo com o RCM<sup>7</sup>:

Sabe-se que o campo e suas diversidades, no contexto do território de Cachoeira do Sul, remetem à necessidade de reflexão e ação acerca das suas especificidades e também no sentido de buscar a construção de políticas voltadas para a Educação do Campo. Assim, a oferta de uma educação diferenciada daquela que é oferecida na cidade é recente, inovadora e vai além da noção de espaço geográfico. A educação do campo, nesse sentido, compreende necessidades culturais, direitos sociais e, sobretudo, a formação integral dos estudantes. (CACHOEIRA DO SUL, 2019)

---

<sup>7</sup> Referencial Curricular Municipal de Cachoeira do Sul, instituído pela Resolução do CME nº 24/2019. Disponível no endereço: <[www.obemcs.com](http://www.obemcs.com)>.



Conforme pesquisas realizadas, só a partir da elaboração do Parecer do Conselho Municipal de Educação (CME) nº13/2007, estabelecendo normas para a oferta do ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, que foi instituída uma política para as escolas do campo deste município. O Parecer não trata de normas específicas para a educação do campo, pois não trata de suas especificidades, contemplando apenas o artigo 28 da Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – que se refere aos recursos físicos, equipamentos e infraestrutura para a oferta do Ensino Fundamental.

Depois deste Parecer (CME) nº13/2007, somente no ano de 2011 e a partir de 2017, foram encontrados projetos e programas contemplando a educação do campo, que serão elencados no capítulo referente as políticas públicas do município. Neste sentido, é importante destacar que o diálogo e a vontade política são essenciais para que as políticas públicas não sejam uma via de mão única, mas um caminho que terá de ser percorrido para que se tenha uma educação direcionada para as particularidades do campo.

As políticas públicas que pautam a educação do campo no município de Cachoeira do Sul/RS têm como característica central a ausência de um documento norteador que contribua para a consolidação de uma política local e que tenha como prioridade os saberes dos sujeitos que são o público-alvo destas escolas do campo.

Este trabalho traz como possibilidade a construção de uma política pública de educação do campo, e um dos elementos essenciais para essa construção é ter a participação de todos os agentes que fazem parte deste processo, envolvendo, também, as esferas como o Conselho Municipal de Educação e os poderes públicos executivo e legislativo municipais.

Na conjuntura atual, a educação do campo tem conquistado espaço político, em função da atuação dos movimentos sociais, conforme Faccio (2012), esses movimentos representam uma maturidade da sociedade sobre a consciência de seus direitos e da necessidade de organização para a garantia deles, sua atuação pode provocar importantes impactos na forma de conduzir as políticas públicas, dentre esses movimentos destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste sentido, Caldart (2008, p. 71) afirma que:

A Educação do Campo nasceu como mobilização /pressão dos movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas, nasceu

da combinação das lutas dos sem-terras pela implementação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

No decorrer da história, a educação do campo passa a ser vista com um novo olhar no qual projeta nos sujeitos que vivem no campo sua história e, também, seus direitos. Assim, o interesse na escolha dessa temática, como objeto de estudo no Curso de Mestrado Profissional de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional está ligado à construção de uma política para o sistema municipal de ensino do município de Cachoeira do Sul/RS, voltada para a população camponesa.

Como gestora nessa modalidade de ensino, e, também, por meio de leituras, reflexões e indagações sobre a prática que vivenciei nas escolas, alguns questionamentos inquietaram a mim e aos meus colegas da COMDECampo, dessas indagações a principal diz respeito a concretização de uma política pública voltada para as escolas do campo do município de Cachoeira do Sul/RS. Assim, o problema desta pesquisa prioriza: Quais as especificidades de uma política pública da Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, e possíveis elementos que contribuem para a elaboração de Diretrizes Curriculares Municipais para as escolas do campo?

A partir do problema delineado, o objetivo geral desta pesquisa, é compreender as especificidades da Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, com vistas à elaboração de Diretrizes Curriculares Municipais para a consolidação de uma política pública local que priorize os saberes dos sujeitos do campo.

Como objetivos específicos delineou-se:

- Analisar as políticas públicas educacionais orientadoras para as escolas do campo em âmbito federal, estadual e municipal;
- Analisar as políticas públicas que regulamentam e norteiam as escolas do campo no município de Cachoeira do Sul/RS;
- Construir uma visão diagnóstica das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul/RS; e
- Construir, compartilhadamente, uma minuta de Diretrizes Curriculares para a educação do campo no Sistema Municipal de Ensino no município de

Cachoeira do Sul/RS, a qual priorize os saberes, demandas e necessidades dos sujeitos do campo.

A Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008, define o conceito de “Educação do Campo”, que compreende a Educação Básica em suas etapas destinada ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção. Sendo assim, o presente estudo buscou discutir a importância de políticas voltadas para a Educação do Campo no município de Cachoeira do Sul/RS. A seguir, serão apresentados os próximos capítulos.

No capítulo, intitulado: “Gira...gira...percurso metodológico da pesquisa”, está descrita a metodologia utilizada, a partir da trajetória percorrida na realização do trabalho. Além disso, serão elencados os sujeitos, os procedimentos e os instrumentos de coleta de dados e as categorias de análises.

Já o terceiro capítulo, intitulado: “Gira... gira... das pesquisas: estado do conhecimento da Educação do Campo”, será apresentado o levantamento das produções científicas a partir de revisão de literatura do tutorial de acesso ao portal de periódicos da capes, na biblioteca digital de teses e dissertações da UFSM, tendo como descritores: Educação do Campo, Políticas Públicas, Gestão Democrática e Sistema Municipal de Ensino.

O capítulo seguinte, “Gira...gira: Bases Históricas e Políticas Públicas da Educação do Campo”, abarca os aportes teóricos e legais balizadores dos principais conceitos que fundamentam e orientam a Educação do Campo. Assim, subdivide-se em: Políticas Públicas orientadoras das escolas do Campo no município de Cachoeira do Sul, Gestão Escolar e Sistema Municipal de Ensino.

No quinto capítulo, “Gira...gira... Análise dos resultados da pesquisa”, serão apresentados, a partir dos dados obtidos com a aplicação dos questionários aos gestores das escolas do campo e nas entrevistas com a Secretária Municipal de Educação, a análise de conteúdo (BARDIN, 2006) partir das categorias e subcategorias de análise evidenciadas no percurso deste estudo.

O sexto capítulo, “Gira, gira, construção compartilhada da minuta de Diretrizes Curriculares da Educação do Campo de Cachoeira do Sul/RS”. É apresentado o produto da pesquisa: Minuta de Resolução Normativa – criação de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no município de Cachoeira do Sul/RS, e os caminhos necessários para a sua efetivação.

E, finalmente, são apresentadas as considerações finais, que buscam articular o problema desta pesquisa, seus objetivos e resultados, na esperança de contribuir acerca de uma política educacional para as escolas do campo do município de Cachoeira do Sul.

A seguir, será apresentado uma análise de produções acadêmicas publicadas a partir do estado do conhecimento sobre Educação do Campo.

## 2 GIRA... GIRA... PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Figura 2 - Gira... Gira... Girassol da pesquisa

*“Planejar é importante  
Para ter bons resultados  
Alcançar os objetivos  
Depois de avaliados”  
(BRITO,2013).*



Fonte: Elaborado pela autora.

Este capítulo intitulado “Gira... gira... percurso metodológico”, tem como objetivo descrever os caminhos percorridos na pesquisa. Dessa forma, auxiliando a guiar na busca por um caminho possível de se pesquisar, enfatizando alguns dos principais momentos da atividade investigativa, no intuito de fornecer os instrumentos necessários para a realização de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso no sistema de ensino do município de Cachoeira do Sul/RS.

A pesquisa qualitativa apresenta características que correspondem às necessidades do objeto de estudo, por ter como foco o caráter subjetivo, pois os entrevistados estão mais livres para manifestar seus pontos de vista sobre o assunto. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. O cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas, o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.

De acordo com Fonseca (2002), um estudo de caso pode ser caracterizado de acordo como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.

A pesquisa de natureza aplicada, fundamentada na proposta do Mestrado Profissional, desenvolveu o trabalho a partir do contexto vivido. Ela foi dirigida à realidade das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul/RS. A grande maioria dessas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas

com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de consultas de diferentes publicações, por meio de livros, periódicos, artigos científicos, teses e dissertações, tanto impressas quanto disponibilizadas eletronicamente, buscando aprofundar a revisão da literatura.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, o estudo bibliográfico, do tipo estado do conhecimento, articulado com a pesquisa documental, fundamentando na pesquisa de campo, permitiu levantar o que já foi pesquisado sobre o tema, sendo uma etapa fundamental para a elaboração e desenvolvimento deste estudo.

## 2.1 CONSTRUÇÃO DE DADOS

A construção de dados deu-se a partir de técnicas de pesquisa como a observação, entrevistas e questionários. A escolha dos participantes desta pesquisa se deu pela relevância que os sujeitos apresentam na Educação do campo na cidade de Cachoeira do Sul/RS.

Quadro 1 – Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos colaboradores da pesquisa	Questionários	Entrevistas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestores das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul / RS</li> </ul>	15	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretária Municipal de Educação e Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação</li> </ul>		02

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na realização dessa pesquisa qualitativa foram utilizadas, como técnica de construção de dados, entrevistas semiestruturadas, no intuito de conceder a oportunidade de se expressarem de forma ampla e aprofundada. Para tanto, buscaram-se subsídios no diálogo com alguns protagonistas. Foram realizadas entrevistas com a Secretária Municipal de Educação, responsável pelo órgão gestor do sistema de Municipal de Ensino e com a diretora pedagógica da SME, responsável pela organização, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades educacionais do Sistema Municipal de Ensino.

As entrevistas semiestruturadas, nesta pesquisa, se aproximaram mais de um diálogo com os sujeitos, onde estavam focados assuntos acerca da inquietação de se implementar uma política pública de Educação do Campo em Cachoeira do Sul e as mudanças ocasionadas a partir disso.

As entrevistas foram realizadas no aplicativo de videoconferência Zoom Cloud Meeting. Esse é o meio que vem sendo utilizado durante a pandemia da Covid-19. Como instrumentos foram utilizados um roteiro previamente elaborado e as entrevistas gravadas. Cada entrevista foi transcrita para melhor análise das informações fornecidas, após o consentimento dos colaboradores como “[...] modo de preservar o conteúdo da entrevista” (GIL, 2008, p. 119).

Conforme Gerhardt e Silveira (2009), na entrevista semiestruturada, o pesquisador organiza um roteiro sobre o tema, mas permite e em certo momento incentiva que o entrevistado fale livremente. E apresenta como vantagens, o entrevistador pode facilmente adaptar-se às características das pessoas e às circunstâncias que se desenvolve a entrevista e apresenta a obtenção de dados com elevado nível de profundidade. O Quadro 2 apresenta o perfil dos entrevistados.

Quadro 2 - Perfil acadêmico e profissional dos entrevistados

(continua)

Entrevistado	Formação Acadêmica	Tempo de atuação na função	Referência na pesquisa
Secretária Municipal de Educação	Magistério. Pedagogia. Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Supervisão Escolar.	Nos anos de 2011 e 2012  Retorna em 2017, até o momento.	Fernanda

	Pós em Administração Escolar e Orientação Educacional.		
Diretora pedagógica da Secretaria de Educação do Município.	Magistério. Pedagogia Habilitação em Supervisão Escolar e Matérias Pedagógicas do Ensino Médio. Especialização em Gestão Escolar – Organização Pedagógica da Escola. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional.	Desde o ano de 2017 até o momento.	Vanessa

(conclusão)

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas no percurso da pesquisa. (2020)

No contexto da pesquisa, conforme o Quadro 2, por se tratar da identificação dos entrevistados, foram atribuídos nomes fictícios, com a premissa de manter o sigilo das identidades e facilitar a organização das informações dos dados. Dessa forma, os nomes escolhidos foram de pessoas que fazem parte da minha vida na escola e como as entrevistadas eu admiro muito pela competência e dedicação, a Secretária Municipal de Educação a chamaremos de Fernanda e a Diretora Pedagógica de Vanessa.

A primeira entrevista realizada foi com a Vanessa, Diretora Pedagógica nomeada no município para atuar na educação infantil no ano de 2007. Em 2011, foi designada para atuar na secretaria com o projeto “Revitalizando a Educação no Interior”, que permaneceu até outubro de 2012, quando assumiu a vice-direção e coordenação pedagógica em uma escola de educação infantil. No ano de 2016, voltou para a secretaria de educação, com a função específica de trabalhar com processos do Conselho Municipal de Educação, representando a secretaria como conselheira. No final do ano de 2016, ela foi eleita como presidente deste conselho e a partir desta nova função, começa a estudar mais a questão do sistema municipal de ensino. Em 2017, assume o setor pedagógico, sua primeira experiência como chefe na secretaria e, posteriormente, a Diretoria Pedagógica.

A Secretária Municipal de Educação, neste estudo, chamada de Fernanda, foi a segunda entrevistada. Trabalhou na Secretaria Municipal de Educação em 1990, onde coordenou a alfabetização. Neste tempo, ela era cedida do estado 20 horas e as outras 20 tinha convocação no município. Após ela passar no concurso público da prefeitura ficou atuando junto ao setor da supervisão escolar. Após esse período, retornou à secretaria de educação, em 2009, onde trabalhou como diretora



pedagógica e, também, assessorando o gabinete do prefeito nas demandas referentes à educação. Foi secretária nos anos de 2011 e 2012, nesses anos, foi desenvolvido o projeto “Revitalizando a Educação no Interior”. No ano de 2013, retorna à secretaria do meio ambiente como diretora e, também, como secretária, aonde foram ampliados os projetos em parceria com a secretaria da educação, sempre focando a melhoria dos espaços escolares, principalmente de hortas, a própria escola produzindo seu alimento. Em 2017, assume, novamente, a Secretaria Municipal de Educação aonde pôde ampliar cada vez mais este trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa, foi aplicado um questionário *online*, com questões abertas e fechadas (Apêndice C), previamente elaboradas a partir da fundamentação teórica desse trabalho e centradas em pontos que são relevantes à construção da minuta de diretriz curricular para as escolas do campo do município, tendo como sujeitos os 15 gestores das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul-RS, objetivando receber respostas compatíveis, para que se possa fazer um diagnóstico da realidade destas escolas. Os questionários, em formato eletrônico, foram entregues via e-mail para acesso através de *link*, gerado por meio de uma ferramenta gratuita oferecida pelo *Google*: o *Google Forms*. O questionário ficou disponível para preenchimento no *site* do *Google Forms* no endereço *web*, a seguir: <https://forms.gle/zf982yNFBp5qEFaV6>.

Segundo Yin (2001, p.114): “Os questionários são apropriados para um estudo quando o conhecimento sobre a questão lhe permite formular um número suficiente de perguntas de maneira não ambígua; um grande número de participantes estará envolvido”.

Esses participantes foram selecionados por serem os que desenvolvem a gestão das escolas do campo municipais de Cachoeira do Sul. É importante ressaltar que as respostas fornecidas pelos sujeitos investigados na pesquisa serão identificadas por números: gestor 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12 (1G, 2G, 3G, 4G, 5G, 6G, 7G, 8G, 9G,10G, 11G, 12G) conforme está configurado no Quadro 3.

Quadro 3 – Gestores das Escolas do Campo

Sujeitos colaboradores da pesquisa	Nº de envolvidos	Nº de colaboradores que responderam ao questionário	Nomenclatura Utilizada
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestores das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul / RS</li> </ul>	15	12	G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8, G9, G10, G11, G12

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O questionário foi elaborado a partir das categorias das unidades de análise, e dividido em 04 seções: a primeira seção foi direcionada ao perfil dos sujeitos da pesquisa, a segunda seção o perfil da comunidade local, a terceira seção, políticas públicas e a última seção o foco foi gestão escolar.

Na sequência, foram obtidos os números de contato dos gestores, e em seguida, foi criado um grupo de *WhatsApp*, com o objetivo de apresentar o projeto e solicitar o endereço de e-mail pessoal de cada um para o envio do questionário. O texto do *e-mail* está no Apêndice A.

Dos 15 gestores, apenas 20% não responderam ao questionário, até o dia 14 de agosto de 2020. A partir das respostas de 80% dos questionários, que as análises foram realizadas. As respostas foram copiadas do relatório do *Google Form* para uma planilha. Os procedimentos de análise foram realizados pelo cruzamento dos dados e observação dos gráficos em comparação com as questões presentes nos objetivos específicos.

Ademais, se utilizou, como recurso, a análise dos documentos legais que embasam as políticas públicas educacionais federais e municipais para a obtenção de informações relacionadas ao campo de pesquisa. A seguir, no Quadro 4, encontram-se os marcos legais que serão analisados neste estudo:

Quadro 4 - Marcos Legais, documentos e projetos que constituirão a análise documental por esferas administrativas.

(continua)

NACIONAL	MUNICIPAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).</li> <li>Parecer CNE/CEB 36/2001.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Municipal de Educação (Lei n. 4.404/2015).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução CNE/CEB nº. 01/2002.</li> <li>Resolução CNE/CEB nº. 02/2008.</li> <li>Resolução CEB/CNE nº 04/2010.</li> <li>Decreto nº 7.352/2010.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parecer CME nº 13/2007 de Cachoeira do Sul/RS.</li> <li>Projeto “Revitalizando a Educação no Interior”</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa “Escola Ativa” (MEC)</li> <li>• Projeto “Educação do campo: analisando a realidade para inovar no futuro”</li> <li>• COMDECampo</li> <li>• Referencial Curricular Municipal (RCM)</li> </ul>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

(conclusão)

Fonte: Elaborado pela autora.

As interlocuções com os sujeitos da pesquisa, bem como a análise dos resultados da pesquisa documental, forneceram subsídios para o entendimento dos entraves na consolidação de uma política de Educação do Campo no âmbito do município, o que possibilitou, a partir dos elementos apontados neste trabalho, desenhar uma minuta de diretrizes curriculares capaz de contribuir para a Educação do Campo no município de Cachoeira do Sul.

## 2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Neste subcapítulo, foram analisados e interpretados os dados apurados nas pesquisas documentais, nas entrevistas e questionários com os representantes do Sistema Municipal de Ensino e das escolas do campo, à luz dos objetivos propostos para esta pesquisa.

Para a análise dos dados qualitativos obtidos, foi utilizada a análise de conteúdo. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2006, p. 42), “[...] representa um conjunto de técnica de investigação, que tem por finalidade a descrição objetiva das mensagens, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Essa ação permitiu extrair, literalmente e nas entrelinhas, falas dos gestores municipais, no sentido de auxiliar a tecer conhecimento da realidade que busca ir além do meramente “reconhecer as escolas”, mas compreender o conjunto de interpretações que levam a compor cada lugar.

Para a realização do trabalho proposto, sua execução perpassou por momentos pré-estabelecidos, de acordo com o processo de análise de dados de Bardin (2006). A primeira fase consistiu no levantamento bibliográfico, com a revisão das matrizes teóricas que materializaram os conceitos necessários ao desenvolvimento dos objetivos, e a compreensão do tema escolhido.

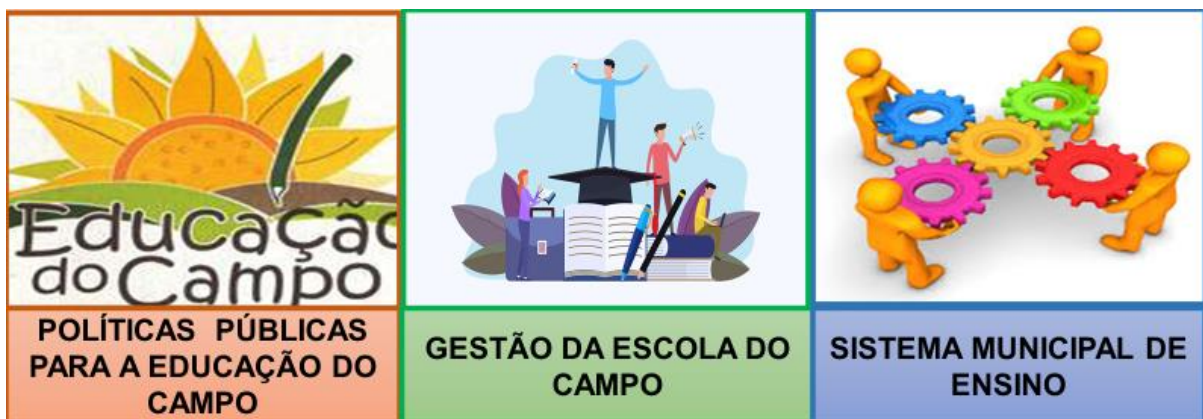
Para isso, leituras de obras científicas sobre a temática, artigos e as legislações que regularizam e legalizam as escolas do campo, em especial as Diretrizes

Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB 01/2002), devido à importância das Diretrizes Operacionais no processo de reconhecimento e implantação de propostas e ações voltadas à educação do campo.

A segunda fase, a exploração do material, foi realizada no sentido de sistematizar todas as informações sobre as particularidades de todas as escolas do campo do município de Cachoeira do Sul. As entrevistas feitas com a secretária municipal de educação e a diretora pedagógica da SMEd consistiu em uma análise das políticas desenvolvidas pelo município para as escolas do campo. A elaboração e aplicação dos questionários aos gestores tiveram como objetivo conhecer a realidade das escolas do município.

Após a exploração do material, a terceira fase da pesquisa foi delineada pelo diagnóstico obtido com a descrição das informações. Para isso, foram definidas três grandes categorias (Figura 3), conforme Bardin (2006, p.146), esta etapa leciona alguns cuidados, que exigirá exatidão e atenção para a validade dos dados: “[...] classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles”.

Figura 3 - Categorias das Unidades de Análise



Fonte: Elaborada pela autora.

Na análise de conteúdo, a partir do questionário *online*, foi necessário o desdobramento das categorias principais em outras subcategorias (Figura 4), levando-se em consideração, durante o processo, os objetivos da pesquisa.

Figura 4 - Subcategorias de Análise



Fonte: Elaborada pela autora.

### 2.3 O CONTEXTO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS

Segundo crônica do Padre Losano,<sup>8</sup> na história do município de Cachoeira do Sul, bandeirantes de Raposo Tavares, em 1637, desbravaram terras na região central do Rio Grande do Sul, destruindo, nas margens dos rios Jacuí, Piratini, Ijuí Grande e outros aldeamentos indígenas, fundados pelos jesuítas. Em 1724, estancieiros paulistas e lagunenses espalharam-se pelo território sem, entretanto, formar povoados. Mais tarde, em consequência das guerras sucessivas entre portugueses e espanhóis, vieram de São Paulo, Paraná e Santa Catarina contingentes de soldados que, segundo consta, constituíram a verdadeira origem do lugarejo. Talvez, por isso,

<sup>8</sup> A história do município de Cachoeira do Sul foi redigida, utilizando os trabalhos realizados pelo Instituto Brasileiro em Geografia e Estatística (IBGE) – Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/historico>> e Wikipédia - <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_de\\_Cachoeira\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Cachoeira_do_Sul)>. Acesso em: 18/04/2020.

alguns autores afirmem que a história de Cachoeira nasceu na caserna ou que o Município teve origem em acampamento militar.

Em 1750, tropas portuguesas vindas de São Paulo receberam sesmarias e começaram a povoar a área em volta ao rio Jacuí, para segurança ao cumprimento do Tratado de Madri, assinado no mesmo ano. Devido à escassez de terras aráveis no Arquipélago dos Açores, e à explosão demográfica, Gomes Freire de Andrade recebeu a incumbência de trazer casais açorianos para povoarem a região dos Sete Povos das Missões. No entanto, estes espalham-se por todo o território do estado. Um grupo estabeleceu-se às margens do rio Jacuí, juntando-se aos soldados, que se dividiram em pequenos latifúndios, dedicando-se à agricultura e à pecuária.

Em 1754, ocorreu a Guerra Guaranítica, com a derrota dos indígenas, alguns deles foram recolhidos por portugueses e formaram uma pequena aldeia no Cerro do Botucaraí. Em 1769, foram levados para o Passo do Fandango, onde construíram a capela de São Nicolau. O lugar é, hoje, o bairro Aldeia, de Cachoeira do Sul. É nessa época que a pequena vila, formada de açorianos e índios, começa a ser chamada de Cachoeira (Figura 4), devido às quedas d'água do rio Jacuí que havia no local.

Em 1858, o Governo criou no local uma Colônia Agrícola, para a qual foram encaminhados 119 colonos alemães, que deram início a seus trabalhos dirigidos pelo Barão de Kalden. A Campanha pela Proclamação da República iniciou-se em 1882, com a fundação do Clube Republicano na cidade. Concorrendo para tornar Cachoeira do Sul um dos mais prósperos municípios do Estado. A Barragem-Ponte do Fandango, com eclusa, foi a primeira assim construída no Brasil tendo sido entregue ao trânsito público em 25 de janeiro de 1961.

Com território desmembrado do termo da antiga Vila do Rio Pardo, foi “mandado vilar” pelo Alvará de 26 de abril de 1819, com a denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira. Era a elevação a Município, sendo a quinta cidade mais antiga do Rio Grande do Sul. Segundo a Divisão Administrativa de 1911, o Município cuja denominação se simplificou para Cachoeira, subdividia-se nos distritos de Cachoeira, Pequiri, Palma, Restinga Seca, Dona Francisca, Santo Ângelo e Cerro Branco.

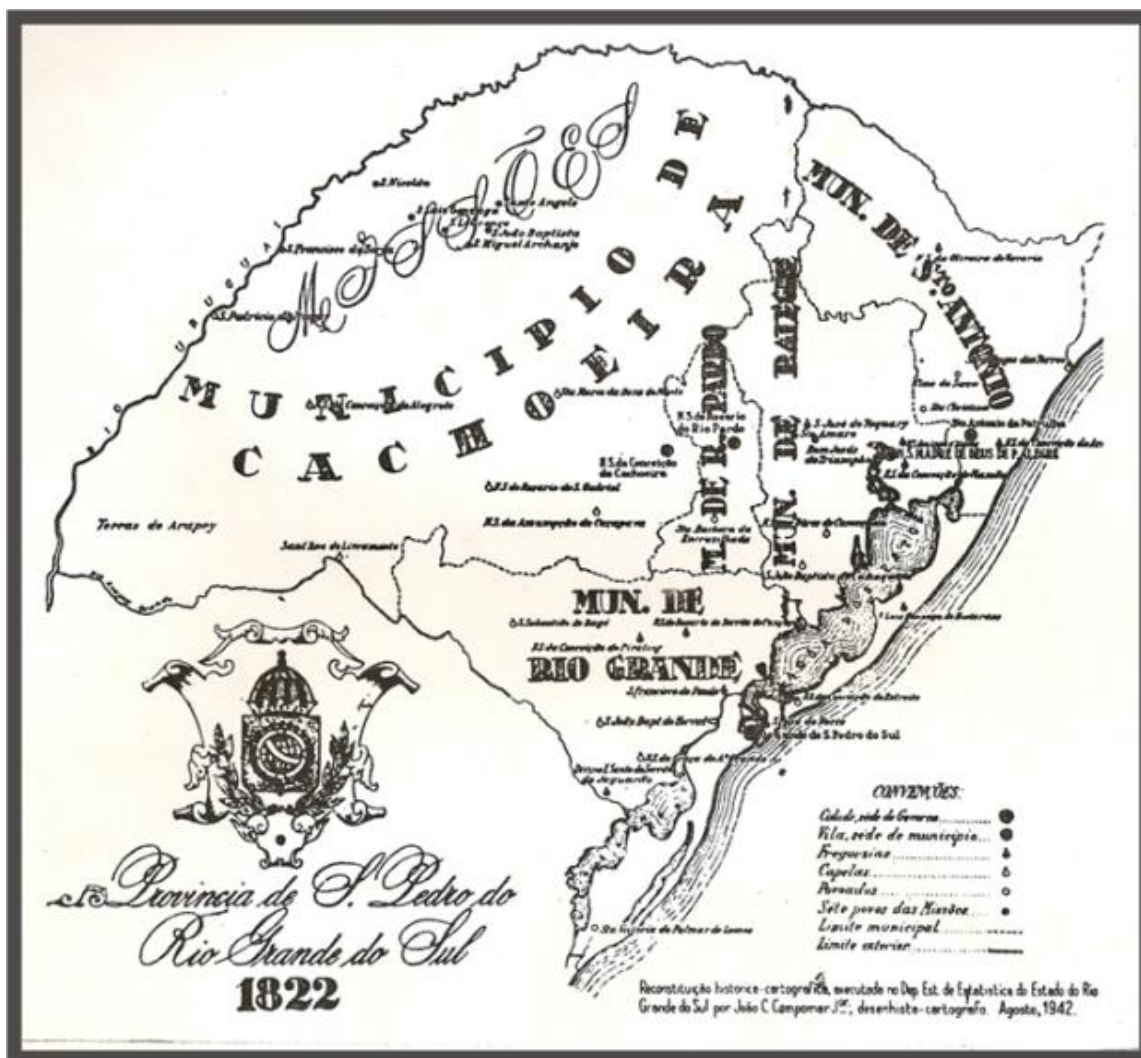
A Lei provincial nº 799, de 25 de outubro de 1872, criou a Comarca de Cachoeira, formada somente de seu próprio termo. O Município passou a denominar-se Cachoeira do Sul em cumprimento ao Decreto-lei estadual nº 720, de 29 de dezembro de 1944. Após o Censo de 1960 recebeu reformulação e perdeu território



ficando atualmente composto dos distritos de Cachoeira do Sul (sede), Barro Vermelho, Capané, Cordilheira, Bosque, Ferreira e Três Vendas.

A seguir será apresentado o mapa do município de Cachoeira do Sul, 5º município do Rio Grande do Sul, do ano de 1822.

Figura 5 - Mapa do 5º município do Rio Grande do Sul – CACHOEIRA – 1822



Fonte: Blog História de Cachoeira do Sul, disponível em <<http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2012/08/5-de-agosto-de-1820-5-de-agosto-de-2012.html>>.

O município de Cachoeira do Sul (Figura 7), localiza-se no estado do Rio Grande do Sul na latitude 30°02'20" S e na longitude 52°53'38" O, com área territorial de 3.735,026 km<sup>2</sup>. Segundo as definições do IBGE, Cachoeira do Sul pertence à Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense (IBGE, 2019), com limites estabelecidos com outros nove municípios. (Figura 6)





Figura 7 - Localização do Município de Cachoeira do Sul



Fonte: Adaptado de Wikipédia e Google Maps (2019).

Conforme dados do SEBRAE<sup>9</sup>, no ano de 2018, a população no município de Cachoeira do Sul era de 83.590 habitantes, correspondendo a 0,74% da população do Estado, do total, 43.338 são mulheres e 40.252 são homens. No ano de 2019, eram 68.186 habitantes residindo na cidade e 11.735 no campo.

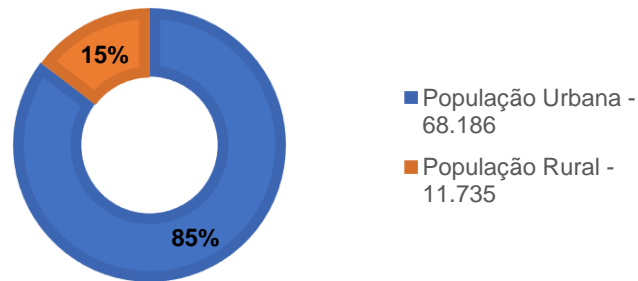
Ao analisar o Gráfico 1, que se refere à população urbana e rural, em relação à porcentagem da população total do município de Cachoeira do Sul, somente 15% da população residem no campo, contra 85% da população urbana, mantendo um

---

<sup>9</sup> SEBRAE/RS: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. Perfil das cidades gaúchas. Disponível em: <[https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil\\_Cidades\\_Gauchas-Cachoeira\\_do\\_Sul.pdf](https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Cachoeira_do_Sul.pdf)>. Acesso em: 18/04/2020.

município urbanizado em relação ao aspecto da população, panorama que tende a se intensificar devido ao processo de automatização do campo e as cidades tornando-se mais atrativas.

Gráfico 1– População Rural e Urbana no município de Cachoeira do Sul – RS (2019)



Fonte: SEBRAE Org.: Elke Quilião de Oliveira (2020)

Dentro do apresentado, seguindo uma tendência nacional, a população rural, em comparativo ao urbano, tende a continuar em declínio, necessitando urgentemente de programas e de políticas que contribuam para a alteração dessa realidade, buscando alterar o panorama das últimas décadas.

A escola do campo é uma importante aliada para a mudança deste panorama de urbanização, contribuindo para a diminuição do êxodo rural, através de um currículo que faça o aluno valorizar o meio em que vive, priorizando os seus saberes e incentivando a sua permanência no campo.

Para isso, junto com a educação do campo e sua qualidade, deve acompanhar o acesso às tecnologias, especialmente digitais. De acordo com o Art. 3º Inciso IV da Lei 7.352/2010 (PRONERA), cabe a União criar e implementar de mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial: “contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo”.

No entanto, somente proporcionar equipamentos e acesso à internet, não garante que esses recursos serão utilizados adequadamente. Diante desta situação,

vê-se a importância de projetos dentro das escolas do campo que não só exponham a tecnologia, mas que ensinem a extrair e gerar o conhecimento realizando a troca de informação de forma apropriada e inteligente, de forma a aumentar o nível de alfabetização da população campesina.

O município de Cachoeira do Sul é caracterizado como “cidade agropecuária”, tendo vocação para o agronegócio. Ele ostenta o título de “Capital Nacional do Arroz”, devido aos seus laços históricos com este grão, em suas várzeas e coxilhas. A cidade sedia a Feira Nacional do Arroz, um dos maiores eventos orizícola das Américas. Conforme o Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2017, a área agropecuária do município é de 320.464 hectares, dividida em 2.780 estabelecimentos, e 7.825 pessoas ocupadas nestes estabelecimentos agropecuários.

Das atividades desenvolvidas no município, as que mais se destacam são: na pecuária<sup>10</sup> (IBGE, 2018), a criação de bovinos, galináceo e ovino; e, na produção agrícola<sup>11</sup> (IBGE, 2017), as lavouras de arroz, trigo e soja. Há, ainda, a produção de noz-pecã, sendo a maior produtora na América Latina. E há, também, as olivas, tendo como destaque a marca “Olivas do Sul”, agroindústria que fabrica o primeiro azeite extravirgem comercializado no Brasil<sup>12</sup>, e a marca “Azeite Puro”, da família Todeschini, dona de uma das maiores fábricas de móveis da América Latina, cuja cultura está sendo substituída pela plantação de eucaliptos<sup>13</sup>.

Em Cachoeira do Sul, se faz presente, também, a Agricultura Familiar, com mais de duas mil unidades de produção agrícola. O conceito de Agricultura Familiar ainda é bastante recente, são famílias que se dedicam às atividades de processamento de alimentos utilizando matéria-prima própria, oriundas de hortaliças e pomares domésticos. Segundo a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural

---

<sup>10</sup> Endereço: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa>. Acesso em: 15/08/2020.

<sup>11</sup> Endereço: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa/31/29644>. Acesso em: 15/08/2020.

<sup>12</sup> Endereço: <https://www.olivasdosul.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 23/02/2021

<sup>13</sup> Endereço: <https://ocorreio.com.br/familia-todeschini-diversifica-com-azeite-puro-feito-a-partir-de-olival-em-cachoeira-do-sul/>; e, <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/gisele-loeblein/noticia/2019/08/cachoeira-do-sul-aumentara-participacao-no-mercado-de-azeites-de-oliva-cjyssq3bg00q701msu7zu0f1y.html>. Acesso em: 23/02/2021

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

De acordo com a Lei nº 13.921/2012, que institui a Política de Agroindústria no Estado do Rio Grande do Sul, agricultura familiar é o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana. Essa lei tem por finalidade a agregação de valor à produção, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho e renda.

O governo do estado do Rio Grande do Sul desenvolve programas voltados para a Agroindústria Familiar, como o Programa Estadual de Agroindústria Familiar – PEAFF, com ações estratégicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, proporcionando melhoria na condição de vida dos agricultores familiares, apoiando a legalização e a implantação de agroindústrias familiares, e o Apoio à Agroindústria Familiar e Camponesa. Esse programa tem por objetivo fomentar projetos integrados e fortalecer iniciativas com os princípios de diversificação dos recursos produtivos e da produção dos agricultores familiares e camponeses.

Segundo Ferreira, et al. (2017), as agroindústrias rurais familiares apresentam dificuldades e limitações, especialmente sobre o aspecto da comercialização, essa é uma realidade das agroindústrias do município de Cachoeira do Sul. A partir do ano de 2012, algumas agroindústrias receberam informações e capacitações para a obtenção do selo sabor gaúcho. O selo “Sabor Gaúcho”, criado pelo Governo do Estado do RS, através do Decreto 43.341/2012, é uma marca que identifica os produtos com origem na agricultura familiar gaúcha, que participa do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAFF), sendo sinônimo de produção oriunda da agricultura familiar.

Outro programa que está presente no município, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei Federal 11.947/2009, que por meio

dele alguns produtores das agroindústrias passaram a inserir seus produtos nas escolas, gerando a comercialização em troca de uma alimentação escolar saudável para os alunos da rede municipal.

O setor da Agricultura Familiar contribui, significativamente, para a economia brasileira, é responsável por mais de 70% da mão de obra no campo<sup>14</sup>. O sistema de agricultura local bem estruturado é de suma importância para a comunidade, pois permite alavancar a economia local e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dessas realidades, contribuindo para que as novas gerações se sintam motivadas a permanecerem no campo.

#### 2.4 SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS

O Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul, criado pela Lei Municipal nº 3.177/2000, é composto pela Secretaria Municipal de Educação (SMEd), Conselho Municipal de Educação (CME) e escolas mantidas pelo poder público municipal e escolas de educação infantil mantidas pela iniciativa privada. Segundo dados do Centro de Planejamento - CEPLAN<sup>15</sup>, o município possui 6.643 alunos matriculados em 39 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental; e entre funcionários, professores nomeados e contratados o total de 1.219 profissionais.

Nessa esfera, é importante olhar para os órgãos que compõem o Sistema e os seus papéis na construção das políticas educacionais voltadas para a educação do campo. A SMEd, é o órgão responsável pela administração e execução da política educacional do município. Ela é composta pela Diretoria Administrativa e Diretoria Pedagógica. A Diretoria Administrativa é responsável em promover condições necessárias ao desenvolvimento das atividades educacionais, é constituída pelos setores de Pessoal, Financeiro, Patrimônio e Material e Transporte Escolar. A Diretoria Pedagógica é responsável pela organização, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades educacionais do Sistema Municipal de Ensino, constituída pelos setores Pedagógico, de Assistência ao Educando, de

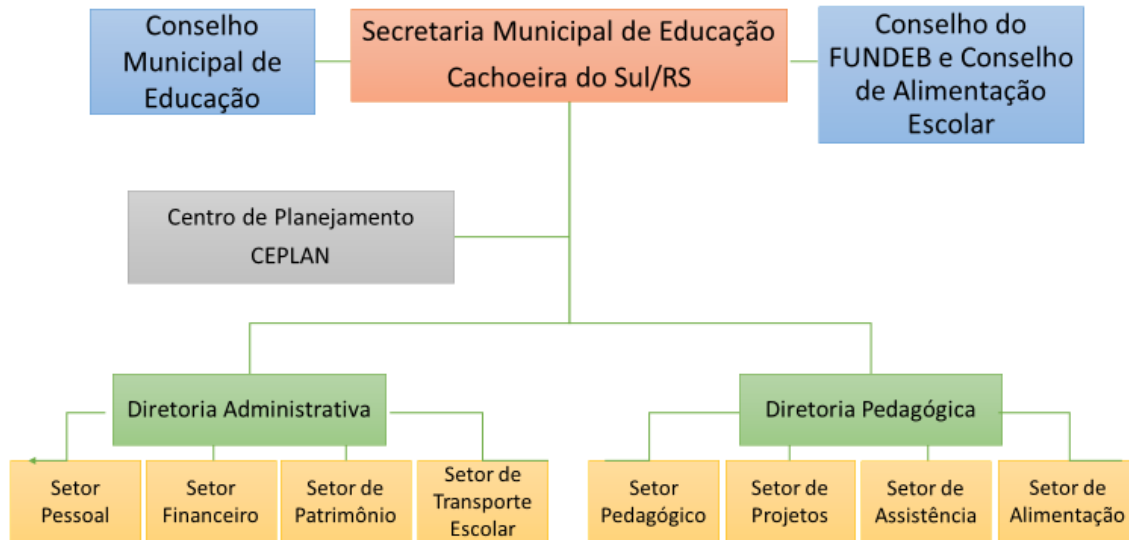
---

<sup>14</sup> Endereço: <https://www.grupocultivar.com.br/noticias/agricultura-familiar-movimenta-a-economia-brasileira>. Acesso em: 15/08/2020.

<sup>15</sup> Referente ao mês de setembro de 2020.

Projetos Educacionais e Alimentação Escolar. Para melhor compreensão desta organização, na Figura abaixo, será apresentado o organograma da SMEEd.

Figura 8 - Organograma da Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Adaptação feita pela autora do organograma OBEMCS (2019) Site: <www.obemcs.com>.

A Figura 8 representa uma adaptação da Estrutura Organizacional da SMEEd disponível no portal Observatório da Educação Municipal de Cachoeira do Sul (OBEMCS)<sup>16</sup>. Nela, destaca-se o Centro de Planejamento (CEPLAN), responsável por coordenar e executar as atividades de planejamento, programação, estatística, comunicação e avaliação, e o Conselho Municipal de Educação (CME) e os órgãos de Acompanhamento e Controle Social, tais como: Conselhos do Fundeb<sup>17</sup> e de Alimentação Escolar (CAE).

Na conjuntura da gestão democrática, o Conselho Municipal de Educação – CME é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador sobre os assuntos de sua competência. Ele, foi criado pela Lei Municipal N° 2.222/1988, reestruturado e reorganizado pela Lei Municipal N° 3.339/2002, tem sua estrutura, organização e funcionamento regulados e definidos em legislação específica e em regimento próprio. E uma das suas competências é emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza

<sup>16</sup> OBEMCS: Observatório da Educação Municipal de Cachoeira do Sul - Site: <www.obemcs.com>. Acesso em: 15/08/2020.

<sup>17</sup> FUNDEB: Fundo de desenvolvimento da Educação Básica.

educacional que lhe forem submetidos por representantes de Entidades de âmbito municipal ligados à educação. O CME é o órgão responsável para a consolidação das políticas públicas educacionais do município, sendo um aliado importante, juntamente com a COMDECampo, na concretização deste projeto.

## 2.5 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACHOEIRA DO SUL/RS

A rede municipal possui, atualmente, um total de 39<sup>18</sup> unidades de ensino. O atendimento se concentra na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, conforme estabelece a LDB nº 9.394/96, sendo 15 escolas localizadas na zona rural, representando cerca de 60% das escolas. Já, do total de matrículas, os referentes às escolas do campo, representam um pouco mais de 33%. O número de unidades é de 13 na zona rural, porque houve a municipalização de 2 escolas após o censo, o que fecha 15, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 - Unidades de Ensino e matrículas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Cachoeira do Sul.

	Unidades de Ensino		Matrículas	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>Pré-escola</b>	08	12	1.033	196
<b>Ensino Fundamental - Anos Iniciais</b>	09	13	1.231	544
<b>Ensino Fundamental - Anos Finais</b>	09	13	893	429
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>3.157</b>	<b>1.169</b>

Fonte: INEP/MEC - Ano censo escolar 2019 – disponível site: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em 15/08/2020.

Os dados da Tabela 1 demonstram que apesar destas escolas serem em número maior, o total de matrículas na zona urbana supera em quase 73% o número

<sup>18</sup> Endereço: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 15/08/2020.

de alunos das escolas do campo. O número de escolas localizadas na zona rural se dá pela distância que estas escolas estão inseridas dentro do município, e pela necessidade de atender a todos os alunos residentes nestas áreas.

A partir da década de 90, as reformas educacionais na educação básica, induzidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, priorizaram o Ensino Fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com esses fundos, foram estabelecidos critérios para a transferência de recursos financeiros às escolas públicas, estimulando a municipalização dos mesmos. Esse processo resultou no fechamento de várias escolas multisseriadas. Os estudantes das unidades desativadas foram “nucleados” em centros urbanos e escolas maiores, no município de Cachoeira do Sul a realidade não foi diferente, neste período foram fechadas 53 escolas multisseriadas. Os estudantes dessas unidades foram “nucleados” em escolas maiores denominadas “escolas polos”.

Diante desta realidade, apresenta-se um comparativo, a partir dos mapas das escolas do município antes da nucleação e as que estão em funcionamento atualmente, conforme Figuras 9 e 10.

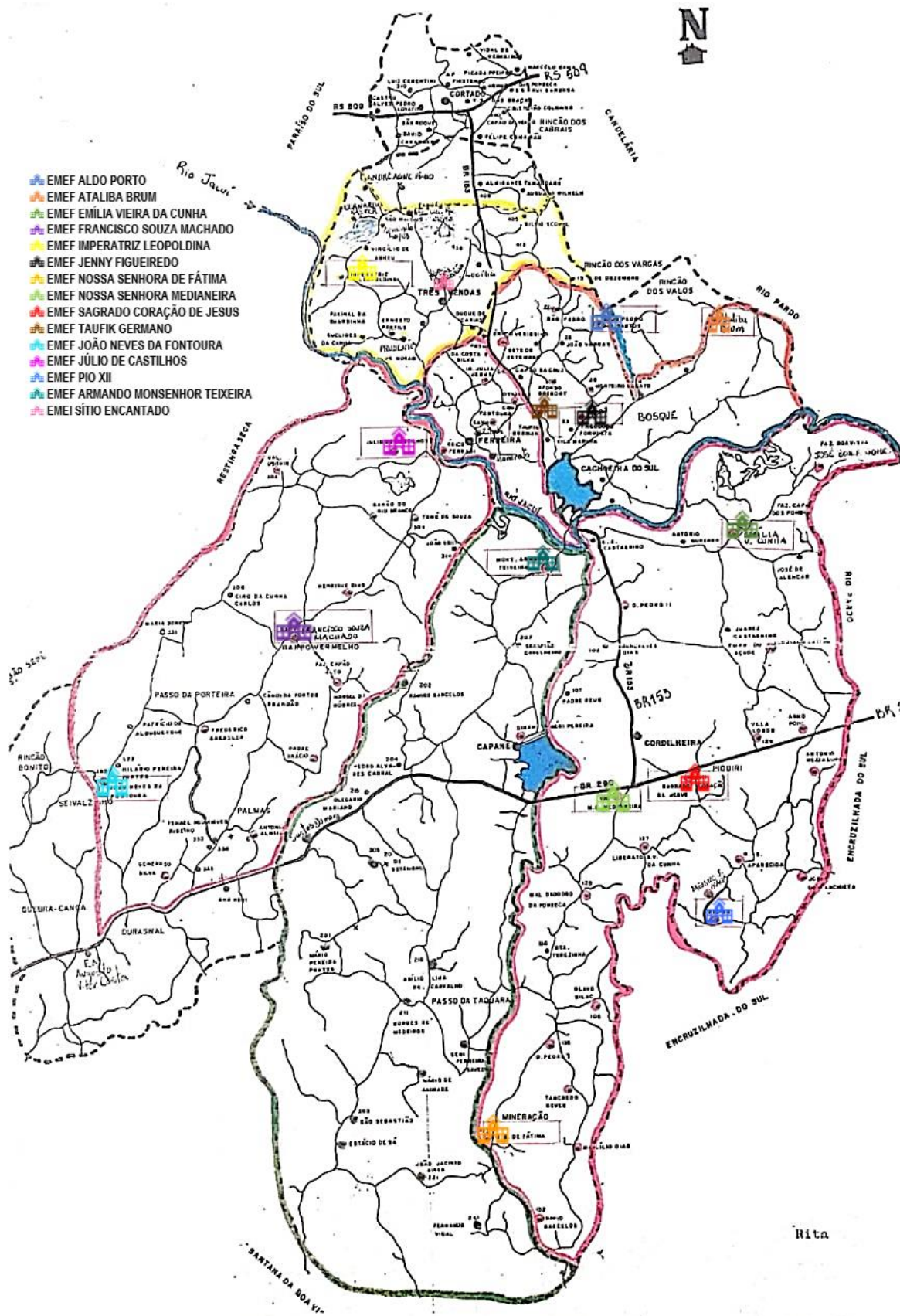




A Figura 9 apresenta a distribuição das 68 escolas do campo que pertenciam ao município de Cachoeira do Sul/RS antes das nucleações. Fazendo um comparativo relativo ao número de escolas, fica evidente que muitas realidades do meio rural foram desassistidas, pois dessas 68 escolas, hoje existem somente 15. Com o surgimento da política de nucleação, os governos municipais organizaram as escolas que se localizam no meio rural, em um único agrupamento (Escolas Polo), esse processo tinha como objetivo principal a redução de gastos pelo município em educação, buscando diminuir efetivamente o custo educacional. Nesse sentido, Oliveira (2010) afirma que muitos gestores municipais e estaduais utilizam como argumento, a baixa qualidade do ensino desenvolvido pelas escolas multisseriadas. Além disso, os aspectos de economia ou de otimização dos recursos financeiros das administrações locais sempre figuram como fatores importantes na definição de formas de organizar as escolas no campo.

A Figura 10 ilustra a distribuição das escolas do campo após as nucleações no município de Cachoeira do Sul/RS.

Figura 10 - Distribuição das escolas do campo de Cachoeira do Sul após nucleações.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O processo de agrupar estas escolas está previsto no Parecer CEB nº 36/2001<sup>19</sup>. Contudo, não foi levado em conta as consequências das longas viagens feitas pelos professores e estudantes, principalmente após a obrigatoriedade do ensino a partir dos 4 anos de idade.

A rede de escolas municipais do campo de Cachoeira do Sul - RS, é constituída por quinze (15) escolas, sendo somente uma (1) de Educação Infantil. Conforme dados da SMEd, no ano de 2019 eram 228 profissionais exercendo as funções de diretor, vice-diretor, professor, supervisor, orientador e servente, nestas escolas, sendo que grande parte reside na zona urbana, se deslocando para a escola no transporte escolar durante os dias úteis da semana.

A seguir, será realizado um diagnóstico das 15 escolas do campo municipais de Cachoeira do Sul/RS, com dados do Censo Escolar, referente ao ano de 2019<sup>20</sup>; e CEPLAN (SMEd)<sup>21</sup>. A Figura 9 apresenta cada escola e sua localização dentro do município de Cachoeira do Sul.

### **2.5.1 Escolas do Campo Municipais de Cachoeira do Sul/RS**

Os sujeitos localizados no meio rural do município de Cachoeira do Sul/RS são atendidos por instituições de ensino, de responsabilidade tanto do município, quanto do estado, mas somente as escolas municipais inserem-se diretamente em meu objeto de estudos. Essas instituições abrangem uma parcela significativa, dispostas de organização de forma seriada e multisseriadas. A seguir, será realizado um diagnóstico das 15 escolas do campo municipais de Cachoeira do Sul/RS, com dados do Censo Escolar, referente ao ano de 2019<sup>22</sup>, CEPLAN (SMEd)<sup>23</sup>.

De acordo com Organograma apresentado no desenvolvimento do produto educacional (Figura 33), a partir de uma reunião com os gestores, será feita uma pesquisa socioantropológica em todas as escolas do campo do município de Cachoeira do Sul com a finalidade de conhecer a realidade mais detalhada destas comunidades.

---

<sup>19</sup> Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

<sup>20</sup> Endereço: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados> – Acesso em: 16/08/2020.

<sup>21</sup> Dados fornecidos pelo CEPLAN referente ao mês de setembro/2020, em 13/11/2020.

<sup>22</sup> Endereço: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados> – Acesso em: 16/08/2020.

<sup>23</sup> Dados fornecidos pelo CEPLAN referente ao mês de setembro/2020, em 13/11/2020.



## 1. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ALDO PORTO:

Escola localizada no distrito do Bosque (Rincão dos Mineiros), distante aproximadamente 40 km da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ela atende o total de 106 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica e internet. Quanto às dependências físicas: 6 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de AEE, além de cozinha e refeitório, banheiro adequado à educação infantil e banheiro com chuveiro, pátio coberto e descoberto, área verde, quadra de esportes descobertas e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som e projetor multimídia (Datashow).

Figura 11 - E.M.E.F. Aldo Porto



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 2. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ATALIBA BRUM:

Encontra-se localizada no Capão do Valo (Bosque), a uma distância de 25 km aproximadamente da sede do município. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ela atende o total de 128 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 5 salas de aulas, sala de diretoria, sala de secretaria, sala de professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de AEE, auditório, cozinha, refeitório, banheiro adequado à educação infantil e banheiro adequado à

alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pátio descoberto, área verde, quadra de esportes descobertas e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: DVD, aparelho de som, antena parabólica, impressora, e projetor multimídia (Datashow).

Figura 12 - E.M.E.F. Ataliba Brum



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

### 3. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EMÍLIA VIEIRA DA CUNHA:

Encontra-se localizada no distrito de Cordilheira (Porteira Sete), distante 21 km aproximadamente da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE), atendendo 51 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica e acesso à internet. Quanto às dependências físicas: 4 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de AEE, biblioteca, cozinha, refeitório, banheiro com chuveiro, almoxarifado, pátio descoberto, área verde. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som e impressora.

Figura 13 - E.M.E.F Emília Vieira da Cunha



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

#### 4. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO SOUZA MACHADO:

A escola está localizada no distrito do Barro Vermelho, distante aproximadamente 45 km da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Atividades Complementares, no total de 84 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água de cacimba, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica e acesso à internet. Quanto às dependências físicas: 5 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de AEE, cozinha, quadra de esportes descoberta, pátio coberto e descoberto, área verde. Em relação aos equipamentos a escola possui: DVD, TV, impressora e projetor multimídia (Datashow).

Figura 14 - E.M.E.F Francisco Souza Machado



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 5. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL IMPERATRIZ LEOPOLDINA:

Situada no distrito de Três Vendas (Faxinal da Guardinha), distante 39 km aproximadamente da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no total de 98 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 5 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, sala de AEE, cozinha, banheiro adequado à educação infantil e banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pátio descoberto e quadra de esportes descoberta. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som e impressora.

Figura 15 - E.M.E.F. Imperatriz Leopoldina



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 6. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JENNY FIGUEIREDO:

Encontra-se localizada no distrito do Bosque (Forqueta), distante 10 km aproximadamente da sede. A escola ficou conhecida como Brizoleta, sendo a última escola deste modelo no município. No ano de 2016, passou por uma reforma, com a construção de um novo prédio com recursos da Prefeitura e do FNDE/MEC através do Plano de Ações Articuladas (PAR).



A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no total de 114 alunos. É a escola situada mais perto da sede do município, considerada uma escola do campo, com a maioria dos alunos oriundos da área urbana da cidade. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água da rede pública, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 6 salas de aulas, sala de diretoria, sala de secretaria, sala de professores, laboratório de informática, biblioteca, sala de AEE, cozinha, despensa, almoxarifado, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pátio coberto e descoberto, área verde, quadra de esportes descobertas e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, impressora e aparelho de som.

Figura 16 - E.M.E.F. Jenny Figueiredo



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 7. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA:

A escola está localizada no distrito de Cordilheira (Mineração), distante 70 km da sede, é a escola que tem as maiores distâncias entre localidades e escola, sendo algumas regiões limítrofes com municípios vizinhos. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no total de 64 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de cacimba e do rio, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet

e banda larga. Quanto às dependências físicas: 5 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, cozinha, refeitório, almoxarifado, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pátio coberto e descoberto, área verde, quadra de esportes descobertas e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som e impressora.

Figura 17 - E.M.E.F. Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

#### 8. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA MEDIANEIRA:

Encontra-se localizada no distrito de Cordilheira (Vila Vargas/Jardim Todesmade), distante 30 km da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental, e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no total de 65 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 3 salas de aulas, sala de diretoria, sala de AEE, cozinha, pátio descoberto, área verde, quadra de esportes descobertas e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som e impressora.

Figura 18 - E.M.E.F. Nossa Senhora Medianeira



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 9. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS:

Localizada no distrito de Cordilheira (Vila Piquiri), distante 35 km aproximadamente da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no total de 188 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta periódica e acesso à internet. Quanto às de dependências físicas: 7 salas de aulas, sala de diretoria, sala de secretaria, sala de professores, laboratório de informática, sala de AEE, cozinha, biblioteca, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, almoxarifado, pátio coberto e descoberto, área verde, e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som, antena parabólica, impressora, copiadora, aparelho de som e projetor multimídia (Datashow).

Figura 19 - E.M.E.F. Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

#### 10. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TAUFIK GERMANO:

Localizada no distrito do Bosque (Passo do Moura), distante 15 km aproximadamente da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado (AEE), é a escola com maior número de matrículas, com 240 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de rede pública, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 8 salas de aulas, sala de diretoria, sala de secretaria, sala de professores, laboratório de informática, sala de AEE, cozinha, biblioteca, refeitório, despensa, banheiro adequado à educação infantil banheiro com chuveiro, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pátio coberto e descoberto, área verde, quadra de esportes coberta e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: DVD, aparelho de som, impressora, e projetor multimídia (Datashow).

Figura 20 - E.M.E.F. Taufik Germano



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 11. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO NEVES DA FONTOURA:

Escola localizada no distrito de Barro Vermelho (Dorasnal), distante 85 km, sendo a escola mais distante da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental, no total de 9 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à queima e enterrado. Quanto às dependências físicas: 2 salas de aulas, despensa, cozinha, pátio descoberto, área verde. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som e projetor multimídia (Datashow).

Figura 21 - E.M.E.F. João Neves da Fontoura



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

## 12. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JÚLIO DE CASTILHOS:

Encontra-se localizada no distrito do Barro Vermelho (Coxilha Bonita), distante 22 km aproximadamente da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental, no total de 15 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa, lixo enterrado, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 2 salas de aulas, sala de secretaria, cozinha, pátio descoberto, área verde e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som.

Figura 22 - E.M.E.F. Júlio de Castilhos



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=196742520858144&set=a.110789032786827>>

### 13. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PIO XII:

Localizada no distrito de Cordilheira (Cerro dos Peixotos), distante 50 km aproximadamente da sede. A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental, no total de 36 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada e água do rio, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à queima, acesso à internet e banda larga. Quanto às de dependências físicas: 2 salas de aulas, sala de diretoria, cozinha, despensa, e pátio descoberto. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, impressora, e aparelho de som.

Figura 23 - E.M.E.F. Pio XII



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)



#### 14. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARMANDO MONSENHOR TEIXEIRA:

Localizada no distrito Barro Vermelho (Passo do Seringa), distante 19 km aproximadamente da sede.

A escola pertencia ao Estado, mas foi municipalizado no ano de 2018, passando por uma reforma na qual foi inaugurada no ano de 2019.

A escola oferta as seguintes Etapas de Ensino: Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental, atendendo 25 alunos. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica. Quanto às dependências físicas: 2 salas de aulas, sala de diretoria, cozinha. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som, e impressora.

Figura 24 - E.M.E.F. Armando Monsenhor Teixeira



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

#### 15. ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÍTIO ENCANTADO:

Escola localizada no distrito de Três Vendas, distante 23 km aproximadamente da sede. A única escola de Educação Infantil do município, atende 25 crianças no Pré A e B. Dispõe da seguinte infraestrutura: água filtrada, água de poço artesiano, energia de rede pública, fossa e lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga. Quanto às dependências físicas: 1 sala de aula, sala de secretaria, sala de leitura, cozinha, refeitório, banheiro adequado à educação infantil, pátio descoberto,

área verde, e parque infantil. Em relação aos equipamentos a escola possui: TV, DVD, aparelho de som, e projetor multimídia (Datashow).

Figura 25 - E.M.E.I. Sítio Encantado



Fonte: Foto cedida pela direção da escola (2020)

As escolas, como foi visto no diagnóstico acima, se situam em localidades diferentes, e cada localidade tem sua peculiaridade. Existem regiões em que os alunos são filhos de pequenos agricultores como nas Três Vendas, Bosque e Passo do Moura. A escola localizada na Forqueta é considerada do campo, mas a maioria dos seus alunos são da zona urbana.

Entre os dados apresentados sobre a infraestrutura das escolas, a maioria dispõe de infraestrutura básica como prevista no Decreto nº 7.352/2010, das quinze escolas somente duas não possuem *internet*; todas possuem água filtrada ou água da rede pública e rede elétrica pública; quanto ao lixo, doze possuem lixo destinado à coleta periódica, o que preocupa são as três escolas que destinam o lixo queimando ou enterrando, o uso das queimadas ou soterramentos para a eliminação desses resíduos é uma prática inadequada devido aos impactos negativos ao ambiente. Destaca-se, ainda, a importância das escolas no processo de repasse de conhecimentos e informações para a comunidade.

As escolas dispõem de dependências físicas necessárias para a demanda dos alunos, porém somente uma escola possui quadra de esportes coberta, laboratório de ciências. Dos dados apresentados somente seis possuem laboratório de informática, após a pandemia, o processo de inserção dos recursos tecnológicos usado como metodologia será necessário para democratizar o acesso às tecnologias. Os equipamentos utilizados pelas escolas são: TV, DVD, aparelho de som, projetor multimídia e impressora.



Investir na infraestrutura escolar nas escolas do campo é garantir ao aluno amplas possibilidades de ter um ensino de qualidade durante seu período escolar, evitando, inclusive, a evasão escolar.

### 3 GIRA... GIRA... DAS PESQUISAS: ESTADO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Figura 26 - Gira... Gira... Girassol da Arte.

*“Se um grupo  
sabe mais  
Pode dar sua  
colaboração  
Para aquele que  
ainda  
Não tem muita  
instrução”  
(BRITO,2013).*



Fonte: Elaborado pela autora.

Este capítulo apresenta, conforme a ilustração acima, uma leitura do contexto atual da educação do campo. Para isso foi realizado um mapeamento de pesquisas publicadas que tiveram como base a revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, tendo a educação do campo como a palavra-chave que girará o percurso desta pesquisa.

O “Estado do Conhecimento” é uma pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativo, e conduz ao desafio do mapeamento e de discussões de produções acadêmicas publicadas em diferentes campos do conhecimento. Segundo Castro e Werle (2004), é uma análise sobre as produções acadêmicas em uma determinada área que permitem reconhecer e identificar os conhecimentos.

[...] é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI, 2015, p.102).

Com o objetivo de embasar a pesquisa, foi realizada uma busca em produções científicas a partir de revisão de literatura no Tutorial de Acesso ao Portal de Periódicos da Capes, via Café site: <http://w3.ufsm.br/biblioteca>, na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no período de 2014 a 2018, relacionando as principais contribuições e discussões, no sentido de

compreender a abordagem dessas produções científicas e os resultados apresentados. Para isso, foram utilizadas as palavras-chave que orientaram esta busca: Educação do Campo; Políticas Públicas Educacionais; Gestão Democrática; e Sistema Municipal de Ensino. O levantamento de dados foi desenvolvido a partir da leitura das publicações, considerando o título, autor, ano, instituição, palavras-chave, objetivo, metodologias e resultados.

Esta pesquisa necessitou seguir alguns passos: 1. Definição dos descritores; 2. Levantamento dos resumos junto ao Tutorial de Acesso ao Portal de Periódicos da Capes via café, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Maria - site: <http://w3.ufsm.br/biblioteca>; e, 3. Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o título, autor, ano, instituição, palavras-chave, objetivo, metodologias e resultados.

As buscas foram realizadas a partir de diferentes descritores e filtros, conforme apresentado no Quadro 5:

Quadro 5- Descritores utilizados na pesquisa

	Descritores	Filtros	Resultados
1	Educação do Campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação do Campo</li> </ul>	08
2	Educação do Campo / Políticas Públicas Educacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação</li> </ul>	03
3	Gestão Democrática / Educação do Campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Português</li> <li>Educação</li> </ul>	02
4	Educação do Campo / Sistema Municipal de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>Periódicos revisados por pares</li> <li>Educação</li> </ul>	00

Fonte: Elaborado pela autora.

No Portal de Periódicos da Capes buscou-se, em um primeiro filtro, “Educação do Campo”. Foram encontradas mais de oito mil publicações, no entanto, refinando a busca na aba “Educação do Campo”, foram encontrados 77, destes apenas 08 tinham alguma relação com o foco desta pesquisa. Com as palavras-chave “Educação do Campo e Políticas Públicas Educacionais”, foram encontradas 2.725 publicações numa primeira busca, entretanto no filtro “Educação” esse número reduziu para 200, destes apenas 03 tinham alguma relação com o foco desta pesquisa. Com as palavras-chave “Educação do Campo e Gestão Democrática”, foram encontradas 820

publicações, refinando a busca usando como filtro “Português” e “Educação” foi reduzido para 46, destes somente 02 tinham relação com a pesquisa. E, finalmente, foram as palavras-chave “Educação do Campo e Sistema Municipal de Ensino”, foram encontradas 720 publicações, usando como filtros “Periódicos Revisados por Pares” e “Educação”, ficou reduzido para 65, destes nenhum tinha alguma relação com a pesquisa.

Para melhor visualização do material analisado, a Tabela 2 apresenta uma visão geral dos trabalhos, segundo as fontes de busca, as categorias e o número dos trabalhos subdivididos por ano de publicação.

Tabela 2– Número de produções, relacionadas ao tema, analisadas no Portal de Periódicos da Capes na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Maria.

CATEGORIAS DE BUSCA	PERÍODO DE BUSCA				
	2014	2015	2016	2017	2018
EDUCAÇÃO DO CAMPO	02	03	00	02	00
EDUCAÇÃO DO CAMPO /POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	01	01	00	02	00
EDUCAÇÃO DO CAMPO/GESTÃO DEMOCRÁTICA	00	01	01	00	00
EDUCAÇÃO DO CAMPO/SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO	00	00	00	00	00

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 2 indica o total de produções analisadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Maria. Verificou-se que no período de 2014-2018, usando a categoria Educação do Campo, foram encontradas 07 produções; na categoria Educação do Campo/Políticas Públicas Educacionais foram encontradas 04 produções; na categoria Educação do Campo/Gestão Democrática 02 produções; e; usando a categoria Educação do Campo/Sistema Municipal de Ensino não foi encontrado nenhuma produção.

### 3.1 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

De acordo com as buscas realizadas, das 13 produções selecionadas, a partir de um estudo mais detalhado, somente 11 correspondem ao interesse do estudo, conforme ilustrado no Quadro 6, com o título, palavras-chave, autores, revista e ano.

Quadro 6 - Trabalhos analisados

(continua)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	REVISTA	ANO
<b>Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o prounera e o procampo.</b>	Educação do Campo; Formação de Educadores; Prounera; Procampo.	* Molina, Mônica C. * Rocha, Maria Isabel Antunes	Reflexão & Ação	2014
<b>O dia a dia do processo Ensino-Aprendizagem das escolas do campo: Caminhos para o Processo de Reconstrução Curricular.</b>	Educação do Campo; Formação de Professores; Currículo.	* Vieira, Josimar de Aparecido * Vieira, Marilandi Maria Mascarello	Reflexão & Ação.	2014
<b>Caminhos da política de educação do campo: desafios para a atualidade educacional.</b>	Políticas Educacionais; Educação do Campo; Trajetória Histórica.	* Silva, Viviane Cardoso da	Interfaces da Educação	2014
<b>Educação do Campo e Direitos Humanos uma conquista, muitos desafios.</b>	Educação do Campo; Direitos Humanos; Política Pública.	* Locks, Geraldo Augusto * Graupe, Mareli Eliane * Pereira, Jisilaine Antunes	Conjectura	2015
<b>Educação do campo: Aproximações conceituais e evolução histórica no Brasil.</b>	Educação do Campo; Aproximações Conceituais; Evolução Histórica; Brasil.	Giuliano Alves Borges e Silva & João Luiz Passador Giuliano Alves Borges e Silva & João Luiz Passador * Silva, Giuliano Alves Borges e * Passador, João Luiz	Revista acadêmica Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	2015
<b>Embates entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo.</b>	Educação em Espaços não-urbanos; Educação do Campo; Políticas Públicas, Nucleação Escolar.	* Cordeiro, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e * Alvarenga, Marcia Soares de	Revista Latino-americana Polis	2015

<b>Educação do/no campo: história, memória e formação.</b>	Educação do Campo; História de Vida; Formação.	* Medeiros, Emerson Augusto de * Aguiar, Ana Lúcia Oliveira	Educação: Teoria e Prática	2015
<b>Campo do poder, Refração Política e Legislação Educacional: Notas para uma discussão da Gestão Democrática no Brasil.</b>	Política Educacional; Campo do poder e refração política; Gestão democrática.	* Santos, Pablo Silva Machado Bispo dos	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.	2015
<b>Institucionalização de Políticas Educacionais em âmbito municipal.</b>	Espaço Ocupado; Educação Escolar; Institucionalização de Políticas Educacionais; Federação e Governo Local	* Werle, Flávia Obino Corrêa	Acta Scientiarum.	2016
<b>Educação do Campo: Discussões sobre Cultura, Currículo e Políticas.</b>	Educação do Campo; Campesinato; Cultura.	* Reis, Maurício de Novais * Murta, Geraldo José	Espaço Acadêmico	2017
<b>Gnoses e fazeres do/no campo: A integração de conhecimentos e práticas docentes na formação de professores da Educação do Campo.</b>	<b>Formação de Professores; Educação do campo; Saberes e Fazeres Docentes</b> Interdisciplinares.	* Sadoyama, Adirana * Andrade, Leonardo Paula, * Borges, Neila * Rosalem, Vagner * Leal, Geraldo	Lusófona de Educação	2017
<b>Institucionalização de Políticas Educacionais em âmbito municipal.</b>	Espaço Ocupado; Educação Escolar; Institucionalização de Políticas Educacionais; Federação e Governo Local	* Werle, Flávia Obino Corrêa	Acta Scientiarum.	2016

Fonte: Elaborado pela autora.

(conclusão)

O artigo intitulado “Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo” de Molina e Rocha (2014), da revista Reflexão & Ação, objetivou refletir acerca das possibilidades e limites de dois programas: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, vinculado ao Ministério da Educação. Faz um rápido resgate histórico da formação de professores na perspectiva da educação rural e os principais aspectos que integram formação de educadores a partir do Movimento da Educação do Campo, expondo as estratégias dos dois programas citados.

As autoras apresentam alguns desafios a serem enfrentados na concretização das políticas de formação de educadores do Campo, muito importantes para que a educação do campo se concretize como: lutar contra o atual modelo de desenvolvimento e o fechamento das Escolas do Campo, garantir o direito à formação contínua e permanente para os licenciados que já estão atuando nas escolas do campo e a formação continuada para os egressos das Licenciaturas em Educação do Campo, ampliar as lutas pela construção de um Sistema Público de Educação do Campo.

A garantia de formação contínua e permanente dos formadores e dos professores que estão atuando nas escolas do campo e espaços de troca entre os mesmos são necessários para a garantia de uma educação de qualidade, vinculada à luta por uma política que assegure a permanência dos camponeses no campo.

O artigo de Vieira e Vieira (2014), da revista Reflexão & Ação “O dia a dia do processo Ensino-Aprendizagem das escolas do campo: Caminhos para o Processo de Reconstrução Curricular” teve como objetivo analisar a dinâmica do processo ensino-aprendizagem presente nas escolas do campo com a finalidade de apontar caminhos possíveis para o desenvolvimento do processo de reconstrução curricular. Teve como referência o dia a dia de uma escola pública de educação básica do município de Xaxim – SC.

Conforme os autores, é imprescindível a reflexão crítica sobre o dia a dia do processo ensino-aprendizagem presentes nas escolas do campo, a preocupação com os conteúdos curriculares existentes e retirados dos livros didáticos e a repetição incessante e mecânica de atos que se tornam um ritual pedagógico descontextualizado e distante das experiências práticas dos alunos. É necessário considerar, a práxis cotidiana das atividades curriculares em desenvolvimento na escola. Para tanto, torna-se imprescindível a reflexão crítica, sobre a própria prática pedagógica, considerando o entorno social em que a mesma ocorre. Os resultados indicam uma nova postura dos professores que se mantêm preocupados com conteúdo descontextualizados e distantes da realidade do aluno, que segundo os autores a aprendizagem e o ensino necessitam partir desta realidade.

O artigo, da revista Interfaces da Educação, “Caminhos da política de educação do campo: desafios para a atualidade educacional”, de Silva (2014), objetivou analisar as políticas nacionais voltadas à educação do campo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Segundo a autora as políticas públicas para a educação do campo

apresentam muitas fragilidades, quanto aos seus pressupostos teóricos e metodológicos, os recursos financeiros, a formação inicial e continuada dos profissionais e valorização dos mesmos. Assim, é fundamental que haja pressão dos Movimentos Sociais para se faça cumpri-las.

O trabalho intitulado “Educação do Campo e Direitos Humanos uma conquista, muitos desafios” (LOCKS, GRAUPE E PEREIRA, 2015) da revista *Conjectura: filos. Educ.*, Caxias do Sul, analisou a educação escolar no meio rural brasileiro. Para alcançar o objetivo do trabalho, foi feita uma retrospectiva da história oferecida pelo Estado a esta população, o que demonstrou, segundo os autores, que sistematicamente tem sido negado o direito, do ponto de vista do acesso, a uma educação de qualidade social.

Os autores tiveram como base elementos da legislação educacional brasileira e o diálogo com autores que apontam para novos horizontes da educação como direito social. Como resultado foram apontados os desafios a serem enfrentados entre eles: o consórcio dos entes federados nem sempre afinado no cumprimento do marco regulatório da Educação do Campo; poucas iniciativas de formação inicial e continuada específica para professores da Educação do Campo; estrutura material precária das escolas; o material didático-pedagógico com conteúdo descontextualizados e inadequados, às vivências e necessidades dos usuários da escola; ausência de Proposta Pedagógica, currículo e calendário escolar capazes de, ao mesmo tempo, dar conta de oferecer o conhecimento socialmente produzido as especificidade dos sujeitos com direito ao acesso à escola onde vivem.

Esse trabalho traz como contribuição a importância de consolidação das políticas públicas da educação do campo, que continuam precárias em vários aspectos necessários para que se tenha uma educação de qualidade nessas escolas e este é o desafio, a concretização dessas políticas nas escolas do meio rural.

No artigo “Educação do campo: Aproximações conceituais e evolução histórica no Brasil” (SILVA E PASSADOR, 2016) da revista acadêmica *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, tem como objetivo elencar diferenças e aproximações, através de revisão em literatura acadêmica, entre graus de ruralidade, fora da cidade, rural, remoto e campo e, analisar as políticas públicas de educação do campo em três períodos históricos, por meio de revisão literária e documental.

Nos estudos acadêmicos nacionais é comum a distinção de “educação rural” para “educação do campo”, ambos os termos se referem à educação oferecida às



populações que vivem fora da zona urbana. A “educação rural” sempre foi utilizada para designar processos de repetição da educação urbana, desconsiderando o contexto onde o aluno está inserido. Já a expressão “educação do campo”, se refere a uma educação pública de qualidade e adequada às reais necessidades da população alvo, e os movimentos sociais tiveram ampla participação no aprofundamento de conceitos da educação do campo e que tal força impulsionou conquistas normativas, porém os desafios na qualidade e na manutenção das principais conquistas permanecem.

Esse artigo traz como contribuição a importância do termo “Educação do Campo”, segundo Caldart (2009), nele está inserido o conceito de uma educação de qualidade, vinculada a uma luta social, a favor de uma democratização do acesso à cultura e à produção do homem camponês.

No artigo intitulado “Embates entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo” (BALBI E ALVARENGA, 2015), da revista Latino-americana Polis, foram analisadas as políticas educacionais destinadas às populações e às escolas do campo do Brasil, tendo como questão problematizadora o processo este denominado de nucleação. Segundo os autores: é emergente a luta por uma educação do campo, pautada nas necessidades dos movimentos sociais populares rurais, apesar de vir conquistando vitórias no que diz respeito à educação dos povos do campo, vem sofrendo, segundo as autoras “um grande golpe” com o processo de fechamento de escolas rurais e nucleação escolar.

As autoras acreditam que tanto o processo de luta pela materialização de uma Educação do Campo quanto o processo de fechamento de escolas rurais promovem impactos socioespaciais relevantes, nos sujeitos do campo. As medidas impostas pelo Estado brasileiro até o momento não foram capazes de frear o avanço da política de nucleação de escolas rurais nos estados e municípios do país. Neste contexto, foi sancionada recentemente a Lei 12.960/14 que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas, por meio da exigência de parecer de órgão normativo e opinião da comunidade escolar possivelmente afetada, com o intuito de que existam justificativas reais para o encerramento das atividades da escola (MST, 2014).

O processo de nucleação e o fechamento das escolas do campo é um atraso que traz consequências desastrosas para as famílias que vivem no campo, daí a necessidade de políticas que possam defender os camponeses, e pesquisas que

deem a visibilidade sobre os assuntos voltados para a garantia de uma escola de qualidade para estes sujeitos.

O estudo publicado na revista *Educação: Teoria e Prática*, intitulado “Educação do/no campo: história, memória e formação” (MEDEIROS E AGUIAR, 2015), teve como objetivo construir uma discussão sobre a trajetória de formação da Educação do Campo. Fundamentada na abordagem qualitativa de investigação. A educação do campo se formou perpassando por modelos de exclusões e silenciamento. As lutas e reivindicações travadas pelos movimentos sociais camponês afirmam a necessidade de políticas públicas educacionais que validem o repertório de vida e de conhecimento dos recantos rurícolas. Para tanto, faz-se necessário uma resignificação nas escolas do campo, na formação de professores do campo, isto é, na própria educação do campo.

Segundo os autores, as diretrizes educacionais aprovadas foram um grande avanço na concretização dos anseios do homem camponês, e são resultados dos movimentos sociais do campo, que pleiteia a sua efetivação. A escola precisa se tornar um espaço onde o camponês incorpore seu saber, creditando os conhecimentos já construídos na sua vivência, construindo uma identidade própria.

A partir das leituras realizadas, constatou-se a importância das políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, a participação dos movimentos sociais, que contribuiu para a efetivação dessas políticas. A escola do campo tem que ter profissionais preparados, com formações que os capacitem para que haja uma educação de qualidade.

O artigo de Santos (2015), intitulado “Campo do Poder, Refração Política e Legislação Educacional: notas para uma discussão da Gestão Democrática no Brasil”, da *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, teve como finalidade principal analisar a Política e a Legislação Educacional, destacando as mediações jurídico-políticas e sociais, dando como exemplo a noção de Gestão Democrática, presente na atual Constituição Federal de 1988 e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96.

Segundo o autor, a análise da Política Educacional diz respeito à análise de sua mediação jurídico-política, e esta interface com a Educação produz resultados muitas vezes fecundos e interessantes, merecendo destaque uma ferramenta da Política Educacional Brasileira: a Gestão Democrática. A concepção de Gestão Democrática possui diversas implicações para o ordenamento jurídico-político

brasileiro, principalmente no que concerne à Educação. Do ponto de vista Político, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) é ao mesmo tempo uma Política Pública Instituinte, e seu poder de instituição se coloca na medida em que institui o ordenamento jurídico e contribui para a delimitação dos limites normativos do Estado.

O artigo intitulado “Institucionalização de políticas educacionais em âmbito municipal” (WERLE, 2016), da revista *Acta Scientiarum*, discute o município como espaço ocupado e as políticas municipais voltadas para a qualidade da educação básica. Como metodologia, revisitação de casos múltiplos nos quais foram realizadas entrevistas e análise de documentos. Analisa diferentes formas de exercício da autonomia política local em políticas educacionais municipais a partir das intercorrências identificadas nos vários casos, provocando descontinuidades.

O autor aborda o tema de federação brasileira, dando destaque à autonomia municipal e às possibilidades de estabelecimento de uma autonomia política educacional local fortalecida, mediante mecanismos de institucionalização. Coloca a autonomia política local como sendo um conceito que descreve relações político-administrativas no âmbito municipal, verificável e aplicável a diferentes conteúdos da vida social. E o centro da discussão do trabalho é o município, como espaço habitado e a forma como se organiza e institucionaliza suas ações e políticas educacionais. Conforme o autor, o uso do território é um produto histórico das necessidades e dos interesses humanos - econômicos, culturais, morais, sociais e educacionais. Portanto, o uso do território é marcado por interesses e necessidades educacionais.

Apontando como conclusão para a necessidade de institucionalização tomada como uma dimensão da autonomia política local, como um fator relevante para conter os fluxos de descontinuidade que rompem os projetos de qualificação da educação municipal.

O artigo intitulado “Educação do Campo: Discussões sobre Cultura, Currículo e Políticas” (REIS e MURTA, 2017), da Revista *Espaço Acadêmico*, tem como objetivo discutir as transformações ocorridas no âmbito da educação do campo nas últimas décadas, e reflete sobre as políticas que encontram-se em desacordo com as possibilidades de construção de um diálogo permanente em favor da manutenção desta modalidade de educação, percebe-se a indiferença dos setores governamentais no que se refere à manutenção e fortalecimento da educação do campo, e políticas de incentivo para a vida no campo, como resultado ocorre o esvaziamento do campo.

Um dos aspectos defendidos, segundo os autores, refere-se à possibilidade de efetuar um recorte da cultura e de fomentar a prática educativa voltadas para os saberes camponeses e arraigada na realidade do campo. O currículo, o calendário, a estrutura curricular, as estratégias de ensino e os procedimentos metodológicos formatam a instrumentalização dos saberes necessários à emancipação do homem contemporâneo, e torna-se, ainda, mais necessário se refletir acerca da Educação do Campo.

Do que foi apresentado neste artigo, uma questão merece ser destacada, relaciona-se à função da escola frente ao processo do Êxodo Rural. A Educação do Campo deve ser abordada diferentemente da educação da cidade, pois se destina a outra população, o seu papel é fundamental no processo de formação do indivíduo, de valorizar o local onde estão inseridos.

Este artigo da revista Lusófona de Educação, intitulado “Gnoses e fazeres do/no campo: A integração de conhecimentos e práticas docentes na formação de professores da Educação do Campo”, (SADOYAMA, et al., 2017), tem como objetivo avaliar e analisar o conteúdo das respostas dadas dos futuros professores do campo sobre a integralização dos conhecimentos e práticas docentes em uma formação interdisciplinar. Teve como resultado: os futuros docentes não entendem a proposta integradora de abordagem interdisciplinar dos conhecimentos e não se sentem parte do processo e desenvolvimento de saberes e fazeres docentes na perspectiva de integração do conhecimento.

A metodologia usada baseou-se na análise de conteúdo dos dados dos questionários aplicados aos docentes, de acordo com as palavras de Gauthier (1998): “[...] os saberes referentes ao conteúdo, à experiência e à cultura são essenciais no exercício da atividade docente, mas tomá-los como exclusivos é mais uma vez contribuir para manter o ensino na ignorância” (p.25). É questionado pelos autores, como defender saberes e fazeres na perspectiva da amplitude de ver um problema sob todos os ângulos e em todas as suas dimensões, como bem explicitado nas diretrizes de formação do docente em Educação do Campo? Ao se pensar uma Educação do Campo tendo como metodologia basilar saberes e fazeres interdisciplinares, a interdisciplinaridade se apresenta como uma forma mais privilegiada para se preencher as lacunas epistemológicas de uma formação mutilada pelo especialismo. É preciso repensar se os discentes entendem o que é ser professor, e mais ainda, ser um docente do Campo.

O que se percebeu na pesquisa foi que a construção dos saberes e fazeres docentes se pauta no entendimento em ser professor nos campos disciplinares que este docente atuará e, principalmente, na integralização destes saberes e fazeres na escola. O futuro professor precisa entender que ele é mais do que um transmissor de conteúdo, ele é um formador e multiplicador de opiniões, e que os conhecimentos precisam ser produzidos considerando as condições concretas do exercício do magistério no Campo. Este artigo traz a importância de o professor do campo estar preparado, para que possa construir seu trabalho a partir da realidade em que os seus alunos estão inseridos.

A realização do estado do conhecimento possibilitou o mapeamento das produções científicas alusivas à temática proposta e a discussão de uma certa produção acadêmica. Para Caldart (2012, p. 259), a educação do campo deve ter como protagonistas os trabalhadores do campo, pois, desta forma, todos os interesses das comunidades podem ser compreendidos conforme a necessidade do campo. Contudo para isso acontecer, é relevante pleitear propostas de políticas públicas consistentes com realidades do povo camponês.

A partir das leituras realizadas, verifica-se que os artigos privilegiaram a participação social, política e histórica das comunidades do campo. Para tanto, faz-se necessária uma reflexão sobre a estrutura curricular e procedimentos metodológicos que envolva todo o contexto e saberes dos sujeitos do campo.

Diante disso, no capítulo a seguir, será construído o referencial teórico, a partir das pesquisas bibliográficas, assegurando os teóricos que aprofundam a temática, sobre as Políticas Educacionais do Campo, Gestão Escolar nas escolas do campo e Sistema Municipal de Ensino.

## 4 GIRA... GIRA: BASES HISTÓRICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Figura 27 - Gira...Gira: Educação do Campo.

*“Um direito que ele tem  
É ter acesso ao  
aprendizado  
Vivenciar a sua cultura  
Sem nunca ser  
discriminado”  
(BRITO,2013).*



Fonte: Elaborado pela autora.

Para compreender o cenário da Educação do Campo nas escolas do campo do município de Cachoeira do Sul é necessário fazer um gira... gira... nos documentos e construir o referencial teórico, a partir de uma análise histórica sobre as Políticas Públicas para a Educação do Campo, Gestão da Escola do Campo e Sistema Municipal de Ensino.

O subcapítulo relacionado às principais políticas públicas para a educação do campo, tem por finalidade analisar, inicialmente, o contexto histórico da educação do campo, a partir da proposta de Silva (in CONTAG, 2006), que discute a educação do campo e seu desenvolvimento ao longo da história educacional brasileira. Também serão analisados os principais marcos legais que servirão de amparo para esta pesquisa. Finalizando o capítulo, serão apresentadas as políticas da educação do campo no município de Cachoeira do Sul/RS.

### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

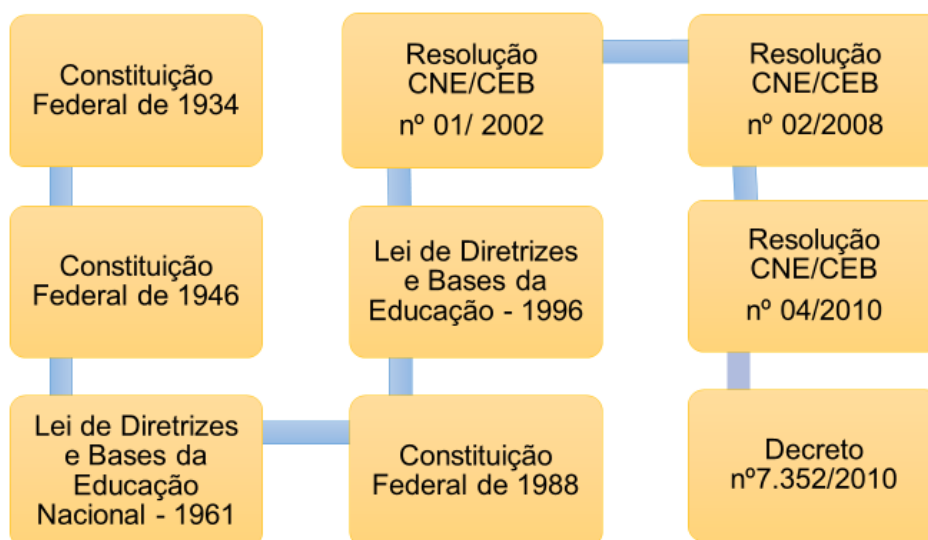
As políticas públicas para a educação do campo, estão em evidência nos últimos tempos. Isso é mérito das lutas dos movimentos sociais do campo, que buscam nas políticas públicas atender suas reais necessidades. É notória a importância da participação dos povos do campo na busca de uma política de

educação com qualidade, no entanto, ainda são inúmeros os fatores que impedem que esta educação de qualidade seja efetivada.

O paradigma de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A educação no Brasil, de 1500 até o início do século XX, serviu apenas para atender as elites, sendo oferecida, a uma pequena parcela da população rural, uma educação reduzida ao atendimento de necessidades educacionais básicas e ao treinamento de mão-de obra.

Assim, torna-se relevante analisar os principais marcos teóricos ao longo da história, para compreender os movimentos de luta para a educação do campo, representado na Figura 28.

Figura 28 - Fluxograma dos documentos oficiais sobre a Educação Rural e do Campo.



Fonte: Elaborado pela autora.

A “Educação Rural”, no Brasil, não foi nem sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e as matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária. No ordenamento jurídico brasileiro, a educação rural remete às primeiras décadas do século XX, sob intenso debate a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo, constatadas no comportamento migratório da população

registradas nos *anais* dos Seminários e Congressos Rurais realizados naquele período (Brasil, 2001).<sup>24</sup>

Em 1932, é construído o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, documento elaborado pelos educadores reivindicando um plano nacional de educação, em virtude da fragmentação e desarticulação do ensino, defendiam a educação da população rural, bem como dos trabalhadores das cidades.

A Constituição Federal de 1934<sup>25</sup>, primeira lei a destinar recursos para a educação rural, reconheceu em caráter nacional a educação como dever do estado, foram criadas leis que garantiram o direito à educação, mas na prática esta continuava restrita a poucos. O seu artigo 168 dispõe que:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana I. [...] II. [...] III- as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e para os filhos destes (BRASIL, 1934).

O período da República Populista foi marcado pela criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>26</sup>. Ela foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, provendo o acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação.

A Constituição Federal de 1946 garantiu a educação como sendo direito de todos, gratuita e laica, em consonância com a legislação de 1934, manteve sob responsabilidade da iniciativa privada o ensino na área rural (BRASIL, 1946). Nesta época, surgiram três grandes movimentos camponeses: ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil- 1954 – Rio e São Paulo); Ligas Camponesas (1955 - Pernambuco e Paraíba) e MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra - 1950 - Rio Grande do Sul), que propunham a conscientização, participação e transformação social como alternativas de mudança. Eles tinham como

---

<sup>24</sup> Parecer CEB 36/2001- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

<sup>25</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 - Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> Acesso em 18/11/2019.

<sup>26</sup> UNESCO: Agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. Site: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>



público alvo os marginalizados pelo sistema, entre eles, os trabalhadores, os analfabetos e os povos do campo.

Nos anos 60, a fim de atender aos interesses da elite, então preocupada com o crescimento de favelados, a educação rural teve alguns avanços, como a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61<sup>27</sup>, que demonstrou preocupação em promover a educação no meio rural, conforme pode ser verificado em seu artigo 105, que estabeleceu: “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais” (BRASIL, 1961). Também, a primeira lei de reforma agrária - 1964 (Estatuto da Terra); a criação do FNDE, que tinha como finalidade captar recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa nos três níveis de ensino e; o surgimento da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo – 1969.

A década de 1980 é marcada pela redemocratização do país, pelo movimento das “Diretas Já”, período final do regime militar. Nesse ambiente político, muitas conquistas populares foram efetivadas, a partir da mobilização de organizações comunitárias do campo, sindicatos, educadores ligados à resistência à ditadura militar, partidos políticos e organizações ligadas à reforma agrária, com o objetivo do estabelecimento de um sistema público de ensino para o campo.

Destacam-se, nesse momento, ações educativas como o Programa de Expansão e Melhoria da Educação - EDURURAL-NE, a criação do MST, em 1984, e o Plano Nacional de Reforma Agrária e a criação da UDR – União Democrática Ruralista, em 1986.

A Constituição Federal de 1988, vigente até os dias atuais, foi um marco para a educação brasileira, pois a partir dela políticas educacionais significativas são aprovadas. Ela aborda a educação como direito da população e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como expresso no seu art. 205 (BRASIL, 1988).

---

<sup>27</sup> Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em 18/11/2019.

Nessa direção, decorre a primeira discussão sobre educação do campo em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), que traçou legalmente como deve ser a organização, currículo e metodologia das escolas situadas no campo, nos seus artigos 23, 26 e 28, tratam da diversidade do campo considerando diversos aspectos, como sociais, culturais e econômicos, em seu artigo 28, estabelece:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A Resolução CNE/CEB 01/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, constitui um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo como objetivo principal o desenvolvimento da aprendizagem do educando em todas as suas dimensões. Surge no sentido de operacionalizar a Educação do campo, representa a construção de uma educação para o campo. A sua aprovação, segundo Silva<sup>28</sup> tem grande significado nas políticas educacionais brasileira e precisa ser destacado:

- Sua elaboração constituiu-se num processo de debate e participação ativa de diferentes instituições, organizações e movimentos sociais que atuam no campo;
- Trata-se do primeiro momento, na nossa história, em que são elaboradas políticas específicas para as escolas do campo;
- É reconhecido o modo próprio de vida social do campo e o de uso do seu espaço como elementos essenciais para constituir a identidade da população rural, de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira e a necessidade de definir procedimentos relativos a garantir a universalização do acesso à Educação básica e à Educação Profissional de Nível Médio, pela população do campo. (2008, p.57)

---

<sup>28</sup> Maria do Socorro Silva. Mestre em Educação. Professora da Faculdade de Educação da UnB. Coordenadora do Projeto de Escolarização nos Assentamentos da Reforma Agrária no DF e Entorno (pronea). Consultora SDT/MDA. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/caderno\\_tematico\\_campo\\_01.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo_01.pdf). Acesso em: 23/04/2020.

Uma das maiores conquistas em termos de legislação para a educação do campo foi a Resolução nº 02/2008 - CNE/CEB, veio para “atualizar” a Resolução CNE/CEB 01/2002. Em relação a pontos específicos, estabelece as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo. Em seu no Art. 7º, a Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos e as condições de infraestruturas adequadas. E, no seu § 2º, é estabelecido que a formação inicial e continuada dos professores deverá considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo. Esta Resolução impõe disciplina ao transporte de crianças e jovens, coerentemente com a idade do estudante usuário e ao mesmo tempo, estimula a (re)criação de escolas locais (BRASIL, 2008).

Em 2010, com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução nº 04/2010/CEB/CNE), a Educação do Campo passa a ser reconhecida como modalidade de ensino (BRASIL, 2010a).

O Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe de uma Política Pública de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (BRASIL, 2010b), são definidos os princípios e os mecanismos para garantir a manutenção e o desenvolvimento da Educação do Campo nas políticas educacionais.

Convém destacar três definições contidas neste Decreto, que contribuem para formar o alicerce da Educação do Campo. A primeira está no fato de instituir no Brasil a Educação do Campo como uma Política de Estado. A segunda prevê no seu artigo 1º, o apoio técnico e financeiro do MEC aos estados, Distrito Federal e municípios para a implantação de ações voltadas a ampliação e qualificação da oferta da Educação Básica e Superior às populações do campo e a instituição de Comissão Nacional de Educação do Campo para o acompanhamento dessa política, contemplando a formação inicial e continuada específica de professores e de gestores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo. A terceira está na ampliação do conceito de escola do campo.

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010b)

Assim, ao longo da história de lutas pela Educação do Campo, os movimentos sociais e sindicais do campo protagonizaram as principais conquistas dos programas existentes, abrindo caminhos na construção de políticas públicas voltadas para o povo camponês. Em 1984, surgiu um movimento denominado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>29</sup>, quase ao mesmo tempo que começou a lutar pela terra, também começou a lutar por escolas, e sobretudo, para cultivar em si mesmo o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. Segundo Caldart (2007, p.2):

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Diante do apresentado, o processo de construção para uma educação de qualidade está previsto na legislação e a educação do campo não é simplesmente uma caridade ofertada a esta parcela da população, mas, sim, um direito previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

#### **4.1.1 As Políticas Públicas orientadoras das Escolas do Campo no município de Cachoeira do Sul/RS**

A reforma educacional efetivada nas leis, pós 1990, orienta para a tendência de intervenção nas políticas públicas educacionais. Nesse contexto, o Parecer CME nº 13/2007, que estabelece as normas para a oferta do Ensino Fundamental no

---

<sup>29</sup> O MST foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel (PR).

Sistema Municipal de Ensino, é a única política pública que contempla aspectos referentes às escolas do campo, e de maneira pontual.

Assim, Caldart (2010) mostra que é de suma importância intentar uma política voltada especificamente para o campo, pois as políticas para o meio rural são inábeis para contemplar todas as peculiaridades desses indivíduos. No Quadro 7 são apresentados os programas e projetos desenvolvidos até o momento no município de Cachoeira do Sul/RS, com relação as escolas do campo.

Quadro 7- Políticas desenvolvidas para as escolas do campo do Município de Cachoeira do Sul/RS.

<b>POLÍTICAS</b>	<b>ANO</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>
<b>PARECER Nº13/2007</b>	2007	Estabelecer normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino.
<b>Projeto “Revitalizando a Educação no Interior” (SMEd)</b>	2011	Promover uma educação de qualidade, adequada à realidade do Meio Rural, de forma a desenvolver a integração entre escola – comunidade e a humanização, através de diferentes ações relacionadas à educação, saúde, meio ambiente, qualificação profissional, cultura e lazer.
<b>Programa “Escola Ativa” (MEC)</b>	2011	Promover uma educação de qualidade oportunizando aos docentes formação continuada em busca da melhoria do desempenho escolar em classes multisseriadas do campo.
<b>Plano Municipal de Educação (PME)</b>	2015	Estabelece Diretrizes voltadas para a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica, seguindo também as diretrizes e bases da educação estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996.
<b>Projeto “Educação do campo: analisando a realidade para inovar no futuro” (SMEd)</b>	2017	Promover uma Educação do Campo de qualidade, onde os estudantes possam construir um conhecimento, com base nos princípios e valores da sua família e comunidade através de metodologias adequadas a sua realidade, respeitando as especificidades do local onde se está inserido.
<b>COMDECampo (SMEd)</b>	2017	Propor, acompanhar e assessorar a construção de políticas públicas no âmbito da Educação do Campo do município.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Quadro acima, aponta-se os marcos legais já constituídos para a Educação do Campo de Cachoeira do Sul/RS, bem como o compromisso da

COMDECampo na perspectiva de apontar novas possibilidades de propor uma política específica para a Educação do Campo.

Esse estudo indica que a primeira política pública do município foi o *Parecer CME nº 13/2007*, estabelecendo as normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino, que aborda sobre os recursos físicos, equipamentos e infraestrutura para a oferta do Ensino Fundamental, em área rural – Ensino Fundamental do Campo, no capítulo que trata sobre o Ensino Fundamental (CMECS, 2007), dispõe sobre os princípios básicos destas escolas, que precisam ser revistas como: a formação permanente dos professores que atuam nestas escolas, dispõem que os mesmos estejam identificado com as realidades locais; qualificação dos espaços escolares; e, principalmente, o resgate e valorização local através do currículo.

O projeto *“Revitalizando a Educação no Interior”*, teve como enfoque levar para as escolas do campo, trimestralmente, oficinas, palestras e rodas de conversa sobre os mais variados temas de acordo com as especificidades da realidade local. O projeto tinha um diferencial que era o transporte oferecido para os pais irem até a escola para participarem das atividades. Este projeto foi muito enriquecedor para as comunidades das escolas do campo, pois uma das dificuldades dessas escolas é o acesso das famílias, que nos anos de 2011 e 2012, foi proporcionado a proximidade entre família e escola. Os projetos desenvolvidos vieram ao encontro dos anseios das comunidades das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul.

Em 2011, foi desenvolvido o programa *“Escola Ativa”*, criado para auxiliar o trabalho educativo com classes multisseriadas, das escolas do campo. Entre as principais estratégias: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores. Teve como objetivos: ampliar o acesso à educação básica no meio rural e melhorar a qualidade do ensino nas classes multisseriadas. Como estratégia, investe principalmente na infraestrutura física das escolas, na formação de professores e no fornecimento de novos meios de trabalho e recursos pedagógicos para a escola. O programa foi desenvolvido no município, visando à Formação dos Professores que atuavam em classes multisseriadas e supervisores das Escolas do Campo. Como resultados obtidos, os professores relataram que a metodologia utilizada nas formações, trouxeram inúmeros resultados positivos, e que foram momentos importantíssimos de aprendizagem e troca de experiências.

A partir dos estudos dos relatórios apresentados pela Secretaria de Educação do Município de Cachoeira do Sul, elaborados com o intuito de documentar as atividades desenvolvidas, percebe-se que houve uma tentativa de iniciar a construção de uma proposta voltada para as escolas do campo, com programas que buscavam envolver toda a comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de formação continuada para os professores.

Vale a pena, nessa ótica, pontuar algumas dificuldades que os professores, que atuam nas escolas do campo, apontaram no relatório do I Encontro Municipal de Educação do Campo, com o tema: “Pensar, fazer e construir a escola do campo”. O encontro foi realizado no dia 14 de julho de 2011, promovido pela SMEd com a parceria da UAB<sup>30</sup> (Curso de Licenciatura em Educação do Campo), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Estadual de Educação e Cultura, a partir dos debates propostos: curso preparatório para todos os professores que trabalham no meio rural; falta de espaço físico; falta de comprometimento dos pais com a educação dos filhos; dificuldade de locomoção dos pais até a escola; falta de engajamento de certos professores em conhecer melhor a realidade local dos alunos e realizar projetos de acordo com suas vivências; falta de perspectiva de visão de futuro aos alunos; falta de capacitação para os trabalhadores do campo e atualização.

O *Plano Municipal de Educação (PME)* do município de Cachoeira do Sul, Lei n. 4.404/2015, que tem vigência decenal, foi elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). O PME detalha todas as modalidades a que se destina e, prevê, no bojo de cada meta, as estratégias específicas para a educação no campo. Traz o diagnóstico da realidade educacional do Município em todos os seus níveis e modalidades, tendo como base a legislação vigente, detalhando todas as modalidades a que se destina e prevendo, no bojo de cada meta, as estratégias específicas para as populações do campo.

No ano de 2017, foi lançado o projeto “*Educação do campo: analisando a realidade para inovar no futuro*”, desenvolvido pela secretaria de educação nos anos 2017, 2018 e 2019, com as seguintes metas: a capacitação dos profissionais das escolas do campo; visita em escolas técnicas e escolas famílias agrícolas para despertar o interesse no segmento dos seus estudos voltados à Educação do Campo;

---

<sup>30</sup> CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DE VALE DO JACUÍ – Polo UAB e ETEC de Cachoeira do Sul/RS.

realização de uma Mostra de Profissões do Campo; criação de um Programa Municipal de Educação do Campo; realização de um Fórum da Educação do Campo e oficializar a Comissão Municipal de Educação do Campo - COMDECampo<sup>31</sup>, uma comissão criada com o intuito de assessorar no fortalecimento de políticas voltadas para as escolas do campo deste município. Além disso, foram oferecidas formações continuadas para os profissionais das escolas do campo. No ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, não foi possível a realização de nenhuma atividade em prol da educação do campo no município.

A *COMDECampo* foi instituída por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira do Sul/RS, com o objetivo de propor, acompanhar e assessorar a construção de políticas públicas no âmbito da Educação do Campo do município. Formado por um grupo de profissionais constituídos por diversos segmentos da sociedade civil, no dia 11 de julho de 2017, por iniciativa da SMEd, como espaço coletivo de participação e de Gestão Democrática, com o objetivo de dialogar, acompanhar, assessorar e propor ações sobre a educação do campo no Município de Cachoeira do Sul/RS. Composto por diversos segmentos que têm em comum a Educação do Campo, sendo eles: UFSM, Uergs, Conselho Municipal de Educação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater, Agro-Comercial Afubra Ltda, Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, Secretaria Municipal de Educação, Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul e representantes das escolas do campo.

No ano de 2017, foram realizadas cinco reuniões com a comissão, nas quais foram discutidos leis, decretos, resoluções e pareceres sobre Educação do campo. E, também, foram colaboradores na organização do I Fórum de Educação do Campo, onde participaram professores, Conselho de Pais e Mestres, Conselho Escolar, pais e alunos. Este encontro teve a participação de diversos painelistas com temas diversos sobre as escolas e educação do campo.

No início ano de 2018, foi proporcionado um encontro com a comissão e com todos os gestores das escolas do campo, para realizar um cronograma de ações, onde foi elaborado um diagnóstico atualizado das escolas. Dentre as metas atingidas neste ano, encontra-se a regularização do COMDEC, através da portaria nº 1423/2018, na qual nomeou os representantes da comissão.

---

<sup>31</sup> Decreto Municipal de Cachoeira do Sul/RS, nº 055/2019, que cria a COMDECampo.



Em 2019, foi trocada a sigla para COMDECampo, devido à coordenadoria Municipal da Defesa Civil ter registro anterior da sigla. A comissão é composta, atualmente, por nove instituições, sendo dois representantes por instituições, um titular e um suplente, e quatro representantes das escolas do campo do município, dois titulares e dois suplentes, conforme anexo A, que apresenta a relação dos membros da COMDECampo – 2010/2020. No ano de 2020, foi realizada somente uma reunião, de planejamento de várias ações, que devido à pandemia da COVID-19, não puderam ser concretizadas. A prefeitura municipal de Cachoeira do Sul, no dia 04 de dezembro de 2019, consolida a comissão ao instituir o Decreto nº 055/2019 (Anexo B), que Institui a Comissão Municipal para o Desenvolvimento da Educação do Campo – COMDECampo do Município de Cachoeira do Sul, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Compete ao COMDECampo:

- I. Estudar os Marcos Normativos da Educação do Campo;
- II. Apoiar e organizar atividades que envolvam estudantes e profissionais das escolas do campo; e
- III. Planejar e coordenar a realização de Fóruns Municipais para Educação do campo. (CACHOEIRA DO SUL, 2019)

A meta desta comissão é criar um Programa Municipal de Desenvolvimento para Educação do Campo, através de Decreto Municipal, por isso ela fará parte ativa deste projeto, desenvolvendo juntamente com as comunidades escolares uma minuta de Diretrizes Curriculares que orientará as ações pedagógicas nas Escolas do Campo no município de Cachoeira do Sul.

As políticas públicas educacionais para as escolas do campo no município de Cachoeira do Sul/RS, até o momento, são esporádicas, não contemplam o dia a dia das escolas. Por isso, a necessidade de propor políticas públicas que valorizem essas escolas, através de projetos e programas que fortaleçam as escolas do campo. Diante dessas dificuldades, fica clara a necessidade de uma proposição para o sistema municipal que fortaleça estas escolas localizadas na área rural do município de Cachoeira do Sul.

#### 4.2 GESTÃO DA ESCOLA DO CAMPO

A gestão democrática do ensino público é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos, é uma ação conjunta e organizada, é proposta a partir da aproximação entre escola, estabelecimento de ambiente escolar aberto e participativo na educação, vinculada à coordenação de atitudes que propõem a participação social, tanto no planejamento e elaboração de políticas educacionais, como na tomada de decisões das questões de interesse coletivo.

Nesse contexto, a concepção de gestão democrática atrela-se às concepções políticas e pedagógicas que orientam os sistemas e as escolas. O termo gestão vem do latim “gestio-gestionis”, que significa executar, obter sucesso com meios adequados. Segundo Libâneo (2017), significa os processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar. Portanto, a Gestão Democrática é fundamental para que possamos exercer nossa cidadania.

A democracia tem na sua base a participação social, a qual possui uma identidade própria em cada local. A democracia participativa tem seu valor, ao dar voz ao povo, formam-se grupos de pessoas com um propósito em comum. Desse modo, Santos (2002, p. 65) nos atenta que, “a motivação pela participação é parte da herança comum do processo de democratização que levou atores sociais democráticos, [...] a disputarem o significado do termo participação”.

À frente dos diversos sujeitos envolvidos que criam estratégias de participação naquilo que é para ser discutido por todos e para todos, “[...]a democracia é um princípio sem fim e as tarefas de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes” (SANTOS, 2002, p. 75). Portanto, é preciso fortalecer-se enquanto cidadãos, e se conscientizar que pertence-se a um “Estado democrático de Direito” (BRASIL, 1988). Por esse motivo, deve-se buscar a autonomia e se envolver em questões que estão diretamente ligadas aos direitos e deveres, compreendendo que todo poder constitucionalmente “emana do povo”.

A gestão democrática do ensino público ganhou importância na atual Constituição Federal do Brasil de 1988 (Art. 206, VI), tendo como objetivo a gestão democrática do ensino público de qualidade com a participação da sociedade civil, prevendo a participação dos movimentos sociais na elaboração da Política Nacional de Educação e controle de sua execução, através da descentralização dos níveis e modalidades de ensino, implementados pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei nº 9.394/1996).

Na LDB (Lei nº 9.394/1996), no título que trata da organização da educação nacional, o seu artigo 8º menciona que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”, e o seu artigo 14 expressa os princípios que irão nortear a gestão democrática do ensino público pelos sistemas de educação, destacando o inciso VIII do artigo 3º, “gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Para tanto, a descentralização do Estado, na qual o Município, como poder local, assume sua relevância, considerando a estrutura político-administrativa posta pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei no 9.394/1996) que, ao promover maior descentralização ao Estado brasileiro, outorgou novas competências e atribuições aos entes federados.

Nesse sentido, ao analisar a gestão democrática em um sistema municipal de ensino, é preciso considerar neste processo que a análise parte do próprio sistema em si até as escolas, tendo como princípio norteador a educação no âmbito local. Para se construir uma escola verdadeiramente democrática, é necessário que a mesma possua condições organizacionais e pedagógicas que possibilitem tal construção. Os gestores escolares são profissionais que desempenham um papel de extrema importância nesse processo, pois cabe a eles gerirem as diversas demandas relacionadas aos aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e humanos das escolas da rede pública.

O processo de democratização da gestão escolar vem ganhando destaque no contexto educacional, a partir da década de 80, com o objetivo de superar as dificuldades causadas pela burocracia e a centralização na administração das escolas, de modo a fortalecer a instituição escolar, dando maior autonomia às escolas e ampliando a participação da comunidade escolar.

A reorganização administrativa passou a exigir do gestor escolar uma atuação pautada na discussão, no debate, no envolvimento da comunidade. Toda escola, nos tempos atuais, precisa de uma administração democrática para poder avançar positivamente rumo a uma educação de qualidade, se tornando uma aliada para o desenvolvimento da Educação do Campo.

A organização da escola é responsabilidade de todos, requer a conscientização da comunidade escolar quanto a importância de atuarem coletivamente, tendo como finalidade a melhoria da qualidade da educação do povo camponês. Não se pode

falar em Gestão democrática sem citar a PP - Proposta Pedagógica. A PP se configura em uma ferramenta muito importante no planejamento, sendo a identidade da escola.

Além da PP, o Conselho Escolar se constitui como outro elemento que visa garantir a participação, constituindo-se como um órgão consultivo e deliberativo que representa a comunidade escolar e local, sendo parceiro de todas as atividades desenvolvidas no interior da escola.

A Lei de Diretrizes e Base indica dois instrumentos fundamentais para a gestão democrática: a elaboração da Proposta Pedagógica da escola e a participação das comunidades escolares e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBANEO, 2008, p. 102).

O trabalho em conjunto, entre o gestor e o Conselho Escolar, é imprescindível para que a gestão democrática se efetive realmente. A gestão democrática só se efetivará quando todos os sujeitos envolvidos se sentirem integrantes da escola e tenham consciência que participar vai além de dar algumas opiniões.

Em uma instituição escolar, a figura do gestor desempenha um papel muito importante, sendo a peça fundamental para que a gestão democrática se concretize. Deve o gestor escolar desempenhar suas funções atendendo à demanda de diversos setores que dependem do seu trabalho, desse modo, a importância de ser um sujeito aberto ao diálogo. De acordo com Paro (1988, apud BELOTTO; RIVERO; GONSALVES, 2013, p.24):

[...] é preciso, pois, partir da atual maneira em que está o trabalho organizado na escola, para propor e implementar novas formas de administração que sejam não apenas mais democráticas, mas também mais eficazes na busca dos objetivos educacionais. Se a responsabilidade última pelo funcionamento da escola acha-se concentrada, hoje, nas mãos do diretor escolar, em lugar de ignorar esse fato, cumpre envolver esse diretor cada vez mais com os compromissos de transformação.

Neste sentido, a gestão da educação no campo necessita estar atenta a todos os processos, tendo como foco suas especificidades, sendo o principal a sala de aula, na qualidade das aprendizagens que estão sendo construídas e compartilhadas

nesses espaços, incorporando temas que sejam significativos para os alunos, professores e comunidade onde a escola está inserida, considerando o contexto em que estejam interligados com a comunidade local. Para isso, as formações curriculares das escolas do campo devem ser constituídas de acordo com a realidade escolar.

O gestor deve ser considerado como um agente de transformação da escola, na qual sua função é assegurar a participação e o envolvimento de todos nos processos de decisões e nas soluções de problemas, que segundo Paro (1997): “A democratização da escola se expressa no aprendizado de práticas democráticas, no exercício da cidadania, efetivando-se como exercício permanente de formação de sujeitos participativos e democráticos”, dentro deste contexto, a participação é o meio de se assegurar a gestão democrática da escola, tornando-a mais fortalecida.

A diversidade identificada no campo tem como norteadores os interesses coletivos emergindo das demandas da realidade dos camponeses, portanto, são inúmeros os desafios enfrentados para a concretização e efetivação de uma gestão democrática nas escolas do campo, pois cada escola é única.

Como já foi visto, a participação dos sujeitos da comunidade é essencial. No entanto, no âmbito das decisões político-pedagógicas, não se evidencia uma participação efetiva, isto se deve muitas vezes, devido à distância até a escola e, também o desinteresse. Entretanto, é essencial o elo entre comunidade escolar, para que haja o desenvolvimento da escola tanto na sua estrutura física como pedagógica.

Outro fator importante está no quadro de professores, que estão inseridos na realidade do campo, e a rotatividade destes profissionais, pois a maioria se desloca diariamente da zona urbana, não tendo nenhum conhecimento da comunidade local e tendo a mesma metodologia usada nas escolas urbanas. Diante deste cenário, os alunos não são estimulados e muitas vezes reprovados.

Nesse sentido, uma educação de qualidade é entendida com aquela que:

[...] visa à emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimitem. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação esposada, que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. Assim, a “escola de qualidade” é aquela que contribui para a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Neste sentido, o ensino de

qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade (BRASIL, MEC/SEB, 2004, p. 31-35).

As escolas do campo vivem o dilema oriundo da falta de políticas públicas efetivas de investimentos, a ausência de pais/responsáveis, a alta rotatividade dos professores, e o desinteresse por parte dos alunos em relação aos estudos, além da infraestrutura precária, que acabam refletindo na má qualidade da educação. Frente a esses dilemas estão sendo buscadas diferentes medidas para enfrentá-los, dentre elas se destaca a gestão democrática.

Não basta o gestor se preocupar com o prédio da escola e relegar a um segundo plano, o currículo, os aspectos pedagógicos e as relações entre alunos, professores e comunidade escolar. Deve-se ter um planejamento construído coletivamente, envolvendo todos os sujeitos que fazem parte do ambiente escolar.

#### 4.3 SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Este capítulo abordará a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino no processo de descentralização do Estado, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), assumindo a responsabilidade da organização, dos fins e valores da educação local.

A palavra “sistema”, derivada do latim medieval, significa um conjunto de elementos, materiais ou ideias, entre os quais se possa encontrar alguma relação, método e processo.<sup>32</sup> Saviani (2017, p.3) define sistema como “a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante”. A partir destas definições, conclui-se que sistema é um conjunto organizado e articulado, reunido sob um mesmo fim.

A organização do sistema de ensino é expressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Seu funcionamento é regulado pelo Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>33</sup>. O SNE não é a mesma coisa que um sistema educacional. Enquanto um sistema educacional diz respeito à organização do ensino no país,

---

<sup>32</sup> Retirado do site: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3396/1/FPF\\_PTPF\\_01\\_0419.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3396/1/FPF_PTPF_01_0419.pdf)>. Acesso em 04/12/2019.

<sup>33</sup> Lei nº 13.005, de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024.

o sistema nacional organiza as responsabilidades pela Educação de todo o país. O SNE organiza e distribui as funções entre os Municípios, Estados e a União, também determina como essas três esferas de governo devem trabalhar juntas pela Educação brasileira.

Atualmente, não há um sistema nacional que coordene e distribua as responsabilidades pela educação brasileira, mas isso não significa que sua criação não seja debatida. Na Constituição Federal de 1988, por exemplo, há a previsão de uma lei complementar para garantir o estabelecimento desse sistema. O SNE está previsto também no PNE, o artigo 13º da lei que instituiu o PNE, indica que o Sistema Nacional de Educação deveria ter sido criado até 2016. Entretanto, isso não aconteceu até hoje. Os desafios da sobreposição de funções, por outro lado, persistem. Assim, o SNE continua sendo uma discussão relevante para o país, acumulando muitos anos de debate.

O Plano Nacional de Educação (PNE) consiste em um conjunto de medidas a serem adotadas de forma gradual ao longo dos seus 10 anos de vigência (2014 a 2024). Tais ações foram pensadas de forma colaborativa entre todas as entidades da federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Nesta ótica, o PNE (2014/2024) enfatiza a importância da criação de Sistemas Municipais de Ensino através de legislação própria. O seu artigo 9º estabelece:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade (PNE/2014).

Nesse sentido, a União, segundo Zinn, através do MEC, criou uma Rede de Assistência Técnica para monitoramento e avaliação dos planos de educação do Distrito, dos estados e municípios, a fim de apoiar tecnicamente os entes federados no processo de elaboração/adequação e monitoramento/avaliação das metas do PNE. (2019, p.94)

Conforme Saviani (2017), o conceito de “Sistema Educacional” é o conjunto de unidades escolares ou rede de instituições de ensino. O sistema educacional brasileiro é a forma como se organiza a educação regular no Brasil, essa organização se dá em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Sistema Educacional, segundo o Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB 30/2000), é o “conjunto de campos de competências e atribuições voltadas para o desenvolvimento da educação escolar que se materializam em instituições, órgãos executivos e normativos, recursos e meios articulados pelo poder público competente abertos ao regime de colaboração e respeitadas as normas gerais vigentes”.

O Sistema Municipal de Ensino teve expressão clara a partir da década de 1980, com a criação, em 1986, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), e logo após a aprovação da nova LDB (nº 9.394/96), com o aumento da ação dos municípios para garantir recursos e espaços de participação na defesa dos interesses locais. Em meio a conflitos e demandas, uma intensa mobilização garantiu alguns espaços de democratização na Constituição Federal de 1988 (CF/88), reconhecendo o município como ente jurídico autônomo, definindo, em seu artigo 211, competências, responsabilidades, recursos financeiros e direitos, colocando o Município como ente federativo a atuar em regime de colaboração com o Estado e a União (BRASIL, 1988).

A LDB (nº 9.394/96), também, consolida a ideia de sistema municipal ao instituir, no artigo 11, as incumbências dos municípios em relação aos seus sistemas de ensino: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Brasil, 1996)

Para o atendimento do ensino fundamental, os municípios deveriam contar com recursos financeiros para o que se instituiu em 1997 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

O Município deverá, enquanto ente federado, construir seu Plano Municipal de Educação com a participação de todos os segmentos da comunidade educacional e da sociedade em geral, atendendo ao princípio constitucional da gestão democrática para o ensino público. O Plano Municipal de Educação é um instrumento fundamental para que o Município defina com clareza suas responsabilidades na área da educação.



De acordo com Zinn (2019), o MEC disponibilizou programas com o propósito de os municípios atingirem as metas previstas em seus planos, porém os desafios ainda são muitos no âmbito da gestão da educação municipal.

Frente a todos os desafios relacionados ao cenário da gestão educacional, cabe adentrar no Sistema Municipal de Ensino e perceber os caminhos e descaminhos apresentados na construção de uma educação que aproxime as especificidades locais de uma construção de políticas públicas que apresente a minimização das dificuldades cotidianas (ZINN, p.104).

Para o Município, constituir seu sistema de ensino autônomo significa, prioritariamente, assumir um compromisso com as demandas sociais pela garantia do direito à educação escolar de qualidade, envolvendo todas as lideranças locais e toda a população nesse processo.

Um sistema municipal de ensino numa concepção popular democrática, necessita de um plano estratégico de participação. Nesse sentido, ganham espaço as diversas formas de organização, tanto dos chamados movimentos populares, quanto dos chamados conselhos populares. Os conselhos populares dão uma resposta de como democratizar decisões. A forma e o funcionamento dos conselhos tornam-se um instrumento de ação social muito importante, atendendo às demandas da sociedade quanto à transparência no uso dos recursos e na qualificação dos serviços públicos educacionais.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos. O conceito de participação, de acordo com Libâneo (2017) se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas ou grupos de conduzirem sua própria vida.

O município é a base para a construção de uma educação de qualidade. Para isso, é necessário que o SME estimule discussões locais sobre a função social da educação, na busca de ampliar os espaços democráticos. De acordo com Bordignon (2009, p.53): “Na gestão democrática os conflitos, inerentes à diversidade social, são fatores construtivos, quando negociados e mediados em vista da finalidade comum do todo da educação”.

Nos sistemas municipais de ensino, os Conselhos Municipais de Educação são fundamentais para a sua autonomia, sendo um aliado na construção de políticas voltadas para a educação, como veremos logo a seguir.

### 4.3.1 Conselho Municipal de Educação (CME)

Para que um SME se efetive, é fundamental a existência de um órgão regulador, o Conselho Municipal de Educação, com funções definidas e criados por Lei.

Os Conselhos Municipais de Educação possuem representação da sociedade civil e do poder público, constituindo-se espaços de participação e controle social na gestão das políticas públicas. A sociedade, representada no conselho, torna-se vigilante na defesa do direito de todos à educação de qualidade e na observância dos regulamentos e leis federais.

De acordo com o MEC<sup>34</sup>, o CME é órgão público, integrante da estrutura do poder executivo municipal, e faz parte do sistema municipal de ensino, sendo um órgão representativo da sociedade.

Deve instituir práticas consultivas à sociedade em geral, com a organização de fórum participativo para a definição dos princípios gerais e das prioridades na área da educação. Segundo Bordignon (2009, p. 53-54): “É no campo da negociação e mediação entre sociedade e governo, voltados para os interesses coletivos, com visão do todo, que os conselhos encontram sua natureza essencial, seu espaço próprio, sua função precípua”.

Revisando a caminhada dos Conselhos de Educação no Brasil, aponta-se a criação, em 1911, do Conselho Superior de Educação. A ele seguiram-se o Conselho Nacional de Ensino (Decreto nº 16.782-A, de 13/01/1925), o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 11/04/1931), o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), os Conselhos Municipais de Educação (Lei nº 5692, de 11/08/1971) e, novamente, Conselho Nacional de Educação (MP nº 661, de 18/10/94, convertida na Lei nº 9.131/95).<sup>35</sup>

Na Lei 5.692 de 1971, através do artigo 71, estabelece que “os Conselhos Estaduais de Educação poderão delegar parte de suas atribuições a Conselhos de Educação que se organizem nos municípios onde haja condições para tanto”. No

---

<sup>34</sup> Endereço: Site do MEC, disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portaIweb/hp/8/docs/cme.\\_mec.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portaIweb/hp/8/docs/cme._mec.pdf)>. Acesso em 04/12/2019.

<sup>35</sup> Site do MEC, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/14306-cne-historico>>. Acesso em 04/12/2019.

entanto, somente após a indicação de Sistema Municipal de Ensino pela CF/1988 e a institucionalização pela LDB/1996 houve um estímulo à criação do Conselho nos municípios com funções próprias relativas ao SME. Antes de 1988, os Conselhos legalmente instituídos tinham a função técnica de planejamento e gestão do ensino.

Quanto à natureza do CME, cabe à Secretaria Municipal de Educação organizar, conforme a Lei de Criação do Conselho Municipal de Educação, o encaminhamento das providências necessárias para a instalação do CME e a posse dos conselheiros que, depois de empossados, irão elaborar o seu Regimento Interno. Poderá ser composto por representantes de pais, alunos, professores, associações de moradores, sindicatos, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos e entidades ligados à educação municipal do setor público e privado, indicados e/ou eleitos democraticamente. O número de membros que integram o Conselho Municipal depende de cada realidade.

Os conselhos funcionam como mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da Educação municipal. Devem constituir-se em um instrumento de assessoramento, sendo um provocador das discussões básicas sobre a educação no Município. As funções e atribuições do CME devem estar definidas na Lei de criação do CME, podendo, também, já estarem indicadas na Lei Orgânica Municipal.

Dentre as funções do CME, destacam-se cinco: função normativa, consultiva, propositiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora, abordando especificamente essa última função afirmando que ela constitui um novo desafio atribuído aos conselhos de educação, especialmente os municipais. “[...] A função mobilizadora situa os conselhos como espaços aglutinadores dos esforços comuns do Governo e da sociedade para melhoria da qualidade da educação”. (BORDIGNON, 2009, p. 75)

Cabe, também, ao CME participar da formulação da política educacional de seu município. As principais atribuições serão apresentadas no Quadro 8:

Quadro 8- Atribuições do CME

<b>FUNÇÃO NORMATIVA</b>	- Autorização de funcionamento das escolas da rede municipal; - Autorização de funcionamento das instituições de Educação Infantil da rede privada; particular; comunitária; confessional e filantrópica (quando o município tiver Sistema Municipal de Ensino implantado); - Elaboração de normas complementares para o sistema de ensino.
<b>FUNÇÃO CONSULTIVA</b>	- Projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras do Executivo e das escolas;

(Versa sobre a exposição e o julgamento acerca de determinados assuntos).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Municipal de Educação;</li> <li>- Medidas e programas para titular e/ou capacitar e atualizar os professores; Acordos e convênios;</li> <li>- Questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, SME, Câmaras Municipais e outros, nos termos da Lei.</li> </ul>
<b>FUNÇÃO DELIBERATIVA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elabora o seu Regimento e Plano de Atividades;</li> <li>- Cria, amplia, desativa e localiza escolas municipais;</li> <li>- Toma medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;</li> <li>- Busca formas de relação com a comunidade, entre outras.</li> </ul>
<b>FUNÇÃO FISCALIZADORA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento da transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município;</li> <li>- Cumprimento do Plano Municipal de Educação;</li> <li>- Experiência pedagógica inovadoras;</li> <li>- Desempenho do Sistema Municipal de Ensino, entre outras</li> </ul>

Fonte: Adaptado pela autora do site: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/cme.\\_mec.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/cme._mec.pdf)>. Acesso: 04/12/2019.

Para exercer estas atribuições, o CME deve constituir-se num espaço de participação democrática. Por isso, não deve ser um órgão atrelado ao gabinete do secretário municipal de educação. Seu papel é o de instrumento crítico-construtivo, contribuindo para a elaboração, acompanhamento e avaliação da política municipal de educação. Ele tem um papel de reconstrução pedagógica e política, por isso, seus membros não podem ser escolhidos pelos prefeitos ou secretários (GADOTTI, 1994, p. 36).

Hoje, a sociedade requer dos conselhos uma nova postura: a de responder às aspirações da sociedade e, em nome dela, exercer suas funções. Nesse espírito, os conselhos de educação, especialmente os municipais, assumem uma nova natureza: a de órgãos de Estado. Considerando o caráter de perenidade do Estado, os Conselhos são constituídos como órgãos de Estado, segundo Bordignon (2009, p. 62), “[...] quando formulam políticas educacionais para além da transitoriedade dos governos e suas vontades e preferências singulares”.

Todos os cidadãos têm direitos e deveres, muitos desses direitos e deveres estão nas leis. Direitos e deveres são conceitos indissociáveis, de modo que é nessa junção que se estabelece a verdadeira democracia.

#### *4.3.1.1 O Conselho Municipal de Educação no município de Cachoeira do Sul*

O Conselho Municipal de Educação (CME) de Cachoeira do Sul foi criado pela Lei Municipal nº 2.222, de 26 de agosto de 1988, alterado pela Lei Municipal nº

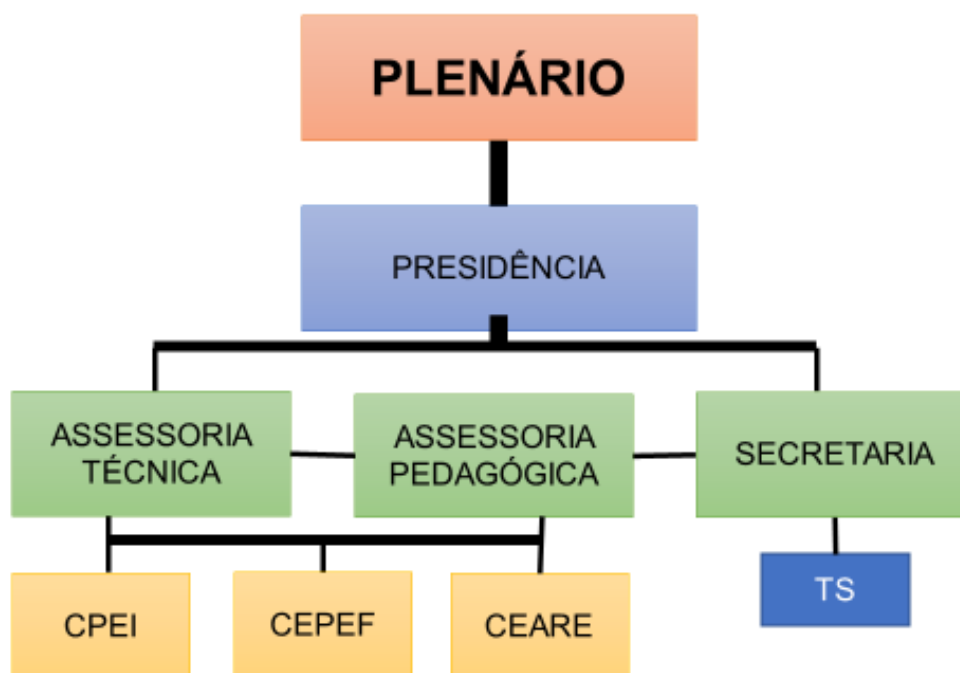
2.569/92, reestruturado e reorganizado pela Lei Municipal nº 3.339, de 02 de julho de 2002, que dispõe sobre seu funcionamento, competências e dá outras providências.

É um órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira do Sul, tem seu âmbito de atuação pautado na autonomia seguindo de perto as premissas básicas de suas funções: consultiva, normativa, deliberativa e fiscalizadora.

O CME, conforme Regimento aprovado em 2015, artigo 3º é estruturado em: Plenário; Presidência e Comissões. É composto em sua Direção por Presidente, Vice-Presidente e os conselheiros, com o mandato de dois anos, permitida uma única reeleição consecutiva.

Reúne-se em Plenário, em sessões ordinárias e extraordinárias. Além do plenário, o Conselho funciona com duas comissões permanentes de estudos e trabalho, constituídas por cinco conselheiros, sendo que o Presidente do Conselho não poderá fazer parte de nenhuma comissão, são elas: Comissão de Educação Infantil e Comissão de Ensino Fundamental, cujas atribuições, dentre outras, são as de discutir e aprovar previamente as matérias e elaborar atos correspondentes a serem submetidos ao Plenário, sendo assessoradas pela Equipe Técnica que é responsável pela análise das matérias colocadas em pauta pelos conselheiros(as) e Equipe Pedagógica, responsável por coordenar e assessorar os trabalhos nos aspectos pedagógicos. A Figura 29 apresenta o organograma do Conselho Municipal de Cachoeira do Sul.

Figura 29 - Organograma do Conselho Municipal de Cachoeira do Sul/RS



Fonte: Adaptação feita pela autora do organograma OBEMCS (2019) Site: <[www.obemcs.com](http://www.obemcs.com)>.

Os encontros acontecem mensalmente, na sede do colegiado, com reuniões das comissões e com sessões plenárias que trazem como pauta de discussão as demandas da sociedade, credenciamento, renovação de credenciamento e autorização de funcionamento de curso das escolas mantidas pelo poder público e as escolas de educação infantil mantidas pela iniciativa privada e demais assuntos relacionados à legislação e educação municipal.

O CME possui 11 membros titulares e 11 membros suplentes, sendo 1 de livre escolha do Prefeito e 10 indicados por entidades representativas da comunidade, que são escolhidos dentre pessoas de reconhecida ética profissional, são eles:

- 1 membro do Executivo Municipal;
- 1 membro da Secretaria Municipal de Educação - SMEd;
- 1 membro, professor, pela 24ª CRE;
- 1 membro, professor, pela entidade representativa do Magistério da Rede Privada de Ensino;
- 1 membro, professor, pelo Ensino Superior;
- 1 membro, professor da Educação Infantil, escolhido pelos seus pares;
- 1 membro, professor da Educação Especial, pelas instituições representativas;

- 1 membro, representante dos estudantes, de maior idade, escolhido pelas entidades representativas;
- 1 membro, representante da Associação do Círculo de Pais e Mestres; e
- 1 membro, representante dos Clubes de Serviço, escolhido pelos seus pares.

É importante destacar que as comissões permanentes realizaram visitas às Escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da zona urbana e zona rural, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, com a finalidade de verificar as condições dos estabelecimentos educacionais. Das visitas, já resultou a melhoria das condições físicas de muitas escolas que estavam sucateadas e sem condições adequadas de funcionamento.

Conhecer as atribuições do CME é condição essencial ao exercício das atividades profissionais na rede municipal de educação, sendo um órgão que compõe o Sistema Municipal de Ensino e traz, na sua natureza o princípio da participação e da representatividade da comunidade na gestão da educação.

Figura 30 - Gira... Gira...Análise da Pesquisa

*“Pois é ele quem  
conhece  
a realidade do lugar  
nessa troca de  
experiências  
só vitórias haverá”  
(BRITO,2013).*



Fonte: Elaborado pela autora.

Para compreender a educação do campo no município de Cachoeira do Sul, é premente responder o problema de pesquisa: Quais as especificidades de uma política pública da Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, e possíveis elementos que contribuem para a elaboração de Diretrizes Curriculares para as escolas do campo deste município?

Para tanto, neste capítulo serão apresentados, a partir dos dados obtidos com a aplicação dos questionários (Apêndice C) aos gestores das Escolas do Campo do município, a análise dos questionários tendo como método a análise de conteúdo proposta por Bardin (2006). O propósito foi analisar as entrevistas e questionários a partir das três grandes Categorias já delimitadas na Figura 3. Mediante análise de conteúdo, as falas apreendidas nestas categorias, evidenciaram as seguintes subcategorias, detalhadas na Figura 4.

Dentro das análises de conteúdo das grandes categorias e subcategorias, as falas dos sujeitos envolvidos nas entrevistas e questionários estarão escritas em itálico, no intuito de chamar a atenção do leitor, com a interpretação pessoal da pesquisadora e percepção que tem do assunto, a partir das pesquisas e experiências dentro da educação do campo.

Com base nos questionários, foram gerados quatro tipos de análises. A primeira, se refere ao perfil dos sujeitos da pesquisa e da comunidade escolar; a segunda, aborda a categoria, Políticas Públicas para a Educação do Campo; a

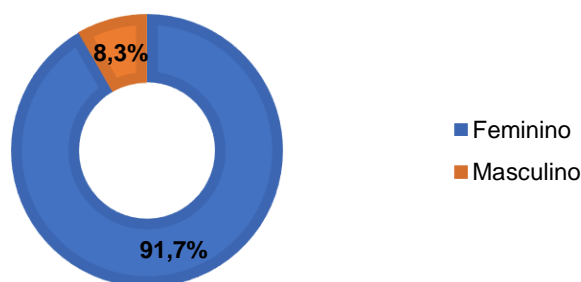


terceira, a categoria Gestão da Escola do Campo; e a última, o Sistema Municipal de Ensino.

## 5.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA E DA COMUNIDADE ESCOLAR

A primeira parte do questionário foi construída de forma a conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa e da comunidade escolar a qual o gestor está inserido. A primeira característica analisada é o sexo dos sujeitos participantes da pesquisa.

Gráfico 2- Sexo dos gestores



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme o gráfico apresentado, o que chama a atenção é que a maioria, (91,7%), é do sexo feminino, sendo apenas 1 (8,3%), pertence ao sexo masculino. Como pode ser observado as escolas possuem na direção uma predominância do sexo feminino. Ainda, é comum que os cargos sejam ocupados por mulheres, os dados recentes do Censo Escolar da Educação Básica 2019<sup>36</sup>, aponta que cerca de 80,8% dos gestores são do sexo feminino.

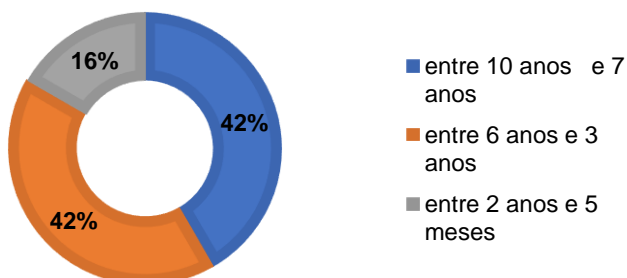
Em relação ao tempo de atuação em escolas do campo, de acordo com o Gráfico 3, 66% dos participantes têm mais de 10 anos de experiência em educação do campo, e 25% têm entre 3 a 9 anos, somente 1 gestor tem menos de 1 ano (8,3%). No que tange ao tempo de atuação na direção e vice-direção, dos 12

---

<sup>36</sup> CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA / 2019 - Notas Estatísticas

entrevistados, de acordo com o Gráfico abaixo, 4 gestores atuam entre 3 anos e 5 meses, 3 gestores entre 4 e 6 anos e 5 gestores entre 7 e 10 anos.

Gráfico 3- Tempo de atuação na direção e vice direção



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

O tempo de atuação da maioria dos gestores, dentro das escolas que atuam, é bem significativo, vale a pena destacar o relato do G6, que presenciou as dificuldades e mudanças dentro das escolas do campo do município:

*Já trabalhei em seis escolas do campo, onde atuei como substituta, agente de saúde, professora unidocente, multisseriadas, secretária e por último dez anos na direção. Uma vida dedicada a escola do campo. Vivenciei muitas coisas boas, mas também muitas dificuldades, que só me fizeram crescer. Falta de interesse das autoridades, falta de materiais didáticos, transporte, comprometimento dos pais ou responsáveis, professores desmotivados. Tudo isso nos leva a ver que foi necessário para chegarmos na melhoria. Olho minha escola hoje e vejo as mudanças acontecerem, claro gradativamente em seu tempo. Chegando a tecnologia e seus recursos. O avanço no aprendizado com inovadores projetos. Tudo isso acontecendo para o aprimoramento e evolução do aprendizado onde se busca uma qualidade na educação e que a mesma atinja a todos. (G6).*

Cabe registrar, que iniciaram sua trajetória nas escolas do campo trabalhando como docentes, na supervisão e orientação, e permanecem porque gostam e tem:

*[...] orgulho de trabalhar [...]. (G3).*

*[...] trabalhar em escolas do campo é diferenciado pois os alunos são mais educados e comprometidos. (G12).*

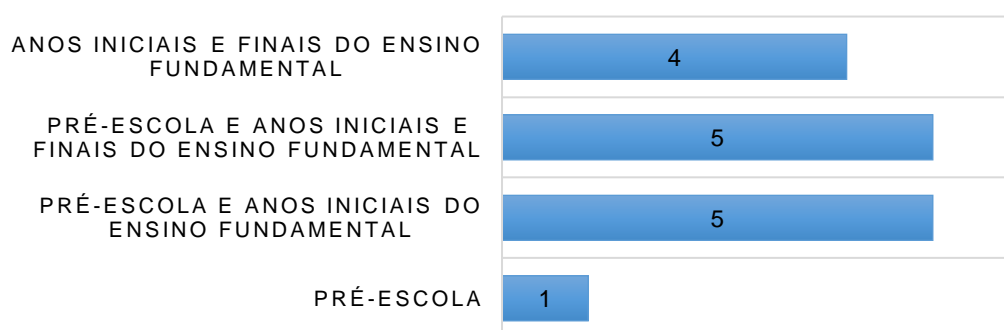
A última eleição para diretores e vice, nas escolas municipais de ensino fundamental e de educação infantil da rede municipal de Cachoeira do Sul, ocorreu para a gestão 2017/2019. No ano de 2019, o prefeito em exercício declarou

inconstitucional a Lei Municipal 3757, de 10 de outubro de 2007, que “estabelece normas para escolha de diretores e vice-diretores nas escolas municipais e revoga as leis 2559/92 e 3092/98”. Assim, a decisão reconheceu que a escolha por eleição violava a prerrogativa do chefe do executivo em livremente definir o servidor para exercer os cargos de diretor e vice, que são funções gratificadas. Antes da decisão judicial, a previsão era de que ocorresse eleição no final do ano.

O Sindicato dos Professores Municipais (SIPROM) manifestou sua indignação, pois acredita que indicações políticas para o cargo são um retrocesso antidemocrático, que vai contra o que foi estabelecido na Constituição de 1988 e na LDB. Interesses partidários não podem se sobrepor às necessidades e aos desejos da comunidade escolar que, sem participação efetiva, muitas vezes tem de receber uma pessoa cuja trajetória se desconhece, tampouco os critérios que a conduziram à função.

A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. O Gráfico 4 mostra as etapas de ensino da educação básica oferecida pelas escolas do campo municipais:

Gráfico 4 - Etapas de Ensino



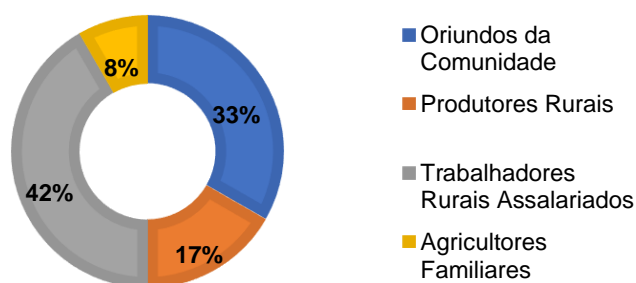
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Segundo o Gráfico acima, das 15 escolas do campo do município, 4 escolas ofertam anos iniciais e finais do ensino fundamental, 5 escolas a pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental, 5 escolas a pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental e, 1 escola que oferta somente a pré-escola.

A Constituição Cidadã, de 1988, no seu artigo 7º, define: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]; Inciso XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até aos seis anos de idade em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988). O município não possui nenhuma creche, que atenda a população do campo, a oferta das matrículas é de competência municipal nessa faixa etária, a elaboração de políticas de expansão da oferta de vagas para as crianças de 0 a 3 anos residentes em áreas rurais é uma necessidade urgente para superar as desigualdades sociais e educacionais no município.

O Gráfico 5 mostra o perfil predominante das comunidades escolares.

Gráfico 5 - Perfil predominante das comunidades escolares



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As comunidades rurais não seguem uma estrutura rígida da divisão do trabalho. Portanto, elas contemplam uma pluralidade de atividades no meio rural. Os trabalhadores rurais assalariados, que formam 42% do perfil das comunidades escolares, são trabalhadores rurais que recebem salários, alguns trabalham apenas uma parte do ano, em época de colheitas, por isso a alta rotatividade de alunos nas escolas do campo; os oriundos da comunidade (33%), produtores rurais (17%), são os que exploram a terra com fins econômicos e que a maioria a família mora na zona urbana e muitos dos trabalhadores rurais assalariados trabalham nestas propriedades; e, agricultores familiares (8%) são os que utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas, tendo renda familiar originada do próprio estabelecimento.

## 5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A necessidade de políticas públicas adequadas na educação do campo, é fundamental para garantir de forma permanente os direitos dos povos camponeses, muitas vezes esquecidos pelo poder público.

Quando se pensa em políticas públicas, segundo Fernanda:

*[...] tem que pensar na comunidade, qual local onde essa escola está inserida que tipo de produção esses agricultores cultivam, [...] nós temos que verificar cada situação, porque uma realidade é lá a escola Pio XII, que é uma Pedreira e que pouca coisa pode se produzir, mas nós temos também, a educação na escola Aldo Porto que é uma escola totalmente oposta. [...] nós temos que ter um olhar, como vivem essas pessoas e que de fato nós precisamos trabalhar. (Secretária Municipal de Educação).*

Neste subcapítulo será apresentada a análise das políticas educacionais das escolas pesquisadas e suas subcategorias descritas a seguir: Infraestrutura, RCM, Formação Continuada; Nucleação, Multisseriação, EJA, COMDECampo, Transporte Escolar, e Educação em Tempo Integral.

### 5.2.1 Infraestrutura

O conceito de infraestrutura escolar vai desde itens básicos, como o fornecimento de água, energia elétrica, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas confortáveis com mobiliários adequados e de boa qualidade, banheiros e cozinha, passando por locais de convivência como pátios, parques e brinquedoteca. Além de espaços de apoio didáticos como bibliotecas, laboratórios, quadras, entre outros espaços para organização do funcionamento do colégio, como salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados, etc. Passando também por equipamentos e materiais didático-pedagógicos, como computadores com acesso à internet e demais insumos tecnológicos.<sup>37</sup>

A Resolução CNE/CEB nº 01/2002, no seu artigo 7º, § 2º. Os espaços *extraescolares* assumem dimensão importantíssima, além disso, as estruturas físicas

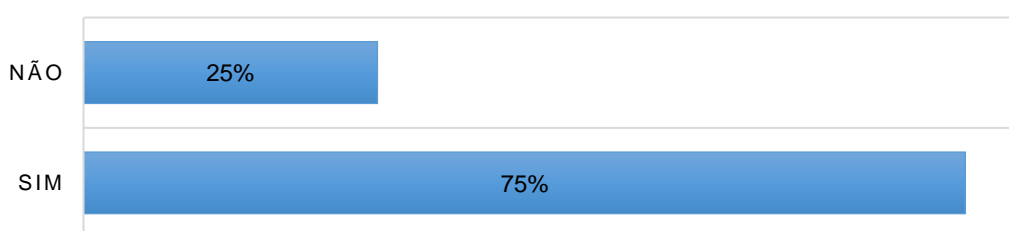
---

<sup>37</sup> Endereço do conceito de infraestrutura escolar: <<https://escolsexponenciais.com.br/tendencias-educacionais/qual-a-influencia-da-infraestrutura-escolar-no-aprendizado/#:~:text=O%20conceito%20de%20infraestrutura%20escolar,como%20p%C3%A1tios%20C%20parques%20e%20brinquedoteca.>>. Acesso em 16/01/2021.

das escolas precisam ser repensadas, para que se adequem à realidade dessas escolas e contribuam para o processo de aprendizagem.

Inicia-se a análise mostrando o resultado da pesquisa que avalia a infraestrutura dessas escolas. O Gráfico 6 apresenta que 25% dos entrevistados responderam que a infraestrutura não é adequada ao funcionamento das escolas, e 75% responderam que sim.

Gráfico 6– A infraestrutura adequada ao funcionamento e demandas da escola



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Como justificativa, sobre a infraestrutura adequada, de acordo com as falas dos entrevistados:

*Só nos falta um refeitório, mas já está sendo projetado. (G1).*

*Só gostaríamos que tivesse uma quadra coberta. (G3.).*

*Não temos banheiros adaptados, caso se faça necessário, não temos refeitório. (G5).*

*Nossa comunidade é pequena, por isso conseguimos contemplar nossas demandas com uma escola acolhedora. (G8).*

*Possuímos algumas deficiências que prejudicam o funcionamento da Escola. (G9).*

*A escola foi recentemente reformada. (G10).*

*Embora, tenha salas que comportem o funcionamento, para atender a demanda com qualidade deveria ter mais espaços e recursos. (G11).*

Um elemento importante no conjunto das escolas, diz respeito às condições relacionadas à infraestrutura, tanto físicas, como de profissionais para dar suporte para a concretização dos projetos desenvolvidos pelas escolas. Isto se dá a partir do número de alunos, o que deixa claro que o critério é a quantidade de alunos colocando

a qualidade da educação em segundo plano. Dourado, Oliveira e Santos (2007), traçam uma análise da situação escolar em termos de Qualidade de Educação, destacando as dimensões extra e intraescolares. As dimensões extraescolares (extrínsecas), que estão ligadas à infraestrutura, referem-se ao espaço social e as obrigações do Estado.

Estudos e pesquisas<sup>38</sup> mostram que as dimensões extraescolares afetam os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem, nesse caso, percebe-se a importância de tais dimensões ao querer efetivamente produzir uma educação de qualidade para todos.

Quando se analisa a infraestrutura, as escolas rurais ficam para trás das escolas urbanas. Convém destacar que as verbas que vêm para as escolas não são suficientes para reformas das escolas. Muitas vezes, as escolas que possuem uma infraestrutura adequada devem-se ao trabalho em equipe na promoção de atividades com a comunidade escolar com o intuito de arrecadar dinheiro para as benfeitorias. Para Fernanda:

*[...] a melhoria da infraestrutura das escolas é o ponto forte que nós conseguimos desenvolver junto com os gestores das escolas a questão do ambiente agradável tanto para os nossos estudantes como professores e funcionários. (Secretária Municipal de Educação).*

Fernanda, ainda, salienta:

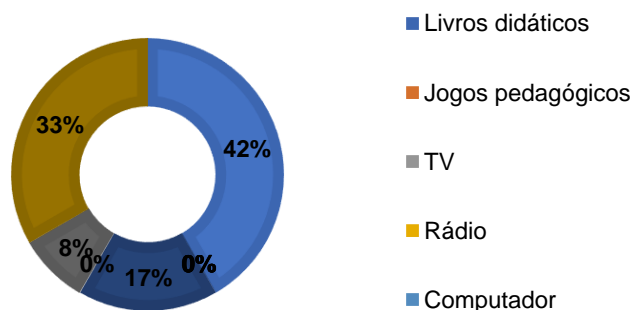
*Nós também acreditamos que uma das coisas também a qualidade da água nós temos lugares aonde a água não é potável então a secretaria de educação enviam bombonas para que as crianças nossos estudantes tenham uma água potável adequada para beber já ampliamos já melhoramos bastante que a questão das cisternas que as próprias escolas a gente faz um projeto com as parcerias com a própria Emater e o Sindicato Rural foi muito bom para colocar essas cisternas pelo menos a gente faz o aproveitamento da água já é uma forma de nós economizarmos e utilizarmos uma água que é da natureza e que é de graça. Então eu acredito que nós deveríamos ver outras possibilidades sim nós estamos com dificuldade também dos poços artesianos que nem sempre quando tu abre nem sempre essa água é potável nós já temos algumas em nossas escolas, nós já estamos no terceiro poço artesiano e agora a gente está torcendo que vai agora ter uma água potável própria e que auxilie também não só a escola mas a comunidade. (Secretária Municipal de Educação).*

---

<sup>38</sup> Unesco (2002), Nóvoa (1999), Ação Educativa (2004) e Inep (2004). 10 Diretor-Geral da Unesco.

Quanto aos recursos didáticos utilizados nas escolas, de acordo com o Gráfico 7, 42% usam o livro didático, 33% fazem uso de todos os itens citados, 17% utilizam cartazes e 8% filmes.

Gráfico 7– Recursos didáticos utilizados em sua escola



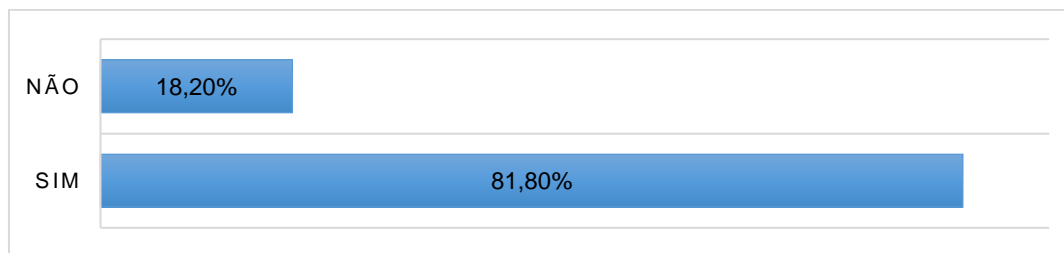
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os recursos didáticos utilizados por docentes em salas de aula são de grande relevância no processo ensino-aprendizagem, mas só será viável e significativo, em sua prática pedagógica, quando ele se constituir um elemento de apoio na construção do conhecimento, proporcionando recursos didáticos e criando possibilidades ao professor, para que a aula seja mais dinâmica e criativa, assim construindo uma aprendizagem mais significativa. É obrigação do poder público garantir os recursos didáticos necessários para o favorecimento de uma melhoria de ensino.

A acessibilidade é um fator essencial no processo de inclusão educacional, a adequação dos espaços pode ser definida como um conjunto de condições e possibilidades de alcance a todas as pessoas, para que tenham autonomia aos espaços e edificações da escola. Em relação à acessibilidade do espaço escolar, de acordo com o Gráfico 8, 81,8% responderam que suas escolas possuem condições de acessibilidade, e 18,2% que não.



Gráfico 8– Condições de acessibilidade das escolas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as peculiaridades de cada aluno. Na realização da pesquisa, foi perguntado se a sua escola possui sala para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), 58,3% responderam sim, e 41,7% responderam não.

O docente que atua na sala de recursos deve colaborar com o docente da classe regular para definição de práticas pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo, de acordo com o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, 2009)

Em relação ao previsto em lei, foi perguntado aos gestores se os alunos são atendidos por um profissional capacitado para atender o AEE. Destes, 66,7% responderam que sim, e 33,3% não, e se é satisfatório as horas de atendimento para atender as necessidades dos alunos todos colocaram que sim, como justificativa colocaram:

*Os alunos com necessidades são atendidos uma vez na semana pela especialista e nos demais dias os professores trabalham a inclusão. (G1).*

*Como temos poucos alunos especiais, as horas que temos disponíveis são necessárias, a professora faz um ótimo trabalho de acompanhamento a esses alunos. (G6).*

*Às vezes fica apertado atender todos, mas na medida do possível está tudo dando certo. (G8).*

*Temos uma ótima professora na sala de recursos. (G12).*

De acordo com os dados produzidos, pode-se constatar que a SMEd cumpri sua função, pois todas as escolas que necessitam de atendimento especializado são assistidas por um profissional na sala de recursos.

A seguir será analisada a segunda subcategoria, que trata do Referencial Curricular Municipal, uma política instituída no ano de 2019.

### **5.2.2 Referencial Curricular Municipal (RCM)**

O Referencial Curricular Municipal (RCM) de Cachoeira do Sul, que foi instituído pela resolução do CME nº 24/2019, alinhado a Base Nacional Comum (BNCC) e ao Referencial Curricular Gaúcho (RCG), foi construído coletivamente pelos professores e gestores da educação municipal e é obrigatório ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica do território de Cachoeira do Sul, a partir de 2020.<sup>39</sup>

De acordo com o questionário, todos os gestores têm conhecimento sobre o RCM. Também, foi perguntado como foi a participação da sua escola na construção e como a educação do campo foi contemplada? As respostas foram unânimes, com a contribuição de todos os envolvidos na educação, e que todos os professores participaram da construção, sendo trabalhado dentro da escola com reuniões e debates, e através de reuniões por componente curricular.

Ressalta-se a fala de um dos gestores, sobre a o cumprimento do RCM em tempo de pandemia, na qual os professores tiveram que se adaptar no ano de 2020:

*Estamos fazendo o possível para se fazer cumprir. Nestes tempos atuais está sendo muito importante e de grande ajuda. (G6)*

---

<sup>39</sup> Endereço: <https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/3935/smed-apresenta-o-referencial-curricular-municipal> – Acesso em: 15/09/20

O RCM aborda a modalidade educação do campo de forma muito singela, quando questionada a diretora pedagógica, a Vanessa argumentou que:

*[...] a gente tem um referencial curricular municipal que traz a base nacional comum curricular todos os estudantes do município têm os mesmos direitos de aprendizagem. É um currículo municipal, portanto a forma de fazer, de traduzir esse currículo de forma diferenciada, considerando as escolas do campo e a realidade das escolas do campo. A gente precisa trabalhar com os professores nesse sentido, a forma e a metodologia que vai fazer a diferença. (Diretora Pedagógica).*

A forma de trabalhar o currículo, com uma metodologia diferenciada, é o que tem que ser trabalhado com os professores das escolas do campo do município, de acordo com Fernanda:

*[...] ter como base o referencial curricular, que são o básico que devemos trabalhar, mas ter um olhar diferente para os nossos estudantes principalmente para aqueles permaneçam morando também no campo. (Diretora Pedagógica)*

Nesse sentido, a próxima subcategoria a ser discutida será a formação continuada, pois é imprescindível uma formação com os profissionais para que essa metodologia possa ser desenvolvida.

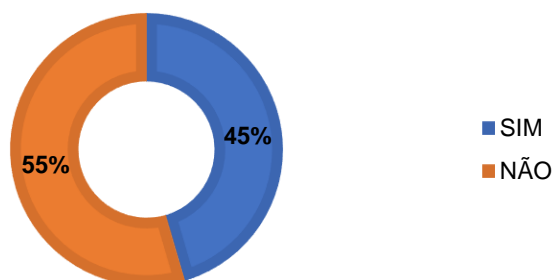
### **5.2.3 Formação Continuada**

A criação e a execução de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação são peças fundamentais para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional. Elas estão intrinsecamente vinculadas ao nível e à qualidade da educação pública.

Segundo Arroyo (2007), trabalhar como docente em uma escola no/do campo, é preciso o conhecimento das formas específicas de ensinar, educar no campo.

O questionário realizado com os gestores contou com questões que se reportavam à formação continuada de professores e gestores das escolas do campo, sobre como o município promove esses espaços de formação, conforme os Gráficos 9 e 10.

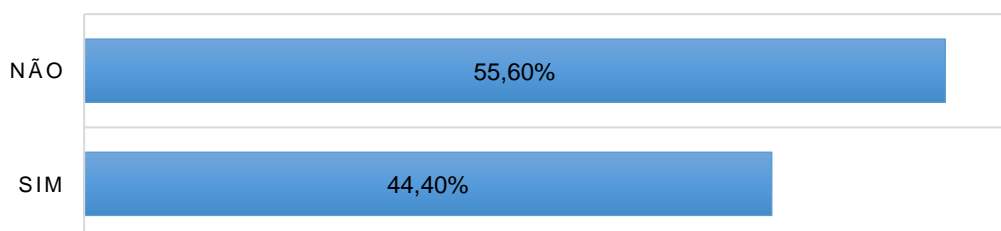
Gráfico 9– Formação continuada de professores voltada para as escolas do campo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto à formação continuada de professores voltada para as escolas do campo, segundo o Gráfico 9, 45% responderam que o município não possui uma formação continuada para os professores do campo; e 55% responderam que sim, e citaram como formação continuada: Verde é vida, reuniões voltadas às estratégias para a qualidade de vida, preservação do ambiente e o sucesso e permanência dos jovens no campo, o encontro do grupo que está desenvolvendo as políticas para Educação do Campo, e a que mais teve destaque foi o Fórum de Educação do Campo.

Gráfico 10- Formação continuada de gestores voltada para a educação do campo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A mesma pergunta foi realizada, mas quanto à formação continuada de gestores, 55,6% responderam que o município não possui uma formação continuada para os gestores das escolas do campo; e 44,4% responderam que sim, e citaram: questões pertinentes ao funcionamento administrativo e pedagógico da escola e o encontro do grupo que está desenvolvendo as políticas para Educação do Campo.

Na Resolução CNE/CEB nº 01/2002, os sistemas de ensino, de acordo com o Artigo 12 § único, deverão desenvolver políticas de formação inicial e continuada de professores, em todos os níveis. As estratégias de formação para esse professorado precisam ter dois eixos: o eixo político, que são as políticas traçadas para a educação do campo e para a formação de professores; e, o eixo epistemológico, que tenha como ponto de partida a realidade rural. (SILVA, 2008, p.63)

Conforme Vanessa (2020), nos anos de 2017 e 2018 a secretaria de educação proporcionou formação continuada para os professores das escolas do campo, para que eles “[...] se sentissem pertencentes à educação do campo [...]”, mas são poucos os professores que pertencem a essa realidade. Na época tiveram dificuldades de aceitação por parte do professorado.

Embora não seja o foco da pesquisa, as políticas para a formação continuada apontam a necessidade de uma formação mais específica, tendo como ponto de partida a realidade histórico-social do lugar, com base na realidade onde a escola está inserida, aliando a teoria com a prática. Em relação ao comprometimento com os professores e gestores que trabalham no campo do município de Cachoeira do Sul, Fernanda colocou que acredita em grupos de estudos em formação pedagógica.

*[...] a gente fica muito feliz que uma escola do meio rural ficou em primeiro lugar do Ideb, é possível sim, a gente ter uma educação de qualidade no meio rural e os nossos alunos merecem [...]. (Secretária Municipal de Educação).*

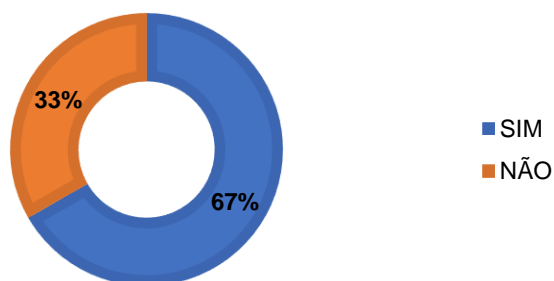
É preciso pensar cursos de formação que tenham formatos e programas específicos, que considerem as rotinas e as dinâmicas das populações atendidas, seus interesses, contextos e necessidades, para que as atividades docentes possam construir um novo espaço pedagógico.

#### **5.2.4 Nucleação**

A nucleação faz parte da realidade das escolas do campo no município de Cachoeira do Sul, 67% passaram pelo processo de nucleação. Os principais argumentos levantados se referem aos aspectos econômicos, sociais, políticos e pedagógicos. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo é a redução no número de alunos, devido ao êxodo rural, defende-se, também, a redução de custos, e a melhoria da qualidade do ensino.

No que tange ao processo de nucleação, o Gráfico abaixo mostra as escolas nucleadas do município.

Gráfico 11 – Escolas com Nucleação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Após o ensino ser obrigatório a partir dos 4 anos, pode-se notar, na Figura 09, que mostra a distribuição das escolas do campo de Cachoeira do Sul após as nucleações. No interior tem distritos que os alunos percorrem grandes distâncias até chegarem à unidade escolar. Além disso, tem, também, a dificuldade dos pais se fazerem presentes na escola, por não possuírem transporte, e por morarem longe da escola.

O Plano Municipal de Educação (2015), na meta 01, que trata da universalização da educação infantil na pré-escola, na estratégia 1.34 de fomentar o atendimento das crianças do campo na Educação Infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais, quilombolas e indígenas não condiz com a realidade do município. Pode-se notar que existem muitas localidades que não possuem escolas próximas, nesse sentido, de reconhecer a educação do campo e o direito destas populações à escolas mais perto do local aonde vivem, deveria ser avaliado pelo setor público o processo de “desnucleação<sup>40</sup> de escolas”, ou seja, a política de reabertura de escolas do campo que foram fechadas nos anos de 1990.

---

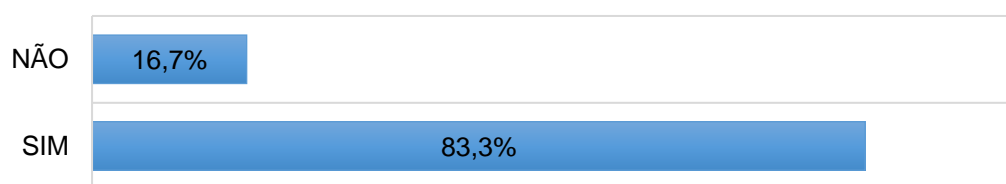
<sup>40</sup> Expressão usada para denotar, descrever o processo de abertura das escolas que tinham sido fechadas pela nucleação nos anos de 1990.

### 5.2.5 Multisseriação

As classes multisseriadas são a principal característica da educação rural brasileira. Nessas classes, um mesmo docente atende alunos de diferentes idades e níveis educacionais em uma mesma turma, numa mesma sala de aula, concomitantemente.

Quanto as classes multisseriadas existentes nessas escolas, os resultados apresentam-se conforme o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Turmas Multisseriadas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Presente neste contexto, a maioria (83,3%) dessas escolas possuem classes multisseriadas nos anos iniciais do ensino fundamental. Dos dados apurados na pesquisa com os gestores, somente 2 escolas não possuem turmas multisseriadas. As turmas multisseriadas não seguem um padrão, tem turmas do 1º e 3º anos, 3º e 4º, 1º ao 5º, 5º e 6º, 7º e 8º, as turmas mais enturmadas são 1º e 2º e 4º e 5º anos, tendo em média 10 alunos por turma, no máximo 19 alunos em uma turma da educação infantil.

Entende-se que a organização da escolarização em multisséries é parte da opção do sistema de ensino que a adota. Em muitos casos, tal opção não vem associada a um conjunto de orientações pedagógicas, não são dadas ao professor, na maioria das vezes, uma formação de como atuar numa organização multisseriada. Essa ausência de orientação leva, muitas vezes, a reproduções do modelo seriado na própria multissérie, o que acarreta trabalhos duplicados ou, até mesmo, triplicados, tendo em vista a junção de alunos matriculados em diferentes séries/anos, embora, segundo a Vanessa, houve um grande avanço e também:

*[...] se vê uma evolução muito grande, até a questão da aprendizagem, que antes as turmas, quase que a totalidade, eram multisseriadas, e hoje nas escolas pelo nós temos professores com especialização relativa as disciplinas [...]. (Secretária Municipal de Educação).*

A razão pela qual a multisseriação teve destaque como subcategoria, foi devido às reclamações por parte das direções, professores e pais. Muitas vezes a qualidade das aulas, com professores despreparados (a maioria contratados), salas de aulas que não comportam o número de alunos. As escolas do campo devem ter a mesma qualidade de ensino que as escolas urbanas.

### **5.2.6 Educação de Jovens e Adultos**

De acordo com a Resolução nº 2/2008 (CNE/CEB), que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, a Educação do campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nenhuma escola do município possui esta modalidade, quando questionado aos gestores, se fosse ofertada à comunidade o EJA para os que não tiveram acesso ou concluíram na idade certa, qual seria a demanda nas escolas do campo do município? Dos 12 questionários, 1 gestor não respondeu; 3 colocaram que não tinham uma resposta precisa (G5 e G9); e, G8 fez a seguinte colocação:

*Não tenho certeza, mas um número grande de pais é analfabeto. (G8).*

Dos 12 gestores, 5 responderam que seria muito pequena ou nenhuma, mas G11 colocou que:

*[...] embora as pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental seja um número expressivo. (G11).*

E 3 gestores responderam de forma a fazer um questionamento sobre esta modalidade:

*Há alguns anos tinham esta modalidade, onde foram alfabetizadas as pessoas da comunidade. (G1).*



*Há interessados. (G10).*

*[...] com certeza grande. (G2).*

De acordo com as respostas, que são bem diversas, pois em algumas localidades a adesão seria pequena, tendo como motivo a distância das residências, também alegaram a falta de transporte, bem como espaço físico e recurso humano, e em outras teriam interessados e muitos não souberam responder. Assim, foi possível verificar que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, teria que ter um estudo mais detalhado sobre o assunto no município, pois é sabido que há um grande número de analfabetos no campo.

A fomentação do EJA no campo pode criar condições para que os alunos possam permanecer estudando em suas localidades, de dia ou de noite, o que importa é que não se pode deixar de lado a concepção em relação à localização de escolas no campo. A evolução do agronegócio e dos meios de produção, mesmo frente a toda essa modernidade as pessoas ainda buscam na escola pública a resposta para a transformação de sua realidade. A mudança virá através do conhecimento, o que pressupõe a manutenção dos espaços educativos no campo como forma de combater o êxodo rural.

### **5.2.7 COMDECampo**

A COMDECampo, nas falas da Secretária Municipal e da Diretora Pedagógica do município, foi a política pública do município que mais teve destaque. Segundo Fernanda, a comissão foi formada a partir de sugestões em assembleias, estudos e fóruns. A comissão foi criada no ano de 2017, quando Vanessa volta para a secretaria para assumir o chefe do setor pedagógico, uma das primeiras ações foi retomar a educação do campo, “*[...] construir uma educação do e no campo como processo de fortalecimento*”. Através do setor de projetos educacionais, foi composta a comissão, enquanto secretaria, para discutir e pensar a educação do campo.

Vanessa colocou que a comissão teve um fortalecimento de maneira muito rápida com uma representatividade muito positiva, com a participação de instituições importantes que conhecem e valorizam a realidade das escolas do campo do

município. Quando assumiu a diretoria pedagógica, a ideia foi de continuar fortalecendo a modalidade, porque:

*[...] a maioria das escolas são na zona rural. Precisa ter uma atenção maior para estes estudantes e famílias que estão nestas comunidades[...]. (Diretora Pedagógica)*

Pensado no resgate de tudo isso, foi criando várias ações, com o intuito de não criar ações somente da secretaria, mas:

*[...] criar uma instância democrática de discussão e participação de quem realmente faz a educação do campo de quem vive no campo de quem conhece esta realidade". (Diretora Pedagógica).*

O intuito desta comissão, segundo Vanessa, foi:

*[...] chamar quem conhece, vive e experimenta todos os dias a educação do campo. Já foi organizado diferentes ações, [...] é um início de uma caminhada de ressignificação da educação do campo. (Diretora Pedagógica).*

A COMDECampo é a maior política que se tem, como pode-se sentir nas falas de Fernanda e Vanessa, que apontam como perspectiva para o futuro:

*[...] ela veio para fortalecer este conjunto de benfeitorias e preocupações com os gestores e preocupações de como fazer o melhor nas suas escolas [...]. (Secretária Municipal de Educação).*

*[...] dar continuidade as ações construídas, a COMDECampo vem como mecanismo de fortalecimento da educação do campo, [...] não fique como uma política de governo. (Diretora Pedagógica).*

Uma das ações necessárias para o ano de 2021, seria propor uma parceria junto ao novo governo municipal para que essa importante política continue. Essa parceria se justifica por não existir uma lei municipal que garanta a Educação do Campo como uma política pública de Estado, e não de governos. Para isso, tem de passar pela Câmara de Vereadores.

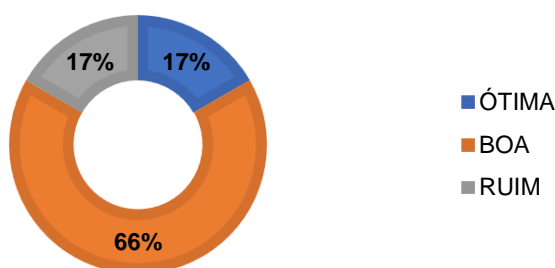
E, também, caberia uma maior divulgação, por parte da comissão, nas escolas do campo do município, a todos os profissionais que trabalham nestas escolas, como estratégia de fortalecimento da COMDECampo.

### 5.2.8 Transporte escolar

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. O objetivo do programa é garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Todas as escolas do campo do município de Cachoeira do Sul utilizam o transporte escolar. Em relação às condições do transporte escolar, conforme o Gráfico 13, 66% respondeu que é boa, 17% ótima e 17% ruim.

Gráfico 13– Transporte escolar: condições dos veículos

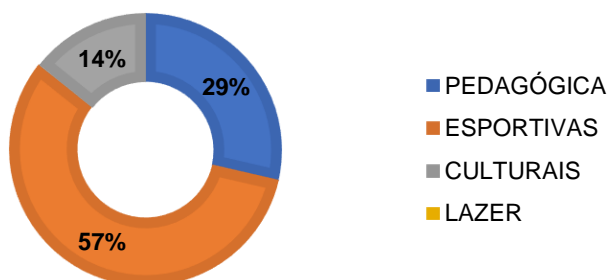


Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A qualidade do transporte escolar pode ser sentida durante a entrevista com a Vanessa, quando coloca sobre a preocupação da secretaria quanto a chegada dos estudantes e professores nas escolas com segurança.

Quanto ao acesso do transporte nas atividades realizadas fora da escola, de acordo com o Gráfico 14, 45,5% dos gestores responderam que não e 54,5% responderam sim. Segundo os gestores, as atividades as quais o transporte é liberado pela SMEd, de acordo com o gráfico abaixo, 57,1% são para as atividades esportivas, 28,6% pedagógicas, 14,3% culturais, e não é permitido para atividades de lazer.

Gráfico 14– Acesso ao transporte em atividades fora da escola



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Garantir o acesso dos estudantes nas atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer, realizadas fora do estabelecimento de ensino, utilizando o transporte escolar, é muito importante para os alunos das escolas do campo. Com esse acesso, o estudante pode interagir fora da escola, em outros ambientes, participando de atividades pedagógicas e culturais de aprendizagem.

O PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e para a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos transportados.

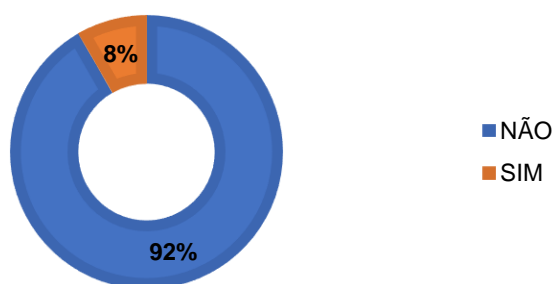
### 5.2.9 Educação em Tempo Integral

O Parecer nº 07, da Resolução do CNE (2010), em seu artigo 36 aponta que é considerado tempo integral toda jornada escolar organizada em sete horas diárias, resultando em carga horária anual de 1.400 horas. O artigo 37 aponta ainda, que além da ampliação do tempo, o alargamento de horas, nesses sistemas de ensino, tem como objetivo criar novos espaços e oportunidades, fomentando maior envolvimento de outros profissionais da escola, dos familiares e demais setores sociais. Na resolução, é previsto um currículo integrado para a escola em tempo integral, no qual o estudante tenha acesso à experimentação científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias de comunicação, direitos humanos, preservação do meio ambiente,

saúde, entre outros componentes, que devem estar articulados às mais diversas áreas do conhecimento, vivências e práticas socioculturais.

A educação em tempo integral não significa simplesmente que o aluno passa mais tempo na escola. Nessa modalidade, ele convive com múltiplas oportunidades de aprendizagem. A seguir, o Gráfico 15, de acordo com as respostas do questionário feito aos gestores, mostra as escolas que trabalham em tempo integral no município.

Gráfico 15– Escolas em tempo integral



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o questionário, o G11 apontou que sua escola funciona em tempo integral, mas segundo a SMEd, nenhuma escola do campo do município funciona em tempo integral. Algumas considerações foram elencadas, como a falta de ajuste no transporte escolar e o espaço físico, pois a maioria trabalha no limite e não tem condições de receber os alunos no turno inverso.

### 5.3 GESTÃO DA ESCOLA DO CAMPO

A gestão constitui uma dimensão importantíssima da educação. Em uma instituição escolar, o gestor desempenha um papel fundamental para o bom andamento que é o processo de ensino – aprendizagem. No entanto, só terá êxito se for bem planejado e desenvolvido de forma integrada.

O currículo de uma escola do campo deve se adequar à realidade que o cerca. Também deve contemplar as relações com o trabalho na terra e trabalhar o vínculo entre educação e cultura, sendo um fator determinante no quadro da gestão das instituições. A gestão envolve valores, crenças, histórias, experiências, sobre conhecer a realidade e, “[...] cada escola tem que se apropriar e conhecer sua

*realidade para poder organizar seu planejamento de gestão e de sala de aula”* (Vanessa), enfim, tudo aquilo que perpassa pela experiência vivida pelos sujeitos do campo. Por isso, os gestores escolares têm um papel primordial nas escolas do campo.

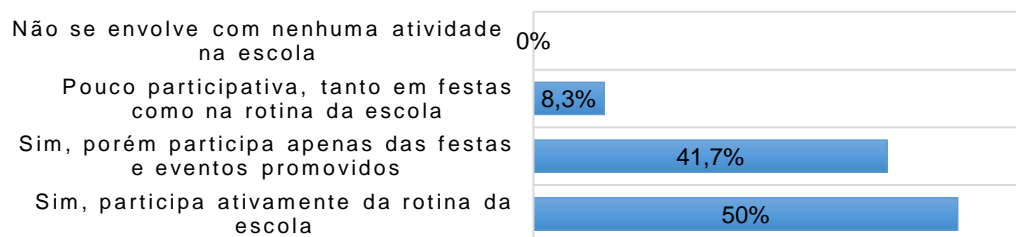
Na perspectiva do currículo se adequar à realidade, a equipe diretiva tem um papel fundamental na implementação de um currículo específico para a sua realidade. Nesse sentido, destaca-se a fala do G12: *“Minha escola é no Campo e não com estratégias e ensino do Campo”*. Nesta colocação se vê a necessidade de o gestor estar preparado para conduzir uma escola do campo, pois a equipe diretiva de uma escola do campo tem como obrigação conduzir sua escola de maneira apropriada e isso se faz através da gestão escolar.

### **5.3.1 Círculo de Pais e Mestre e Conselho Escolar**

O Círculo de Pais e Mestres (CPM), é uma entidade jurídica sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas, integrada por membros da comunidade escolar responsável pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses de recursos financeiros destinados às escolas, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos. É importante que a escola e sua comunidade sejam mobilizadas, pela sua equipe de direção, para a participação de todos, professores, servidores, pais, alunos, membros interessados da comunidade, na constituição do CPM, de modo que esses segmentos estejam comprometidos trabalhando para o fortalecimento da gestão pedagógica, administrativa e financeira.

A seguir, os Gráficos 16, 17 e 18 mostram a participação das comunidades escolares, CPM e Conselho Escolar.

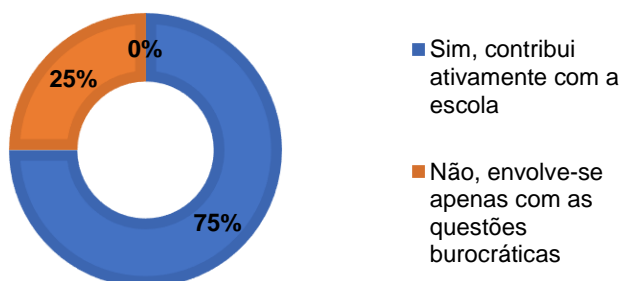
Gráfico 16– A participação da comunidade escolar



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No que se refere à participação da comunidade escolar, a metade dos participantes da pesquisa colocaram que a comunidade escolar participa ativamente da rotina da escola; 41,7% disseram que participam apenas das festas e eventos, 8,3% relataram que a comunidade é pouco participativa, tanto em festas quanto na rotina da escola, e nenhum participante colocou que a comunidade escolar não se envolve com nenhuma atividade da escola. Essas variações estão relacionadas ao local onde as famílias residem – se moram longe ou no próprio distrito –, as condições materiais das famílias – se possuem transporte próprio ou não – e as condições das estradas.

Gráfico 17– Atuação do CPM na escola



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Em relação à atuação do Círculo de Pais e Mestres (CPM) na sua comunidade, 75% responderam que sim, contribui ativamente com a escola, 25% responderam que se envolvem apenas com as questões burocráticas, e nenhum participante respondeu que se envolve apenas nas festividades da escola.

Foram questionados, se a escola não possui CPM atuante, qual a razão para que isso ocorra, e o que pode ser feito para que essa realidade possa ser revertida? As justificativas foram:

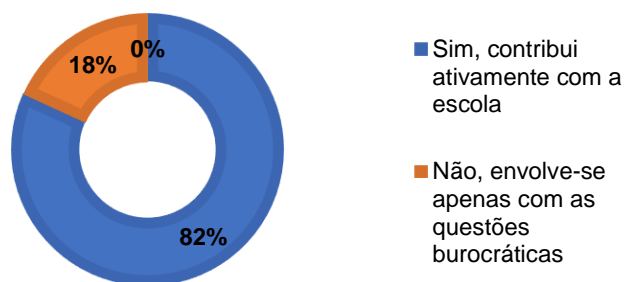
*O que dificulta a participação do CPM é distância da escola e a falta de meio de transporte para ir até lá. (G.11).*

*[...] às vezes não está presente devido o serviço com a lavoura, para trazê-los até a escola eu falo da importância, tento convencê-los através do diálogo. (G12).*

Nenhum gestor respondeu o que poderia ser feito para que o CPM fosse mais atuante na escola.

O CPM e o Conselho Escolar existem para garantir a participação democrática de todo os segmentos que compõem uma escola. A seguir será apresentado a atuação desses órgãos nas escolas.

Gráfico 18 – Atuação do Conselho Escolar na escola



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Em se tratando do Conselho Escolar, se é atuante, 82% responderam que o contribuem ativamente com a escola, 18% responderam que se envolvem apenas com as questões burocráticas. Se a escola não possui Conselho Escolar atuante, qual a razão para que isso ocorra, e o que é feito para que essa realidade possa ser revertida? As respostas foram que:

*É necessário incentivar mais a participação do Conselho através da participação em reuniões e na tomada de decisões. (G11).*

*No início eram mais participativos, agora não mais. (G12).*



De acordo com a Vanessa, que fala sobre a atuação dos Conselhos Escolares e CPM com muita propriedade, atualmente as escolas têm os Conselhos Escolares representando a comunidade em todos os segmentos, e que são fundamentais, pois toda verba federal traz o CPM como unidade executora, então eles têm uma função importantíssima também dentro das escolas. Os Conselhos Escolares vão muito mais além do que fazer uma ata e aprovar uma prestação de contas. Eles também têm que olhar para aprendizagem dos alunos e trabalhar junto ao diretor como um todo.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e do sistema, e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola.<sup>41</sup>

### **5.3.2 Calendário Escolar**

Uma das funções da Gestão Escolar é a construção do calendário escolar. Conforme o Guia de Orientações para o Gestor Escolar 2020 – SMEd/Cachoeira do Sul/RS, a elaboração do Calendário Escolar é uma ação fundamental da comunidade escolar, e as escolas estão autorizadas, a preverem, se forem necessários, sábados para completar os dias letivos (200 dias) e a carga horária (800 horas anuais). E, caso a escola necessite dessa alternativa, deverá apresentar justificativa à SMEd para homologação. Também especifica sobre a “Margem de Segurança”, como forma de prevenir qualquer eventualidade nas Escolas do Campo, ela não se constitui em dias a mais de trabalho e sua utilização só se dará, caso seja necessário repor algum dia letivo, que porventura não tenha ocorrido. Os dias previstos como margem de segurança não serão contabilizados como dias letivos.

Uma das especificidades das escolas do campo é o Calendário Escolar. A sua elaboração deve levar em conta o que estabelece a LDB/96, em seu artigo 28, no qual prevê que o calendário escolar deve se adequar à natureza do trabalho do campo, às

---

<sup>41</sup> Conselho Escolar e a educação do campo / elaboração Regina Vinhaes Gracindo... [et. al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91 p.: il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 9) 1. Educação no campo. 2. Escola rural. I. Gracindo, Regina Vinhaes. II. Brasil. Secretaria de Educação Básica. CDU 37 (1-22)

fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, proporcionando a permanência do aluno na escola.

Foi questionado aos gestores se possuem um calendário específico para a realidade de sua escola. De acordo com os dados, do total dos gestores, 50% responderam que não, destes 6 gestores, um respondeu também que deveria ter, e justificaram:

*Por causa das condições climáticas, cheias do rio, passamos a balsa todos os dias. (G1).*

*Não há necessidade. (G3).*

*Fazemos, mas nossa secretaria não aceita quer que seja igual a sede. (G8).*

*Como eu disse minha escola é no campo e não do campo e as leis não foram aplicadas quando tentei mudar para escola do campo. (G12).*

Dos gestores que responderam que deveria ter (25%), somente um justificou:

*Fazemos alguns ajustes no calendário escolar e muitas vezes é uma dificuldade para ser aprovado dentro de nossa realidade (enchentes anuais). (G6).*

E 25% responderam sim, dando as seguintes justificativas:

*Sempre que há necessidade, solicitamos a permissão da SMEd para alguma alteração e sempre temos amparo. (G10).*

*Pela distância das residências, a escola funciona com calendário alternativo. (G11).*

Segundo a responsável pelo calendário escolar da SMEd, nenhuma escola apresenta um calendário específico para a sua realidade. Até o momento nenhuma escola solicitou à secretaria. Desconhece-se o motivo, se é por falta de conhecimento ou falta de mobilização da comunidade. Para que as escolas do campo do município solicitem um calendário diferenciado, é necessário fazer um pedido, através de ata com a justificativa, e aprovação da comunidade escolar. Têm escolas que na sua realidade passam por enchentes em certas épocas do ano, que coincidem com a irrigação das lavouras da localidade, e, também, colheita de fumo no período de dezembro, que certamente teriam.

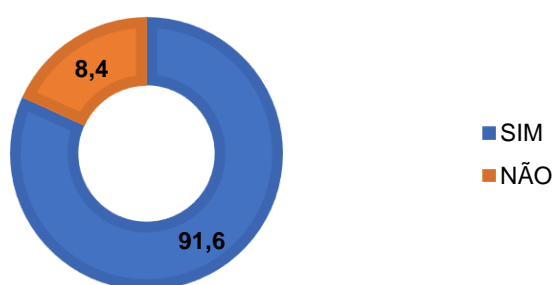
### 5.3.3 Proposta Pedagógica (PP)

A Proposta Pedagógica da escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL,1996) e tem como objetivo principal garantir a autonomia das instituições de ensino no que se refere à gestão de suas questões pedagógicas. Trata-se de um documento que define a linha orientadora de todas as ações da escola, desde sua estrutura curricular até suas práticas de gestão, geralmente está baseada em uma linha educacional proposta e descrita em determinada teoria pedagógica.

Durante a construção da PP, há uma flexibilidade que permite que cada escola esteja livre para elaborar sua proposta pedagógica de acordo com seus interesses, de seus alunos e da comunidade onde está inserida. Na construção da PP da escola, devem ser observados todos os aspectos inerentes a ela, como a sua localização, estrutura, recursos humanos etc. Também, é preciso sempre estar atento ao currículo da escola, pois é um componente cultural e deve ser respeitado. Nesse sentido, a PP é construída a partir da pesquisa socioantropológica, da articulação com as instituições e atores sociais locais que tenham vínculos com as comunidades do entorno da escola, aproveitando os dados da realidade para ensinar os principais conteúdos curriculares.

Sobre a construção da Proposta Pedagógica (PP), conforme o Gráfico 19, se foi construído e realizado um levantamento de dados sobre a realidade, 91,6% responderam que sim, e 8,4% que não.

Gráfico 19– Construção da PP voltado para a realidade escolar da comunidade



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Foi questionado como ocorreu a construção da PP e quais as pessoas envolvidas. Somente um gestor respondeu que não participou da construção da PP; o restante das respostas foi com a participação de toda a comunidade escolar. Destas afirmativas, somente G11 respondeu que foi realizada pesquisa socioantropológica, levantando o perfil da comunidade e seus interesses, e promovidos debates dos resultados e estudos com os professores para definir os objetivos da escola.

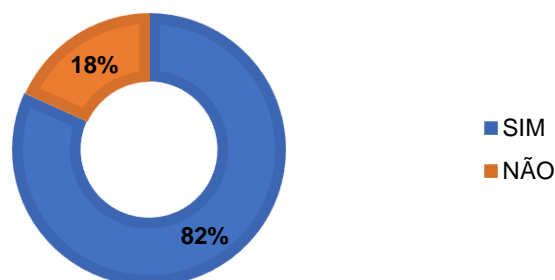
Os artigos 5º e 13º da Resolução CNE/CEB nº 01/2002 contemplam a diversidade nas propostas pedagógicas das escolas do campo: “Art. 5º: As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade [...], contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

#### **5.3.4 Projetos Pedagógicos**

É importante que o planejamento dos projetos pedagógicos, desenvolvidos nas escolas do campo, seja construído com base na proposta pedagógica da escola, no Referencial Curricular Municipal com base em aspectos da realidade da comunidade. Nesse sentido, os professores devem elaborar os conteúdos a partir da “realidade” dos alunos, fundamentados nas orientações curriculares locais. Para isso, devem conhecer as famílias e as atividades econômicas predominantes na localidade, de forma a ter elementos para o planejamento das aulas.

Na Resolução CNE/CEB nº 01/2002, no seu artigo 4º institui que o projeto institucional das escolas do campo constituir-se-á em um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho. Esse artigo evidencia a responsabilidade das escolas do campo com a implementação da pesquisa em seus projetos como forma de dar condições aos alunos a compreensão do mundo do trabalho em consonância com o desenvolvimento social.

Gráfico 20– Projetos de ensino voltados para a educação do campo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Em relação aos projetos de ensino voltados para educação do campo e desenvolvidos pelas escolas, 82% responderam sim, e 18% que não. Os projetos desenvolvidos são: Horta escolar, gincanas educativas, recolhimento de óleo saturado, jardinagem, minhocário, estufas, bolsa de sementes, reciclagem e coleta de lixo, alimentação saudável, ervas medicinais. Dentro dos projetos citados, destaca-se o trabalho com linhas de pesquisa ligadas à demanda do campo e interesses dos alunos (G1) e o Projeto Identidade Rural, que busca valorizar a vida no campo e incentivar a permanência na sua realidade (G11).

Segundo Fernanda e Vanessa, os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, Emater, Afubra, Celulose Riograndense, Uergs, se tem alguma ação relacionada à escola do campo, tudo se concentra dentro da secretaria, depois vai se multiplicando e fazendo a parceria com as escolas para o restante das escolas, pois segundo Fernanda:

*[...] se nós não trabalhamos com parcerias, só a secretaria de educação não consegue fazer muita coisa. (Secretária Municipal de Educação).*

Quanto aos desafios em relação ao perfil dos profissionais que atuam na sua escola, no desenvolvimento das atividades específicas de uma escola do campo, as respostas foram as seguintes:

*Que todos tenham gosto pelas coisas do campo. (G1).*

*Estar sempre atento as reais necessidades da comunidade do campo o que nunca é fácil. (G2).*

*Cada dia é um desafio para quem trabalha numa escola do campo. Na minha escola são grandes desafios como a falta de recursos humanos, o desinteresse da maioria dos pais que não tem perspectiva de futuro para seus filhos. (G5).*

*Poucos recursos humanos, não vemos apoio da parte da nossa secretaria, somos deixados para trás e tudo que a sede recebe, nossas crianças não têm direito a cultura quando a sede é contemplada não vemos acesso, e por aí vai. (G8).*

*Comprometimento, disponibilidade, empatia e criatividade. (G10).*

*Estarem dispostos a mudarem sua prática, adequando às demandas da realidade do campo. (G11).*

*Todos fazem seu trabalho, mas poucos aceitam os projetos. (G12).*

Diante das respostas, concorda-se com Vanessa, que poucas escolas trabalham a Educação do Campo e poucos professores são desta realidade. Dentro desta realidade, segundo Fernanda, já houve muitos avanços, o professor do interior não tinha difícil acesso, agora ele é valorizado, pois cada professor recebe o difícil acesso de acordo com a distância que fica localizada a escola, o que não justifica, pois quem trabalha nas escolas do meio rural sabe que precisa se adaptar à realidade e gostar de ser um professor de uma escola do campo.

Um dos questionamentos feito aos gestores, foi que apontassem seus desafios enquanto gestores(as) da educação do campo no âmbito, administrativo, financeiro e pedagógico. Conforme foi apontado pelos gestores, os desafios foram: as estradas em dias chuva, reforço escolar, falta de verbas e pessoal especializado, necessidades de manutenção aquém dos recursos financeiros, internet com sinal fraco e baixa velocidade para a demanda, quadro reduzido de pessoas, baixo rendimento dos alunos, acesso às atividades na sede por não ter transporte, pais dos nossos alunos são maioria analfabetos e poucos conseguem ajudar em casa, enturmações, não se pode receber o olhar diferenciado que a realidade exige, mobilizar a comunidade escolar para adaptar-se à realidade do campo.

Dentro destes desafios, que foram colocados pelos gestores e que foram discutidos no decorrer do trabalho, destacam-se as colocações dos seguintes gestores:

*Contamos com ótimos profissionais, excelentes estudantes e as famílias são exemplares. (G3).*

*Estou satisfeita em todos os âmbitos de atuação na minha escola. Sou bem assista. Claro tudo limitado, mas, dentro dos conformes. (G6).*

*Temos muitos desafios no dia a dia, mas superamos um a um a cada dia, dentro de nossas possibilidades e realidade. (G12).*

Complementando e concluindo o questionário disponibilizado aos gestores, destaca-se a fala da Vanessa, quanto aos desafios em relação à Educação do Campo no município:

*Construir no coletivo, de chamar para pensar e construir com pessoas que realmente fazem parte desta realidade deste contexto ouvindo as pessoas, a comunidade escolar e construindo ações no coletivo, tendo como eixo a formação continuada como um importante eixo de fortalecimento para o professor. (Diretora Pedagógica).*

A partir do que foi colocado pelos gestores, o cenário no qual se vive, surgem novos desafios para gestores, professores, alunos e famílias. Segundo Mário Broetto<sup>42</sup>(2020):

As escolas devem investir na autonomia e no protagonismo dos alunos, preparando-os para um mundo sem fronteiras físicas e digitais. Por isso, a qualidade da gestão da equipe docente será determinante, pois serão mudanças que se não forem bem conduzidas poderão desencadear efeitos negativos na saúde física e emocional dos professores.

Uma das mudanças nas escolas após pandemia, será o investimento em tecnologia nas escolas, em formação para os professores para o uso das mesmas, pois com certeza os nossos alunos não serão os mesmos que antes, e a escola vai ter que fazer o resgate através de um replanejamento para a retomada das aulas, e, para isso, vai ter que fazer um investimento em recursos humanos, um dos desafios colocados pelos gestores.

---

<sup>42</sup> Mário Broetto, diretor pedagógico do Centro Educacional Leonardo Da Vinci - <https://tribunaonline.com.br/o-que-muda-na-educacao-e-nas-escolas-apos-pandemia>. Acesso 26/11/2020.

#### 5.4 SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Um Sistema Municipal de Ensino é a organização legal e institucional de um conjunto de elementos que se “articulam” para a efetiva concretização de sua autonomia na área da educação. O Sistema Municipal de Ensino no Brasil está definido na LDB, Lei nº 9.394/96, sendo órgãos e instituições atuando em função das necessidades e dos objetivos específicos de sua região. Os elementos do sistema são: Secretaria Municipal de Educação, como órgão administrativo e executivo da educação municipal; Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo e de controle social do sistema, com a câmara do FUNDEB; CAE; Instituições Públicas Municipais de Educação e Instituições Privadas de Educação Infantil.

Sobre a Educação do Campo dentro do sistema municipal de ensino, destaca-se a fala da Vanessa, que começou a entender a educação do campo e as suas especificidades, que tinha uma nomenclatura, e que seria uma modalidade da educação básica, a partir do programa Escola Ativa (2011). Até então, dentro da secretaria, não tinha esse olhar para a modalidade de forma específica, as escolas eram vistas como escolas do interior e escolas sede.

Segundo a Secretária Municipal de Educação, quanto às ações referentes à Educação do Campo, ainda há uma deficiência muito grande no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS, sendo que uma das dificuldades, hoje, é:

*[...] a questão do acesso à escola, nós temos hoje uma área muito grande aonde nossas escolas estão localizadas distante umas das outras tendo que muitos viajar quase uma hora para chegar na escola já torna-se um pouco cansativo tendo em vista, também em dias de chuva e de enchente essa dificuldade de acesso é bem complicado sabemos que tem coisas, como os fenômenos da natureza, que nós não temos como mudar, mas a gente pode aumentar os laços e as parcerias junto com a secretaria do interior que cuida das estradas e principalmente também eu acredito que nós podemos ampliar também a questão da secretaria da saúde ter este olhar ampliado principalmente com nossos alunos que não conseguem ter acesso à cidade até para fazer uma consulta uma revisão oftalmológica que a escola, então possa ter com os nossos estudantes esse cuidado. (Secretária Municipal de Educação).*

A comunidade local, mesmo não sendo mencionada na legislação, é um elemento do Sistema Municipal de Ensino, uma vez que paga todas as despesas relacionadas com a educação através dos tributos, em especial os impostos, e usufrui da educação. A escola é da comunidade, portanto, ela deve participar da elaboração



do Plano Municipal de Educação (PME) e da Proposta Pedagógica (PP) da instituição educacional.

#### **5.4.1 Conselho Municipal de Educação (CME)**

Participar na construção de uma política pública, mediante participação qualificada, através de propostas concretas, construídas com a participação e mobilização da sociedade, implica em conhecer a comunidade e o município. Para obter essa conquista, alianças e parcerias são indispensáveis, e o Conselho Municipal de Educação (CME), como o órgão que possui, em sua constituição, todas representações da comunidade escolar do município, por esse motivo e a partir da fala da Fernanda, ele foi escolhido como subcategoria dentro da categoria Sistema Municipal de Ensino.

*Acredito que é muito amplo esta questão, por isso, é preciso ter pessoas pensantes em vários segmentos para colocar no papel e fazer essa defesa, que eu acho muito importante, e encaminhar para o Conselho Municipal de Educação para fazer a diferença realmente nas escolas do Campo. (Secretária Municipal de Educação).*

Dentro de um sistema municipal de ensino, como já foi colocado, o Conselho Municipal de Educação é um órgão muito importante para que seja efetivada a política de educação do campo que se deseja concretizar.

Como instituição, a existência do CME encontra respaldo, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 e no Plano Nacional de Educação (PNE), como estratégia da Meta 19:

*"19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;"*

Nessa perspectiva, considera-se que uma gestão pautada em princípios democráticos resultará em uma parceria importante na construção da política que está sendo proposta, contribuindo para as mudanças necessárias de modo a garantir, efetivamente, para a melhoria da Educação do Campo no município.

## 6 GIRA..., GIRA..., CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DA MINUTA DE DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CACHOEIRA DO SUL/RS

Figura 31 - Gira...Gira...espaços de participação

*“Vamos ter um olhar  
atento  
E tratar com atenção  
Não ficarmos tão  
distantes  
Quando o assunto é  
Educação”  
(BRITO,2013).*



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No decorrer deste estudo foram demonstrados aspectos que caracterizam a educação do campo no município. O estudo possibilitou aprofundar conhecimentos acerca da construção de uma minuta de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS.

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo é um passo importante na afirmação da educação do campo no município, com base em um conjunto de princípios e de procedimentos que objetivam atender a população do campo em suas variadas formas de produção da vida. As diretrizes vêm auxiliar e motivar o professor a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo são um produto de todos, nas quais os sujeitos estão envolvidos direta e indiretamente com a Educação do Campo do município de Cachoeira do Sul/RS.

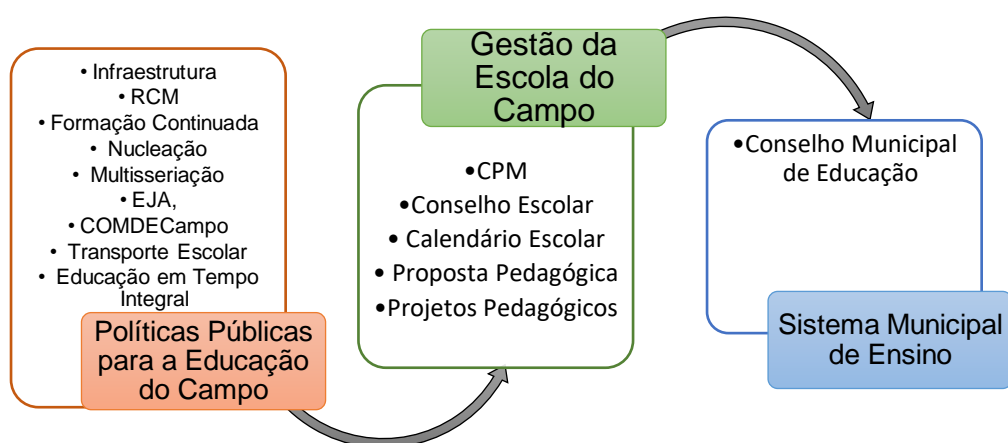
Elaboradas em conformidade com os anseios dos sujeitos que vivenciam a educação do campo no município e em sintonia com os dispositivos normativos no âmbito nacional, este documento objetiva orientar e normatizar as práticas pedagógicas relativas às etapas, às modalidades e às temáticas especiais em unidades escolares consideradas do campo, no contexto municipal.

A seguir, será apresentado o desenvolvimento do produto final do curso de mestrado profissional intitulado, “MINUTA DE RESOLUÇÃO NORMATIVA – CRIAÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS”, bem como suas contribuições e finalidade para as escolas do campo do município.

## 6.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto foi desenvolvido com o propósito de implementar e consolidar, a política pública da Educação do campo no município de Cachoeira do Sul. A minuta que ora se apresenta foi construída a partir dos questionários aplicados aos gestores das escolas do campo e de entrevistas semiestruturadas com a Secretária Municipal de Educação e a Diretora Pedagógica da SMEd. Esse documento tem por base as vozes dos gestores das escolas do campo do município, que contribuíram para construção do texto inicial da minuta de Diretrizes Curriculares para a educação do campo do município, considerando seus posicionamentos acerca das Políticas Públicas para a Educação do campo, Gestão da Escola do Campo e Sistema Municipal de Ensino, que na triangulação dos dados da pesquisa aparecem como grandes categorias e suas subcategorias conforme mostra a Figura 32.

Figura 32 – Categorias e Subcategorias de Análise dos Resultados



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir da análise dessas categorias e subcategorias foi construída a minuta de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS.

De acordo com Fernanda, secretária de educação, muitas ações já foram executadas. Agora, chegou o momento para que as diretrizes se tornem de fato uma política pública a nível educacional, “[...] pensando então na qualidade da aprendizagem dos nossos estudantes do campo”.

Na opinião de Vanessa, diretora pedagógica, o que deveria constar como prioridade nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação do campo:

*A necessidade de reconhecer e conhecer a realidade onde está inserida cada escola do campo, importante a pesquisa socioantropológica, uma maneira dos professores conhecerem a realidade dos estudantes pra poder ter as ações pedagógicas, a formação continuada que tem que ser considerado por mais ênfase o professor precisa de uma formação em contexto. Cada escola tem que se apropriar e conhecer sua realidade para poder organizar seu planejamento de gestão e de sala de aula. (Diretora Pedagógica).*

Portanto, foi possível perceber, a partir desta pesquisa, a necessidade de conhecer a realidade em que as nossas escolas do campo estão inseridas, os interesses e as perspectivas de vida dos agricultores e de seus filhos. Para a construção da minuta proposta. Para que o produto desta pesquisa se torne realidade, a seguir, será apresentada uma agenda com reuniões, que objetiva viabilizar a efetivação desta minuta, por parte do poder público municipal.

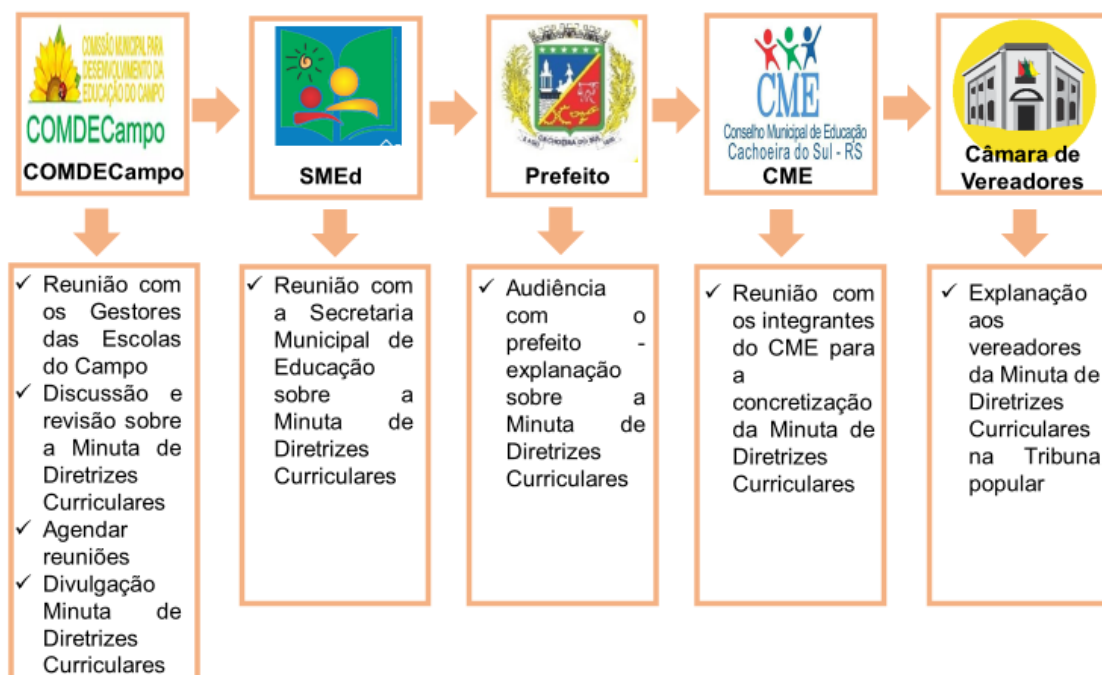
## 6.2 AGENDA PARA DISCUSSÃO COMPARTILHADA E IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Partindo do produto realizado na pesquisa, para que ele se torne realidade, deverá percorrer caminhos necessários para a sua efetivação, certamente será uma trajetória que dependerá do esforço, dedicação e engajamento dos atores envolvidos no processo.

A trajetória organizar-se-á, em princípio, em sete reuniões, podendo variar o número de acordo com as necessidades e demandas, de acordo com Quadro 9.

A seguir será apresentado o Organograma da trajetória proposta.

Figura 33 – Organograma da trajetória



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O primeiro passo a ser seguido, é a realização de uma reunião com a COMDECampo, com a finalidade de retomar as atividades, discutir a agenda e traçar os objetivos para o ano de 2021. A partir desta reunião, toda a trajetória proposta será percorrida com a presença da COMDECampo.

A segunda reunião será com os Gestores, com a finalidade de conhecer a realidade de cada escola e envolver os gestores e comunidades escolares, a partir desta reunião sugerir uma pesquisa socioantropológica dentro de todas as comunidades escolares do município.

A seguir, realizar-se-á a terceira reunião com a COMDECampo e os Gestores, neste encontro, serão analisados e discutidos os resultados da pesquisa e a minuta proposta, com o registro das considerações no intuito de obter a colaboração de todos os envolvidos.

A quarta reunião será com a Secretaria Municipal de Educação<sup>43</sup>, tendo como objetivo apresentar a comissão, fazer a explanação da Diretrizes Curriculares

<sup>43</sup> Secretária Municipal de Educação empossada em janeiro/2021.

Municipais para a Educação do campo e destacar a importância de uma política pública municipal para as escolas do campo.

O próximo passo será agendado com CME, com o mesmo propósito de apresentar a minuta e discutir a educação do campo no município.

Na sexta reunião será solicitada uma audiência com o novo Prefeito eleito<sup>44</sup>.

Encerrando a trajetória proposta, a última reunião será com a Câmara de Vereadores, a partir da Tribuna Popular, discutir sobre a proposta desta política pública municipal de Educação do Campo.

Diante deste desafio, será organizado um cronograma, para que seja cumprido no decorrer do ano de 2021, no qual não serão colocados períodos definidos, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Cronograma das Reuniões/2021

Agenda das reuniões para a efetivação da minuta das Diretrizes – 2021	
Ordem	Instituição
1 <sup>a</sup>	COMDECampo
2 <sup>a</sup>	Gestores das Escolas do Campo
3 <sup>a</sup>	COMDECampo e Gestores das Escolas do Campo
4 <sup>a</sup>	Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira do Sul
5 <sup>a</sup>	CME
6 <sup>a</sup>	Prefeito Municipal de Cachoeira do Sul
7 <sup>a</sup>	Câmara Municipal de Cachoeira do Sul

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A implementação desta minuta é de suma importância, dessa forma, as reuniões serão marcadas logo após o término do período de isolamento que se está passando devido à pandemia, com a finalidade de agilizar, através dos setores responsáveis, a concretização desta política pública, de maneira que se torne realidade ainda no ano de 2021.

A partir dos estudos e pesquisas realizados para esta dissertação e das contribuições dos sujeitos desta pesquisa, foram construídas a estrutura e a redação da Minuta de Resolução Normativa, que será apresentada a seguir, como a concretização de uma proposta que visa orientar o processo de formação educacional da população do campo.

---

<sup>44</sup> Prefeito eleito para a gestão 2021/2024.

### 6.3 MINUTA DE RESOLUÇÃO NORMATIVA – CRIAÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS

#### MINUTA DE RESOLUÇÃO

Estabelece as normas que regerão a criação de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul – RS

Art. 1º - A presente minuta de resolução estabelece as normas de criação de Diretrizes Curriculares para Educação do Campo que compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Fundamental na modalidade de Jovens e Adultos (EJA), e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida que integram o Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º - Esta minuta de Diretrizes, com base nas legislações educacionais, constitui um conjunto de princípios e normas que visam orientar a elaboração da Proposta Pedagógica – PP, os conteúdos curriculares, metodologias, o calendário escolar e a formação de professores, para o exercício da docência nas escolas do campo do município de Cachoeira do Sul.

Art. 3º - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I – Populações do Campo: agricultores familiares, pecuaristas familiares, assentados e acampados da reforma agrária e atingidos por barragens, quilombolas, indígenas, agricultores e pescadores, silvicultores, extrativistas, trabalhadores assalariados rurais e outros que obtenham suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

II – Escola do Campo: aquela situada em área rural, conforme definição da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo.

Art. 4º - São princípios da Educação do Campo:

I- Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnias;

II- Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares

como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, com base na agroecologia e em articulação com o mundo do trabalho;

III- Desenvolvimento de política de valorização dos profissionais da Educação do Campo, que garanta uma remuneração digna, com a inclusão e reconhecimento dos diplomas das Licenciaturas do Campo pelos editais de concurso público;

IV- Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais de educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas de produção e reprodução social da vida do campo;

V- Valorização da identidade da escola do campo, considerando as práticas socioculturais e suas formas específicas de organização do tempo, por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e às características socioculturais da região;

VI- Implementação de gestão democrática das instituições escolares, por meio do controle social, sobretudo da qualidade da educação oferecida, mediante a efetiva participação das comunidades e dos movimentos sociais e sindicais do campo na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão.

Art. 5º - A Educação do Campo envolve diversos níveis e modalidades de ensino, possui legislação própria e está vinculada a uma proposta de desenvolvimento sustentável, articulado com outras instituições ligadas ao meio rural. O objetivo é qualificar os espaços escolares e garantir o acesso à educação, contribuindo para a permanência dos jovens no meio rural.

Art. 6º - No Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul a educação do campo tem características e necessidades próprias para o aluno em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas, e destina-se ao atendimento das expectativas e necessidades do conjunto dos trabalhadores do campo que vivem no meio rural ou retiram seu sustento.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação – SMed / Cachoeira do Sul deverá observar o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da legislação vigente para as escolas do campo cujo calendário escolar, poderá ser estruturado independente do ano civil.



Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação – SMEd / Cachoeira do Sul garantirá a universalização do acesso e permanência da população do Campo na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Educação – SMEd / Cachoeira do Sul, garantirá a implantação de políticas educacionais para o Campo, ampliando e qualificando a oferta com condições de infraestrutura e tecnologias adequadas ao funcionamento das escolas.

§ 2º - A Educação do Campo será desenvolvida no município de Cachoeira do Sul, preferentemente, pelo ensino regular, e deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, às populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental em idade própria, tendo como base o Parecer CME nº 01 /2019.

§ 4º - As escolas do campo deverão prover condições de acessibilidade e qualidade, por meio de infraestrutura adequada, organizando salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, bem como, dispor de educadores especiais a fim de atender crianças, jovens e adultos que frequentam a educação infantil ou o ensino fundamental de acordo com as diretrizes vigentes, tendo como base o Parecer CME nº 08/ 2010.

Art. 9 - A Educação Infantil, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamentos das crianças.

§ 1º - Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

§ 2º - Os anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, levando em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida, estabelecendo o tempo máximo dos alunos em uma hora e meia de deslocamento a partir de suas realidades.

Parágrafo único. Sempre que possível, o deslocamento dos alunos deverá ser feito intracampo, evitando-se ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade.

Art. 10 - Em comunidades com enorme dispersão geográfica os anos iniciais do Ensino Fundamental, poderão ser ofertados em salas multisseriadas, multietárias

de acordo com a realidade de cada escola, sendo responsáveis por estas turmas, professores unidocentes.

Art. 11 - Nos anos finais do Ensino Fundamental não será permitida a oferta de turmas multisseriadas.

Art. 12 - A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Art. 13 - Na oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental para a população rural, o Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul - RS, promoverá as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos do campo;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do Calendário Escolar às características de cada comunidade;

III - adequação à natureza do trabalho do campo.

Art. 14 - A organização de um calendário diferenciado das Escolas do Campo é de responsabilidade de cada escola e deverão ser consideradas as fases dos ciclos produtivos, das condições climáticas e das características socioculturais de cada região, mediante orientação da mantenedora e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º - O ano letivo, deverá ser observado o disposto nos artigos 23 e 24 da Lei 9.394/96 - LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º - As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 15 – Para a organização dos grupos de crianças, jovens e adultos deverão levar em consideração o Proposta Pedagógica (PP), a demanda da comunidade e as possibilidades de transporte escolar.

§ 1º - Conforme Parecer CME nº 13/2007, ao considerar o número de alunos por turma, sejam observados os seguintes limites:

I. Educação Infantil de acordo com a demanda da comunidade observada a Resolução CME nº 21/2018.

II. 1º ao 2º ano: até 25 alunos;

III. 3º ao 5º ano: até 30 alunos;

IV. 6º ao 9º ano: até 35 alunos.

§ 2º - Conforme Parecer do CME nº 08/2010, para atendimento do previsto nos incisos IV e VI do Art. 15, deverão ser observados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, os seguintes itens:

I. Três alunos com necessidades educacionais especiais na turma, esta deverá ter, no máximo, 15 alunos e mais um professor de apoio permanente em sala de aula e/ou recurso humano;

II. Um ou dois alunos com necessidades educacionais especiais na turma, esta deverá ter, no máximo, 20 alunos e mais um professor de apoio permanente em sala de aula e/ou recurso humano;

III. 3º ao 5º ano: até 30 alunos;

IV. 6º ao 9º ano: até 35 alunos.

§ 3º - No caso do número de estudantes do Ensino Fundamental e da Educação Infantil ser inferior ou superior ao previsto na lei, cabe a Secretaria de Educação do município analisar a demanda e ao Conselho Municipal de Educação sua aprovação.

§ 4º - A constituição de turmas multisseriadas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é permitida nas escolas do campo, conforme as Diretrizes Nacionais para a educação do Campo, devendo ser analisada e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação – SMEEd, obedecendo o número máximo de 20 alunos por turma.

§ 5º - A reorganização de turmas poderá ocorrer durante o ano letivo quando houver redução do número de alunos e/ou de turmas e/ou acréscimo de matrículas. A análise da demanda deverá ser realizada pela secretaria Municipal de Educação – SMEEd, em parceria com a Central de Vagas, conforme parágrafo 2º.

Art. 16 – A gestão das escolas do campo é compartilhada e democrática, entendida como forma de atuação objetivando promover e estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais e os órgãos normativos do sistema de ensino para a mobilização, organização e articulação de todas as condições humanas, equipamentos e materiais que se constituem como necessárias para garantir o avanço dos processos educacionais.

Art. 17 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Art. 18 - Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte dos alunos do campo para o campo.

Art. 19 - A responsabilidade pelo transporte escolar de alunos da Rede Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul é da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação – SMed, disponibilizando veículos para transportar as crianças e alunos das Unidades Educacionais municipais da seguinte forma:

I. Os veículos de transporte são destinados ao uso exclusivo das crianças e alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino municipal nos trajetos necessários para:

a. Garantir o acesso diário e a permanência das crianças e alunos nas escolas;

b. Garantir o acesso das crianças e alunos nas atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico e realizadas fora das escolas de educação infantil e do ensino fundamental.

II. o itinerário do transporte escolar deve assegurar aos educandos segurança e o menor tempo possível no percurso residência/escola/residência intracampo e excepcionalmente do campo para a cidade.

III. A oferta de transporte escolar nas comunidades rurais levará em consideração:

a) As distâncias percorridas pelas crianças no transporte, que o tempo de percurso não ultrapasse a 01h30min;

b) O transporte escolar, quando necessário e indispensável, deverá ser cumprido de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito Brasileiro quanto aos veículos utilizados.

c) A empresa contratada deve responsabilizar-se pelos alunos durante o itinerário e pela existência de um monitor para garantir a segurança de crianças e jovens do campo.

Art. 20 - O eventual transporte de crianças e jovens portadores de necessidades especiais, em suas próprias comunidades ou quando houver necessidade de deslocamento para a nucleação, deverá adaptar-se às condições desses alunos, conforme leis específicas.

Art. 21 – A Proposta Pedagógica – PP das Escolas do campo é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, define a sua identidade e deve consolidar todas as formas de organização. Seu embasamento legal está apontado nos artigos 12,13 e 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e serve de base para a construção do Regimento Escolar e dos Planos de Estudo, contemplando ainda:

I. Respeito à diversidade dos povos do campo em seus aspectos social, cultural, ambiental, político, econômico, de gênero, geracional, de raça e etnia;

II. Estímulo ao desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de estudos e experiências direcionados para o desenvolvimento humano, social, cultural e ambiental, específicos para a população do campo nas escolas do campo;

III. Organização do trabalho pedagógico, do currículo, dos espaços e do tempo pedagógico, garantindo a construção da aprendizagem, a educação de qualidade e as especificidades do campo;

IV. Valorização da identidade da escola do campo e dos diferentes saberes no processo educativo por meio de projetos pedagógicos com objetivos de aprendizagem e metodologias que potencializem ações interdisciplinares adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, indígenas e quilombolas, bem como flexibilidade na organização do tempo e espaço escolar;

V. Incorporação no currículo de saberes que preparam para a emancipação, para a justiça, para a realização plena do ser humano, vinculados à cultura e à vida do campo;

VI. Comprometimento com os saberes culturais locais, bem como pesquisa, inovação, memória e história das comunidades.

Art.22 – A Proposta Pedagógica – PP das Escolas do campo deverá orientar-se pelos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo como base a Resolução CME nº 24/2019, assim como no art. 2º desta Resolução.

Art. 23 - O Regimento Escolar é o instrumento formal e legal que regula a organização e o funcionamento da instituição. Ele será elaborado ou revisado a partir da PP e construído ou revisado a luz da BNCC, do RCG e do Referencial Curricular Municipal de Cachoeira do Sul/RS, uma vez que esse documento rege toda a vida escolar nas questões de gestão democrática, administrativa, financeira e pedagógica.

Art. 24 - Os Planos de Estudo são a expressão concreta da Proposta Pedagógica, organizam as atividades, conceitos e conteúdos em tempos e espaços escolares. O conjunto dos componentes curriculares das diferentes áreas do conhecimento deve manter relações significativas entre seus componentes, de acordo com a organização da escola, em consonância com o Referencial Curricular Municipal.

Art. 25 – Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades.

Art. 26 – A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Art. 27 – O currículo do campo nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental estabelecidos será desenvolvido a partir do que está proposto no Referencial Curricular Municipal de Cachoeira do Sul/RS, na PP e normatizado no Regimento Escolar, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, respeitando as características regionais e locais.

Parágrafo único. A parte diversificada, de acordo com o Artigo 26 da LDBN, respeitada a diversidade regional e local dos educandos, forma juntamente com a BNCC, o RCG e o Referencial Curricular Municipal de Cachoeira do Sul/RS um único bloco, indissociável, tanto para as atividades pedagógicas, como para os processos avaliativos.

Art. 28 - O Currículo e metodologia das escolas com turmas multisseriadas são concernentes às orientações das Políticas de Educação do Campo do Ministério da Educação – MEC.

Art. 29 - Os conteúdos relativos aos Direitos Humanos deverão considerar os saberes e conhecimentos específicos da comunidade, perpassando todas as áreas bem como, pelas vivências pedagógicas nos termos da legislação vigente.

Art. 30 - A educação Socioambiental tendo como base a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação Ambiental e a Lei estadual 13.597/2010 da Política Estadual de Educação Ambiental.

Art. 31 - A inclusão do tema alimentação saudável no currículo escolar e na Proposta Pedagógica construído com a participação dos estudantes, pais, responsáveis e professores.

Art. 32 - A avaliação, como processo contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, será realizada através de diferentes instrumentos e estratégias pedagógicas, devendo a verificação do desempenho do estudante ser efetuada conforme o artigo 24 da LDBEN.

Art. 33 - A Mantenedora caberá desenvolver ações que propiciem:

I. Formação específica de professores, gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo com incentivo à produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que respeitem às especificidades formativas das populações do campo;

II. Formação continuada oferecida concomitante à atuação profissional, por meio de atividades e metodologias adequadas de ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo;

III. Remuneração digna e concursos públicos que priorizem os licenciados em Cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, seja essa formação, disciplinar ou por área do conhecimento;

IV. Recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo para atender às especificidades e peculiaridades das populações do campo;

V. Instalações físicas, mobiliário, materiais e equipamentos adequados, tecnologias e acesso à internet e concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar;

VI. Autonomia da gestão administrativa, financeira e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Art. 34 - Competirá à Secretaria Municipal de Educação (SMEd), em colaboração com os municípios, buscar constituir instâncias colegiadas, com participação de representantes municipais, das organizações sociais do campo, das universidades públicas e outras instituições afins, com vistas a colaborar para a formulação, implementação e acompanhamento das políticas de Educação do Campo.

Cachoeira do Sul, 02 de outubro de 2020.

ELKE QUILIÃO DE OLIVEIRA



## 7 GIRA..., GIRA... CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 34 - Gira... Gira...Construção do Conhecimento

*“É no campo que ele  
vive  
a zona rural é seu  
espaço  
sua escola querida  
é sua escolha e  
seu abraço”*

*(BRITO,2013).*



Fonte: Elaborado pela autora.

Esta pesquisa, no contexto da realidade do município de Cachoeira do Sul, possibilitou refletir sobre a caminhada profissional e as experiências na educação do campo, que constituiu um caminho de construção de conhecimentos. Segundo Ghedin (2006, p. 144), “[...] olhar o que estamos fazendo, refletir sobre os sentidos e os significados do fazer pedagógico é, antes de tudo, um profundo e rigoroso exercício de compreensão de nosso ser”.

Este processo de estudo e pesquisa, a partir do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, favoreceu elementos significativos na construção do objeto de pesquisa, e deu, ainda, um olhar investigativo sobre a realidade. Ele fez questionar sobre: que tipo de sujeito está sendo formado dentro de nossas escolas? Que sujeito é este que vive e espera por políticas públicas de educação em nosso (meu) município? Que educador se é dentro deste sistema? Muitos questionamentos surgiram, e levaram a analisar a política educacional posta no município, e, mais precisamente, nas escolas situadas nas áreas rurais.

Nesse contexto, nasceu a vontade de propor uma contribuição e uma análise local, no sentido de pensar uma Educação do Campo de qualidade, no município onde a maioria das escolas (seriadas e multisseriadas) estão localizadas no campo.

A partir desses questionamentos, esta dissertação teve como propósito compreender as especificidades da Educação do Campo do Sistema Municipal de

Ensino de Cachoeira do Sul/RS, com vistas à elaboração de Diretrizes Curriculares Municipais para a consolidação de uma política pública local. Como resposta ao objetivo proposto, o estudo revelou dados que serviram de base para se apropriar dessa realidade e oferecer ao município uma política que contribua para o fortalecimento das escolas do campo.

A pesquisa trouxe, ainda, a seguinte pergunta: Quais as especificidades de uma política pública da educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS, e possíveis elementos que contribuem para a elaboração de Diretrizes Curriculares Municipais para as escolas do campo?

Para responder tal questionamento foi necessário retomar aos objetivos específicos propostos para esta pesquisa:

O primeiro objetivo, foi o de analisar as políticas públicas educacionais orientadoras para as escolas do campo, em âmbito federal, estadual e municipal. Para isso, foi necessário pesquisar documentos, dados, informações, relatórios, selecionar literatura de autores que estudam sobre o objeto da pesquisa, a fim de conhecer a realidade e o desenvolvimento das políticas públicas da educação do campo.

Pelos estudos, foi possível confirmar que, no Brasil, a educação em contextos rurais, historicamente, as conquistas se dão a partir das disputas de movimentos sociais que permeiam as populações que vivem e trabalham nestas localidades. A maioria das políticas públicas educacionais orientadoras para as escolas do campo existentes está somente no papel, e que precisamos lutar para que sejam efetivadas.

O segundo objetivo, foi analisar as políticas públicas que regulamentam e norteiam as escolas do campo no município de Cachoeira do Sul/RS. Constatou-se, nesta pesquisa que, até o momento, as políticas públicas educacionais no município, são esporádicas e não contemplam o dia a dia das escolas, por isso a necessidade de propor políticas públicas que valorizem essas escolas, através de projetos e programas que fortaleçam as escolas do campo. Diante dessas dificuldades, fica clara a necessidade de uma proposição para o sistema municipal que fortaleça essas escolas localizadas na área rural do município de Cachoeira do Sul.

A COMDECampo, como política pública, foi uma iniciativa que deu certo, com a participação de representantes que fazem parte do contexto das escolas do campo, que certamente irão fazer parte ativa da consolidação desta política.

O terceiro objetivo específico, foi construir uma visão diagnóstica das escolas do campo do município de Cachoeira do Sul/RS. Para isso, foi necessário, aprofundar o estudo por meio de questionários e entrevistas, a fim de buscar subsídios teóricos que respondessem a realidade das escolas do campo municipais e identificar as principais especificidades, necessidades e diversidades do público das escolas do campo, pois eles que são os sujeitos desta pesquisa.

As escolas do município se situam em localidades diferentes, e cada localidade tem sua peculiaridade, bem como com a região em que o estabelecimento de ensino está inserido. Para que ocorra uma educação diferenciada é necessária uma mudança de postura por parte do gestor, pois foi constatado que poucas escolas trabalham a Educação do Campo e poucos professores são dessa realidade. Essa situação ressoa como um desafio a ser enfrentado e superado com a política pública aqui proposta.

Diante das informações levantadas e das constatações do estudo, foi consolidado o último objetivo: a construção de uma Minuta de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS. Esse produto foi elaborado a partir dos questionários e entrevistas aplicados aos colaboradores da pesquisa. Com base nos dados analisados, foram selecionadas três categorias, as quais foram subdivididas em subcategorias: Políticas Públicas Educacionais (Infraestrutura, RCM, Formação Continuada, Nucleação, Multisseriação, EJA, COMDECampo, Transporte Escolar e Educação em Tempo Integral); Gestão Escolar (CPM e Conselho Escolar, Calendário Escolar, Proposta Pedagógica e Projetos Pedagógicos); e, Sistema Municipal de Ensino (Conselho Municipal de Educação).

Para tornar essas Diretrizes uma Política Pública para Cachoeira do Sul, como já citado, deve ser construída, compartilhadamente, com a participação de todos os sujeitos diretamente envolvidos, ou seja, professores, gestores, alunos, pais, comunidades, organizações envolvidas, COMDECampo, SMEd, CME, executivo e legislativo municipais.

Neste processo, pode haver interferência de quaisquer agentes envolvidos. Por isso, será colocada em prática uma agenda com reuniões, que objetiva viabilizar a efetivação desta minuta por parte do poder público municipal. Por isso, a importância do cumprimento do cronograma desenvolvido.

A importância de uma política de Educação do Campo para as escolas municipais de Cachoeira do Sul, está na valorização do campo dentro das propostas pedagógicas e projetos de ensino, a fim de que este povo tenha realmente acesso a uma educação de qualidade. Neste sentido, as escolas do campo devem cumprir sua função social de integrar o povo para que sejam sujeitos pensantes e que exerçam sua cidadania.

Espera-se que, a partir das demandas reveladas neste estudo, se possa contribuir na elaboração coletiva de uma política pública municipal específica para as escolas do campo de Cachoeira do Sul/RS, e que ela possa se tornar realidade a partir do ano de 2021.

Nestas considerações finais, encerra-se este trabalho como iniciado, com os versos de Brito (2013), que reforçam a educação do campo como algo precioso e que precisa ser tratada com dignidade.

*“Deixo aqui o meu recado  
Como uma preciosidade  
Que a educação no campo seja  
Tratada com dignidade”  
(BRITO,2013).*

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Políticas de Formação de Educadores (as) do campo**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2019
- BAPTISTA, N. Q. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. In: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2006. CONTAG, Brasília, DF, p. 1- 5, junho, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977)
- BORDIGNON, G. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3082/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_079.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3082/1/FPF_PTPF_12_079.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2019
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: texto constitucional promulgado em 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 22 out. 2018
- BRASIL. Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: texto constitucional promulgado em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 22 out. 2018.
- BRASIL. Lei nº 4.024/96, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB/CNE nº 30/2000**. Solicita pronunciamento, tendo em vista o Parecer CEB 04/2000. Brasília, DF, 12 de setembro de 2000. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb030\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb030_00.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo** (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação). Disponível em:

<[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. **Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios** / coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. P.48. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7689103-Referencias-para-uma-politica-nacional-de-educacao-do-campo.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2020..

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2020..

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Especial/ Secretaria de Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14906&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866)>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera**. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão 1, 5 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola Ativa**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-ativa/escola-ativa>>. Acesso em: 22 out. 2018.

CACHOEIRA DO SUL. **Parecer CME nº 13/2007**. Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul.

CACHOEIRA DO SUL, **Lei Municipal nº 2.222, de 25 de agosto de 1988**. Cria o Conselho Municipal de Educação, revogando a Lei Municipal nº 1.062, de 09 de outubro de 1964. Cachoeira do Sul. Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul. 1988. Disponível em: <<http://camaracachoeira.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CACHOEIRA DO SUL, **Lei Municipal nº 3.177, de 19 de janeiro de 2000**. Cria o Sistema Municipal de Ensino, disciplina sua organização e dá outras providências. Cachoeira do Sul. Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul. 1988. Disponível em: <<http://camaracachoeira.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CACHOEIRA DO SUL, **Lei Municipal nº 3.339, de 15 de julho de 2002**. Reestrutura o Conselho Municipal de Educação de Cachoeira do Sul, dispõe sobre o seu funcionamento, competências e dá outras providências. Cachoeira do Sul. Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul. 1988. Disponível em: <<http://camaracachoeira.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CACHOEIRA DO SUL, Conselho Municipal de Educação. **Regimento Interno Cachoeira do Sul**: CME, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/19NS8jEKJE-EHfZFdLbRWwYI1uExoBYQf/view>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CACHOEIRA DO SUL, **Lei Municipal nº 4.400, de 25 de agosto de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação de Cachoeira do Sul e dá outras providências. Cachoeira do Sul. Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul. 2015.

CACHOEIRA DO SUL, **Guia de Orientações para o Gestor Escolar**. Cachoeira do Sul: SMed, 2019.

CACHOEIRA DO SUL, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. / **Referencial Curricular Municipal**, 512 p. SMed, 2019.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING. E. J., CERIOLI. P. R., CALDART. R. S., Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2002; p. 18-25; Coleção por uma educação do campo, n. 4.

CALDART, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. In Arroyo Gonzalez, Caldart, Roseli Salete e Molina. Mônica Castana (org.) Por uma Educação Básica do Campo. Editora Vozes Petrópolis RJ: 2004.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Campo. Políticas públicas: educação. Brasília: Inkra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

CALDART, R. S. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão. Brasília, DF: INCRA – MDA, 2010. p. 103-126

CASTRO, M. L. S.; WERLE, F. O. C. **Estado do Conhecimento em Administração da Educação: Uma análise dos artigos publicados em periódicos nacionais 1982-2000. Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 1045-1064, out. /Dez. 2004.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.

GADOTTI, G.; JACOBI, P. R. **Sistema Municipal de Educação: estratégias para sua implantação**. Brasília: MEC/SEF, 1994. 81p. (Série Inovações; 7)

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

GHEDIN, E. **Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica**. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN (orgs). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, A. C. C. C.; AGNE, C. L.; MENEZES, A. A. J.; KASPER, G. R. **Agroindústrias Rurais Familiares em Cachoeira do Sul – RS: Possibilidades e Desafios para o Desenvolvimento Rural**. 2017. Disponível em: <[online.unisc.br › index.php › sidr › article › download](http://online.unisc.br/index.php/sidr/article/download)>. Acesso em: 23 abr. 2020.



FIGUEIREDO, T.G. B. C.; Alvarenga, M. S. **Embates entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo**. *Polis* [En línea], p.40, 2015.

<<https://journals.openedition.org/polis/10763>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. [s.l.]: Sabotagem, 2006. Arquivo PDF. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_da\\_autonomia\\_-\\_paulofreire.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Paz e Terra, 1987.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 Ed. São Paulo: Atlas: 2008.

IBGE. **Censo Demográfico – 2010: Cachoeira do Sul**. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama>>. Acesso em: 12 set. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário – 2017: Cachoeira do Sul**. Pesquisas. Resultados Preliminares. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa/24/75511?ano=2017-preliminar>>. Acesso em: 12 set. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática e Epistemologia: para além do debate entre a didática e as didáticas específicas**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina (Org.). *Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas*. Campinas: Papirus, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Ed. Cortez, 2017.

LOCKS, G. A.; GRAUPE, M. E.; PEREIRA, J. P. **Educação do Campo e Direitos Humanos uma conquista, muitos desafios**. *Conjectura: filos. Educ., Caxias do Sul*, v. 20, n. Especial, p. 131-154, 2015. Disponível em: <[www.uces.br](http://www.uces.br) › etc › index.php › conjectura › article › viewFile › pdf\_439>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MEDEIROS, E. A.; AGUIAR, A. L. O. **Educação do/no campo: história, memória e formação**. *Revista Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v.25, n.48, P. 6-18, 2015. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/8901/6648>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MOLINA, M. C. **Políticas públicas**. In: CALDART, Roseli Saete (Org.) et. al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587- 596.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Educação do Campo**: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o prona e o procampo. *Reflexão & Ação*, Santa Cruz, v. 22, n.2, p.220-253, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252/3689>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, M. B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

OLIVEIRA, A. M. V. de M. **Nucleação de Escolas do Campo como estratégia de melhoria do ensino: esboços de compreensão**. 2010. Disponível em: [www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/300](http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/300). Acessado em: 13 nov. 2020.

PARO, V. H. **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1990.

REIS, M. N.; MURTA, G. J. **Educação do Campo**: discussões sobre cultura, currículo e políticas. *Revista Espaço Acadêmico*, Departamento de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Maringá - Maringá – Paraná, V 17, N.198, P.91-99, nov. 2017. Disponível em: <[www.periodicos.uem.br/ojs/EspacoAcademico/article/download](http://www.periodicos.uem.br/ojs/EspacoAcademico/article/download)>. Acesso em: 22 jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL, Lei n.º 13.921, de 17 de janeiro de 2012. (Publicada no DOE nº 013, de 18 de janeiro de 2012) **Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul**. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação "Sabor Gaúcho" e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto Nº 49341 DE 05/07/2012, **cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação "Sabor Gaúcho" e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=243084>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SADOYAMA, A.S.P.; ANDRADE, E.S.; PAULA M. V.; BORGES, N. M. M.; ROSALEM V.; SADOYAMA G. **Gnoses e Fazeres Interdisciplinares do/no Campo**: a integralização de conhecimentos e práticas docentes na formação de professores da Educação do Campo. *Revista Lusofona de Educação, Campo Grande*, v. 36, n. 36, p. 99-113, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/705>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SANTOS. B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 11ª ed. Editora autores associados, 2018. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=215wDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&ots=42wOrjkqyd&sig=Jl3NoRvP00iYzqOe8EisM8kzp5c&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=215wDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&ots=42wOrjkqyd&sig=Jl3NoRvP00iYzqOe8EisM8kzp5c&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SILVA, G. A. B.; PASSADOR, J. L. **Educação do campo: Aproximações conceituais e evolução histórica no Brasil**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, revista acadêmica Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 24, N. 78. 2016.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. In: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2006. CONTAG, Brasília, DF, p. 1- 24, junho, 2006.

SILVA, M. S. **Cadernos temáticos: educação do campo / Paraná**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2005. - 72vp. 2º IMPRESSÃO EM 2008. EDUCAÇÃO DO CAMPO. Série Cadernos Temáticos. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/caderno\\_tematico\\_campo01.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo01.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SILVA, V. C. **Caminhos da Política de Educação do Campo**: desafios para a atualidade educacional Interfaces da Educ., Paranaíba, v.5, n.14, p.157-176, 2014. Disponível em: <<http://200.181.121.137/index.php/interfaces/article/view/465/431>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Dissertações e Teses da UFSM**: Estrutura e Apresentação. 8.ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M. **O dia a dia do Processo Ensino-Aprendizagem das Escolas do Campo**: Caminhos para o Processo de Reconstrução Curricular. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.278-298, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5080/3693>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

WERLE, F. O. C. **Institucionalização de políticas educacionais em âmbito municipal**. Revista Acta Scientiarum Education, Maringá, v.38, n.2, p. 155-164, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i2.26469>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi, 2ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20%C3%A0%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ZINN, C. L. **Gestão Democrática**: [Re] Articulação do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). 2019

**Sites consultados:**

<<http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/patobranco/modules/conteudo/conteudo.php?conteu>>  
<<http://www.historiadecachoeiradosul.blogspot.com/p/informacoes.html>>  
<[https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/arquivos/03\\_inventArio-turIstico.pdf](https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/arquivos/03_inventArio-turIstico.pdf)>  
<<https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/portal/cidade/13/a-cidade>>  
<<https://www.convivaeducacao.org.br/platform/indicators/schools>>  
<[www.obemcs.com](http://www.obemcs.com)>  
<[https://www.pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira\\_do\\_Sul](https://www.pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_do_Sul)>  
<<https://www.recantodasletras.com.br/cordel/3682333>>  
<<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>>  
<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro\\_cons/cme-to.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/cme-to.pdf)>  
<[www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/O-que-e-um-sistema-nacional-de-Educacao](http://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/O-que-e-um-sistema-nacional-de-Educacao)>  
<<https://www.facebook.com/Cmecachoeira/>>  
<<https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/instarenv/assets/uploads/file/izw57f98.pdf>>

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – MENSAGEM COLOCADA NO E-MAIL DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS AOS GESTORES DAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL

Caro(a) Gestor(a),

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *“Por uma Política Municipal de Educação do Campo para o Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS”*, gostaríamos de saber sobre sua experiência como gestor(a) de uma escola do campo. A sua participação auxiliará para a elaboração de uma minuta de Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo do município de Cachoeira do Sul. Por isso, gostaríamos de pedir para responder nossa pesquisa. São apenas alguns minutos que vão fazer muita diferença.

Para responder ao questionário, clique no link abaixo:  
<https://forms.gle/zf982yNFBp5qEFaV6>

Muito obrigada!

Se tiver dúvidas sobre a pesquisa é só entrar em contato pelo telefone (51) 997392644.

Ass.: Elke Quilião de Oliveira.

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**PPPG****Programa de Pós-Graduação  
em Políticas Públicas e  
Gestão Educacional**

Prezado(a) Gestor(a),

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Gira...Gira...Girassol: Movimentos de Construção de Diretrizes Curriculares para a educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS”, desenvolvida pela Mestranda Elke Quilião de Oliveira, sob a orientação da Pesquisadora Responsável: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Elisiane Machado Lunardi, como trabalho de conclusão de curso do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS).

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as especificidades da Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, com vistas a contribuir com a elaboração de uma minuta inicial de Resolução de Diretrizes Curriculares para o Sistema Municipal de Cachoeira do Sul.

A sua participação neste momento consiste em responder a um questionário eletrônico, de forma totalmente voluntária. Você poderá deixar de participar desta pesquisa e interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento em que desejar, sem qualquer prejuízo. Além disso, você não é obrigado(a) a responder a qualquer questão com a qual não se sinta confortável. O preenchimento do questionário é totalmente anônimo. As informações obtidas serão analisadas somente pelos pesquisadores responsáveis.

Informações para contato e esclarecimentos de dúvidas:

[elke.quilio@gmail.com](mailto:elke.quilio@gmail.com)

[elisiane.lunardi@gmail.com](mailto:elisiane.lunardi@gmail.com)

**Termo de compromisso dos pesquisadores**

Garantimos que este Termo de Consentimento será seguido e que responderemos a quaisquer questões colocadas pelo participante.

Elke Quilião de Oliveira

Pesquisadora

Dr<sup>a</sup> Elisiane Machado Lunardi  
Orientadora

**Consentimento de participação da pessoa como sujeito da pesquisa**

Declaro que li os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper minha participação a qualquer momento. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para os propósitos acima descritos. Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você aceita participar de nossa pesquisa?

- Aceito participar e quero receber o termo de consentimento assinado por e-mail.
- Não tenho interesse em participar. Obrigado(a).

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – *online* – PARA OS GESTORES DAS ESCOLAS DO CAMPO

### 1. Perfil dos sujeitos da pesquisa

1.1. Sexo:

Feminino                       Masculino

1.2. Idade:

1.3. Formação Acadêmica:

1.4. Tempo de atuação em escola do campo:

1.5. Descreva sua trajetória de atuação na Educação do campo.

1.6. Tempo de atuação na gestão: (direção ou vice direção)

### 2. Perfil da Comunidade Escolar

2.1 A sua escola possui:

Somente a Educação Infantil ( creche e pré-escola)

Somente a Educação Infantil (pré-escola)

Educação Infantil (pré-escola) e Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Somente o Ensino Fundamental

Educação Infantil (pré-escola e creche) e Ensino Fundamental

2.2. A sua escola possui nucleação?

Sim                       Não

2.3. Qual o perfil predominante da sua comunidade escolar? Marque mais de uma alternativa, se necessário

Oriundos da localidade

Trabalhadores temporários

Produtores rurais

Trabalhadores rurais assalariados

Agricultores familiares

Quilombolas

2.4. A comunidade escolar é participativa?

Sim, participa ativamente da rotina da escola

Sim, porém participa apenas das festas e eventos promovidos

Pouco participativa, tanto em festas como na rotina da escola

Não se envolve com nenhuma atividade na escola

2.5. O Círculo de Pais e Mestres (CPM) é atuante?

Sim, contribui ativamente com a escola

Não, envolve-se apenas com as questões burocráticas

Não, envolve-se apenas nas festividades da escola.



Se a escola não possui CPM atuante, qual a razão para que isso ocorra, e o que pode ser feito para que essa realidade possa ser revertida?

2.6. O Conselho Escolar é atuante?

- Sim, contribui ativamente com a escola  
 Não, envolve-se apenas com as questões burocráticas  
 Não, envolve-se apenas nas festividades da escola.

Se a escola não possui Conselho Escolar atuante, qual a razão para que isso ocorra, e o que é feito para que essa realidade possa ser revertida?

2.7. Na sua escola existem turmas multisseriadas?

- Sim                       Não                      Quais?

Quantos alunos por turma?

2.8. De acordo com a Resolução nº 2/2008 (CNE/CEB), a Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, a sua escola contempla esta modalidade?

- Sim                       Não

E se fosse ofertada para a comunidade para os que não tiveram acesso ou concluíram na idade certa, qual seria a demanda?

### 3. Políticas Públicas

3.1 O município de Cachoeira do Sul tem Referencial Curricular?

- Sim                       Não

Se sim, como foi a participação de sua escola na construção e como a educação do campo foi contemplada?

3.2. A infraestrutura é adequada ao funcionamento e demandas da escola?

- Sim                       Não

Justifique sua resposta:

3.3. No município têm uma formação continuada de professores voltada para a escola do campo?

- Sim                       Não

Se for sim, quais?

3.4. No município têm uma formação continuada de gestores voltada para a educação do campo?

- Sim                       Não

Se for sim, quais?

3.5. Quais são os recursos didáticos utilizados em sua escola:

- Livros didáticos  
 Jogos pedagógicos  
 TV  
 Rádio  
 Computador  
 Celular  
 Cartazes

- ( ) CDs  
( ) Filmes

Outros: \_\_\_\_\_

#### 4. Gestão Escolar

- 4.1. A Lei de Diretrizes e Bases, no seu art.28, prevê que o calendário escolar deve se adequar à natureza do trabalho do campo, independente do ano civil, considerando as características de cada comunidade escolar e a natureza do trabalho, devendo considerar as fases dos ciclos produtivos, condições climáticas, etc. A sua escola possui um calendário específico para sua realidade escolar?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Deveria ter

Justifique:

- 4.2. O Proposta Pedagógica (PP) de sua escola foi construído voltado para realidade escolar de sua comunidade?

( ) Sim                      ( ) Não

Como foi a construção do PP e quais as pessoas envolvidas:

- 4.3. Quando foi elaborado o PP foi feito um levantamento de dados?

( ) Sim                      ( ) Não

- 4.4. Na sua escola existem projetos de ensino voltados para educação do campo?

( ) Sim                      ( ) Não

Quais?

- 4.5. Quais os desafios em relação ao perfil dos profissionais que atuam na sua escola, no desenvolvimento das atividades específicas de uma escola do campo?

- 4.6. A sua escola possui condições de acessibilidade para alunos com deficiência?

( ) Sim                      ( ) Não

- 4.7. A sua escola possui sala para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

( ) Sim                      ( ) Não

- 4.8. A sua escola possui profissional capacitado para atender o AEE?

( ) Sim                      ( ) Não

- 4.9. As horas de atendimento é satisfatório para atender as necessidades dos alunos?

( ) Sim                      ( ) Não

Justifique sua resposta:

- 4.10. Sobre o transporte escolar:

Transporte escolar: Quais as condições dos veículos que fazem o transporte escolar na sua escola

- ótima
- Boa
- Ruim

4.11. É garantido o acesso nas atividades realizados fora das escolas:

- Sim  Não

Se for sim marque as atividades:

- pedagógicas
- esportivas
- culturais
- lazer.

4.12. A sua escola contempla educação em tempo integral?

- Sim  Não

4.13. Aponte seus desafios enquanto gestor(a) educação do campo no âmbito, administrativo, financeiro e pedagógico.

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Quando você assumiu o cargo na secretaria municipal de educação de Cachoeira do Sul-RS? Conte um pouco de sua trajetória no município até assumir este cargo (formação acadêmica, tempo de atuação na função, gestão na secretaria).
2. Como você caracterizaria o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul quanto as ações referentes a Educação do Campo?
3. Na sua opinião, como a Secretaria de Educação pode contribuir para melhor gestão da política de educação do campo em Cachoeira do Sul?
4. Quais os principais pontos fortes relacionados à Educação do Campo no Município?
5. Quais as principais fragilidades e necessidades quanto à estrutura e à forma de organização da Educação do Campo Municipal?
6. Todas as políticas de educação do campo estão concentradas na Secretaria de Educação? Se não, quais outros órgãos/entidades/setores detém projetos, programas e ações neste sentido e qual é o diálogo com esses representantes das populações do campo no tocante a educação do campo?
7. Na sua opinião, o que caracteriza ou compõe uma política para a Educação do Campo?
8. Quais perspectivas e desafios futuros você aponta para a Educação do campo no município?

## APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A DIRETORA PEDAGÓGICA DA SMeD

1. Quando você assumiu o cargo de secretária de educação em Cachoeira do Sul-RS? Conte um pouco de sua trajetória no município até assumir este cargo (formação acadêmica, atuação, gestão na secretaria).
2. Como você caracterizaria o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul quanto as ações referentes a Educação do Campo?
3. Na sua opinião, como a Secretaria de Educação pode contribuir para melhor gestão da política de educação do campo em Cachoeira do Sul?
4. Quais os principais pontos fortes relacionados à Educação do Campo no Município?
5. Quais as principais fragilidades e necessidades quanto à estrutura e à forma de organização da Educação do Campo Municipal?
6. Todas as políticas de educação do campo estão concentradas na Secretaria de Educação? Se não, quais outros órgãos/entidades/setores detém projetos, programas e ações neste sentido e por quê?
7. Quais os projetos específicos advindos da Educação do Campo estão acontecendo hoje nas escolas?
8. Na sua opinião, o que caracteriza ou compõe uma política para a Educação do Campo?
9. O que deveria constar como prioridade nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação do campo?
10. A secretaria oferece cursos de aperfeiçoamento para os professores das escolas do campo? Quais cursos são oferecidos atualmente?

## ANEXOS

### ANEXO A – MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (COMDECampo) - 2010-2020



<b>MEMBROS DA COMISSÃO</b>	
<b>Representação</b>	<b>Nome</b>
Conselho Municipal de Educação	Titular: Ione Teresinha dos Santos Rosa
	Suplente: Carla da Luz Zinn
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Titular: Cleudia Ribeiro Camargo
	Suplente: Zenira Maria da Silva Ribeiro
Agro-Comercial Afubra Ltda	Titular: Márcio Vasconcelos da Rosa
	Suplente: Guilherme da Rosa Cardoso
Emater/RS - Ascar	Titular: Isabel Vargas Vivian
	Suplente: Luciano Mazuim da Silva
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs Cachoeira do Sul	Titular: Chaiane Leal Agne
	Suplente: Nilson Binda
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM Cachoeira do Sul	Titular: Viviane Dal-Souto Frescura
	Suplente: Gerson Jonas Shirmer
Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul	Titular: Telda da Silva Assis
	Suplente: Itamar Pereira da Luz
Representante das Escolas Municipais	Titulares: - Katyuchia Michael Peruzzo EMEF Nsa. Sra. Medianeira . - Elke Quilião EMEF Nsa. Sra. de Fátima
	Suplentes: -Édila Mara Rodrigues Pereira EMEF Sagrado Coração de Jesus - Rosane Cabrioli dos Santos EMEF Emília Vieira da Cunha
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	Titular: Aline Fernandes Machado
	Suplente: Diego Fontoura da Cruz
Secretaria Municipal de Educação	Titular: Silvane Peruffo
	Suplente: Priscila de Fátima Savedra da Cruz
<b>ESCOLAS</b>	
EMEF JENNY F. VIEIRA DA CUNHA	Mirian Sorares da Silva
EMEF PIO XII	Celia de Fátima Gündel Dutra
EMEF N. S. MEDIANEIRA	Cristiane Relevant
EMEF ALDO PORTO DOS SANTOS	Angelice Margarete Sheffel
EMEF TAUFIK GERMANO	Ana Francisca Barbosa da Rosa
EMEF JOÃO NEVES DA FONTOURA	Débora Kipper
EMEF JÚLIO DE CASTILHOS	Fernanda da Silva Ferreira
EMEF IMPERATRIZ LEOPOLDINA	Cristina Bica de Oliveira
EMEF FRANCISCO DE SOUZA MACHADO	Janete Eliane Züge
EMEF ATALIBA BRUM	Dione Alves da Silva

ANEXO B - DECRETO Nº 55/2019 QUE INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (COMDECampo) DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ – CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº. 055/2019**

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – COMDECAMPO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL.

**SERGIO GHIGNATTI**, Prefeito Municipal de Cachoeira do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento e construção de Políticas Públicas de Educação do Campo, e, ainda,

CONSIDERANDO que no artigo 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, quanto a oferta de Educação Básica para a população rural, regulariza-se que os sistemas de ensino promovam as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região,

CONSIDERANDO a necessidade de instituir políticas públicas que garantam uma educação do campo de qualidade de acordo com as especificidades locais, RESOLVE:

**DECRETA:**

Art.1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Cachoeira do Sul-RS, a Comissão Municipal para o Desenvolvimento da Educação do Campo – COMDECampo, de caráter permanente, com a finalidade de propor, acompanhar e assessorar a construção de políticas públicas no âmbito da Educação do Campo, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Compete a COMDECampo:

I. Estudar os Marcos Normativos da Educação do Campo;

II. Apoiar e organizar atividades que envolvam estudantes e profissionais das escolas do campo;

III. Planejar e coordenar a realização de Fóruns Municipais para Educação do Campo.

Art.3º. A COMDECampo, será composta por membros representantes, titulares e suplentes, de órgãos e Entidades da Administração Pública e Privada, Universidades, Sindicatos e Escolas do Campo, com interesses em comum e atividades preponderantes à Educação do Campo, sendo:

- I. Representantes da Secretaria Municipal de Educação-SMED;
- II. Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária-SMAP;
- III. Representantes do Conselho Municipal de Educação-CME;
- IV. Representantes da Associação dos Fumicultores do Brasil-Afubra;
- V. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR;
- VI. Representante da EMATER/ASCAR-RS;
- VII. Representantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS;
- VIII. Representantes da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM;
- IX. Representantes das Escolas do Campo.

Art.4º. A COMDECampo terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do coordenador.

Art.5º. A COMDECampo está administrativamente vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Art.6º. São atribuições do coordenador:

- I. Administrar a COMDECampo, observando e fazendo cumprir as normas regimentais desta comissão;
- II. Representar a COMDECampo em atos solenes e oficiais, bem como demais órgãos e eventos correlatados;
- III. Convocar e presidir as reuniões da COMDECampo, coordenando as atividades desempenhadas pelos integrantes e dar execução às deliberações;
- IV. Determinar a realização de diligências;



V. Autorizar a presença de terceiros e convidados nas reuniões da COMDECampo, vedada a emissão de voto;

VI. Convidar especialistas, a fim de prestar esclarecimentos sobre matéria em discussão, vedada a emissão de voto.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 04 DE DEZEMBRO DE 2019.**

  
SERGIO GHIGNATTI  
Prefeito Municipal

ANEXO C – UM CORDEL RETRATANDO A EDUCAÇÃO NO CAMPO É AQUI QUE EU QUERO FICAR...

Juciara Brito

Hoje eu vim tratar aqui  
de uma história interessante  
uma lei, uma diretriz  
um assunto importante

Uma boa contribuição  
é capacitar o professor  
uma formação continuada  
reforçar lhe seu valor

Vamos ter um olhar atento  
e tratar com atenção  
não ficarmos tão distantes  
quando o assunto é educação

Um currículo escolar  
adequado a realidade  
pra formar alunos críticos  
prontos pra sociedade

Na cidade ou no campo  
o saber nunca é demais  
divergências sempre tem  
nas questões educacionais

Planejar é importante  
para ter bons resultados  
alcançar os objetivos  
depois de avaliados

Um lugar pra aprender  
um cantinho pra brincar  
os amigos sempre ao lado  
uma escola para amar

Usar muitas estratégias  
que assegurem o aprendizado  
pra não cair no esquecimento  
depois de assimilado.

Ser do campo, ser humilde  
querer muito aprender  
compreender o seu lugar  
das coisas do seu viver

Tomar os meios naturais  
como ponto de partida  
é uma estratégia didática  
simples e bem sucedida

É no campo que ele vive  
a zona rural é seu espaço  
sua escola querida  
é sua escolha e seu abraço

Se um grupo sabe mais  
pode dar sua colaboração  
para aquele que ainda  
não tem muita instrução

Um direito que ele tem  
é ter acesso ao aprendizado  
vivenciar a sua cultura  
sem nunca ser discriminado

Outra grande contribuição  
pra ajudar na aprendizagem  
é defender a integração  
de um professor da comunidade

Permanecer na sua escola  
suas origens preservar  
expandir-se em conhecimentos  
ter experiências pra trocar

Pois é ele quem conhece  
a realidade do lugar  
nessa troca de experiências  
só vitórias haverá

Para isso precisamos  
de um trabalho pedagógico  
elaborado e estruturado  
isso faz-se lógico

Deixo aqui o meu recado  
como uma preciosidade  
que a educação no campo seja  
tratada com dignidade